

RODRIGO OSÓRIO PEREIRA

**A CIÊNCIA NA COLONIAL COMARCA DE ILHÉUS:
UMA ANÁLISE DOS ESTUDOS BOTÂNICOS DOS
FUNCIONÁRIOS NATURALISTAS DA REGIÃO (1772-1808)**

**Feira de Santana
Programa de Pós-Graduação em História - UEFS
2009**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

RODRIGO OSÓRIO PEREIRA

**A CIÊNCIA NA COLONIAL COMARCA DE ILHÉUS:
UMA ANÁLISE DOS ESTUDOS BOTÂNICOS DOS
FUNCIONÁRIOS NATURALISTAS DA REGIÃO (1772-1808)**

Texto apresentado para obtenção do título de Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS.

Orientador: José Carlos B. de Santana.

Co-orientador: André Mattedi Dias

**Feira de Santana
Programa de Pós-Graduação em História – UEFS
2009**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Carlos B. de Santana (UEFS).
Prof. Dra. Lorelai Brilhante Kury (FIOCRUZ).
Prof. Dr. Marcelo Henrique Dias (UESC).

RESUMO

Este trabalho objetiva analisar os estudos botânicos de Domingos Alves Branco Muniz Barreto (1748-1831), Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá (1766-1835), Baltasar da Silva Lisboa (1761-1840) e José Bittencourt de Sá e Aciolli (1755-1828), todos funcionários-naturalistas da Comarca de Ilhéus. As principais questões trabalhadas foram os volumes dos estudos; suas motivações e/ou finalidades; as regiões, temas e abordagens privilegiadas; os estilos metodológicos e de escrita adotados ou detidos por seus autores, entre outras coisas. O recorte cronológico vai das reformas nos Estatutos da Universidade de Coimbra, em 1772, até a transferência da corte portuguesa para a Colônia brasileira, em 1808.

ABSTRACT

This work analyzes the botanical studies of Domingos Alves Branco Muniz Barreto (1748-1831), Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá (1766-1835), Baltasar da Silva Lisboa (1761-1840) e José Bittencourt de Sá e Accioli (1755-1828), all of them naturalist-public servants of Ilhéus County. The main questions presented in this work, among others, were the volume of study, methodological style and the writing adopted or detained by the authors. The chronological scope covers the period between the University of Coimbra Statute reforms, in 1772, and the transfer of the Portuguese court to the Brazilian colony, in 1808.

Dedico este trabalho aos meus pais e ao
Professor Henrique Jorge B. Lyra.

AGRADECIMENTOS

Honestamente, não acredito poder expressar com palavras o que realmente deveria ser dito nesta seção. Mas vou tentar chegar o mais próximo possível disso.

Em primeiro lugar, um agradecimento aos meus orientadores. A José Carlos Barreto de Santana pela orientação amigável e segura que, quase sempre extrapolou o projeto materializado nesta Dissertação e, que, apesar de sua árdua rotina enquanto Reitor desta Universidade, nunca deixou de ser acessível e atencioso com esse orientando. A André Mattedi Dias, figura amigável e sempre disponível, que me auxiliando, seja como professor, seja como orientador, também teve um papel imprescindível no meu desenvolvimento acadêmico. Devo a esses dois nomes bem mais do que gratidão pelo incentivo (quase que um empurrão) rumo a um projeto bem maior de pesquisa.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESP, um grande agradecimento no apoio desempenhado nesta pesquisa. Mais uma vez, instituições de fomento como esta provam ter cumprido seu importante papel social e nos sensibilizam a acreditar e defender suas propostas na construção de uma sociedade mais justa e rumo ao desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia.

À Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História, o meu mais sincero obrigado pelo seu jeito carinhoso, acessível e agradável com que sempre me ajudou a resolver as pendências do dia-a-dia.

Aos secretários do Programa, Andrei e Julival, pelo apoio constante em diversas ocasiões em que necessitei de ajuda. São eles, partes fundamentais no funcionamento do Mestrado e merecem nosso reconhecimento.

Aos professores com quem tive a oportunidade de dialogar e aprender, o meu muito obrigado. Um agradecimento especial ao Professor Eurelino Coelho, espécie de intelectual raro nos dias de hoje e com o qual me inspiro para, no futuro, ser um professor melhor do que sou hoje.

Agradeço a todos os funcionários desta Universidade, corpo de trabalhadores sem o qual nada do que fazemos na UEFS seria possível. Um agradecimento especial à Helena, secretária da Reitoria, que foi para mim como um braço direito ao longo desses dois anos, sempre com seu jeito organizado, atencioso e competente.

A todos os colegas de turma e de campus que tive o prazer de conhecer e alguns conviver, o meu muito obrigado pelo jeito acolhedor com que receberam esse estrangeiro das terras do Sul nesse tão agradável Sertão.

À Jeedean dos Santos Gomes, figura amiga com quem dividi grandes momentos de alegria e companheirismo, sempre com seu jeito particularíssimo e, contribuindo muito para tornar a minha vivência por aqui numa experiência muito agradável.

À Aruã Silva de Lima, amigo de tipo raro, e, o qual tive o prazer de conviver de forma mais próxima, o meu mais sincero agradecimento. Com ele aprendi a amar um pouco mais a prática do debate acadêmico honesto, arguto e constante e pude contar com uma mão amiga em momentos onde isso fez toda a diferença.

À Larissa Penelu, pela simpatia e companheirismo que sempre demonstrou ao longo do curso.

À Fabiana de Santana Andrade, companheira dos momentos mais solitários e trabalhosos, observadora privilegiada de minha labuta, o meu muito obrigado. Sua amizade, carinho e cuidado fizeram toda a diferença para tornar minha estada nessa cidade muito melhor.

Aos meus colegas pesquisadores que sempre me ajudaram a não me sentir solitário e me apoiaram, constantemente, na difícil tarefa de compreender uma realidade tão distante da qual vivemos, a transição do século XVIII para o XIX. São eles: Ana Paula dos Santos Lima, Caio Adan, Hallisson Gomes, Marcelo Henrique Dias e Poliana Cordeiro de Farias.

Aos meus familiares que sempre me apoiaram nesse projeto pessoal e que puderam observar de perto minha trajetória traçada nesses últimos anos. Aos meus pais, José de Sá Smith e Sílvia Gomes Motta, um agradecimento especial pelo apoio incondicional e pela compreensão a um projeto particular e fora de casa.

À Cláudia Suely Barreto Ferreira, companheira de todos os momentos, o meu agradecimento pela ajuda, apoio e compreensão que tornaram-na uma presença essencial no tempo em que estive consumido pela árdua rotina de produção.

Por fim, mas de forma nenhuma menos importante, um agradecimento especial ao meu Mestre Henrique Lyra, figura motivadora de longa data, que tive o prazer de conviver ao longo dos últimos anos nos quais, extrapolando sua função de orientador, assumiu em variados momentos, o papel de amigo, cúmplice e (porque não?) de pai.

A todos aqueles não mencionados, as mais sinceras desculpas de um pós-graduando com sua memória cansada, que há este tempo restringe-se a lembrar, como foi dito no início, que palavras nunca substituirão sentimentos.

Com a razão conseguimos calcular as ilimitadas limitações de nossa condição humana, sem deixar, contudo, de sentir em nossa pequenez, a grandiosidade do que podemos fazer com ela.

O autor.

SUMÁRIO

<u>CONSIDERAÇÕES INICIAIS</u>	14
A construção do Objeto e da Problematização	20
<u>PARTE 1: O CONTEXTO DA ILUSTRAÇÃO “LUSO-BRASILEIRA”</u>	28
CAPÍTULO 1 – A História Natural e o Império português	30
1.1 O Contexto Pombalino e o Espírito das Luzes	30
1.2 A Universidade de Coimbra Reformada	36
1.3 A Institucionalização da História Natural em Portugal	39
1.4 O Sistema de Patronato dos Ministros do Ultramar	42
CAPÍTULO 2 – Ilhéus: uma Comarca no Império	47
2.1 O Território da Comarca de Ilhéus	47
2.2 As Matas da Comarca	55
2.3 O Jardim Botânico da Bahia	60
<u>PARTE 2: OS ESTUDOS BOTÂNICOS DOS FUNCIONÁRIOS NATURALISTAS</u>	65
CAPÍTULO 3 - Domingos Alves Branco Muniz Barreto	70
3.1 Um Naturalista entre a Tradição e Singularidades	71
3.2 O Saber Indígena e as Ciências Naturais	73
3.3 O Estilo de Domingos	77
3.4 As Memórias de 1790	80
3.5 As Observações Botânicas de Muniz Barreto	83
CAPÍTULO 4 - Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá	88
4.1 O Ensaio sobre Ilhéus	90
4.2 A Introdução	92
4.3 A Primeira Parte	92
	10

4.4 A Segunda Parte	94
4.5 A Terceira Parte	96
4.5.1 O cacau	97
4.5.2 A baunilha	98
4.5.3 A canela	99
4.5.4 O cravo do Maranhão, contra-herva, salsa-parilha e a ipecacoanha	100
4.5.5 O café, o açafraão, o anil e o tamarindo	101
4.5.6 Das plantas que produzem linho, azeite e vinho na Comarca	102
4.5.7 Do algodão	104
4.5.8 Dos cereais	104
4.5.9 Da cana e da manipulação do açúcar	105
4.5.10 Da altura, conservação e corte das madeiras	107
CAPÍTULO 5 - Baltazar da Silva Lisboa	110
5.1 As Ciências Naturais e o Juiz brasileiro	111
5.2 Silva Lisboa e a Comarca de Ilhéus	113
5.3 As Experiências de Aclimação	117
CAPÍTULO 6 - José Bittencourt de Sá e Acioli	119
6.1 A Memória sobre Algodões e Mandiocas	121
6.2 Os tipos de algodão	122
6.3 As visões sobre o meio natural	123
6.4 Os melhoramentos como questão de Estado	125
6.5 Cálculos e propostas	127
6.6 As Observações ao “Plano” das Matas	128
<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	131
<u>REFERÊNCIAS</u>	135

LISTA DE FIGURAS

1 – Abrangência da Mata Atlântica Brasileira	26
2 – Vista Aérea de um Trecho da Mata Atlântica Brasileira	26
3 – Vista Interna de um Trecho da Mata Atlântica Brasileira	27
4 – Representação do Marquês de Pombal	32
5 – Aspecto do Jardim Botânico d’Ajuda	33
6 – Aspecto do Paço da Universidade de Coimbra	37
7 – Representação de Martinho de Melo e Castro	45
8 – Representação de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho	45
9 – Mapa da Comarca de Ilhéus	49
10 – Freguesias de Jequiçá, Cairu e Boipeba, 1800. (Parte Norte)	52
11 – Freguesias de Camamu, Maraú e Barra do Rio de Contas, 1800. (Parte Central)	53
12 – Freguesias de Ilhéus e Poxim, 1800. (Parte Sul)	54
13 – Estampa de Muniz Barreto: “Cravinho”	70
14 – Estampa de Muniz Barreto: “Emboza, ou folha do coração”	72
15 – Estampa de Muniz Barreto: “Ervinha”	77
16 – Foto das Ruínas do Presídio e Fortaleza do Morro de São Paulo	80
17 – Estampa de Muniz Barreto: “Pau vermelho medicinal”	86
18 – Estampa de Aciolli: máquina chinesa de carrear Algodão	128

ABREVIATURAS

AAPEB – Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia

ABN – Anais da Biblioteca Nacional

ACL – Academia de Ciências de Lisboa

AE – Arquivo do Exército (Rio de Janeiro)

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa)

AN – Arquivo Nacional (Rio de Janeiro)

APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia (Salvador)

BN – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

BNL – Biblioteca Nacional de Lisboa

IGHB – Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (Salvador)

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (Rio de Janeiro)

RIGHB – Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

RIHGB – Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este estudo objetiva analisar os estudos botânicos produzidos pelos funcionários naturalistas da Comarca de Ilhéus em fins de século XVIII e início do século XIX.

A área geográfica delimitada para a sua realização foi a da Comarca de Ilhéus que, desde 1761, passou a pertencer à Capitania Real da Bahia. Contudo, conforme veremos, as chamadas “vilas do sul” (Boipeba, Cairu, Valença, Camamu), distritos e aldeias próximas tiveram maior visibilidade, seja por serem as principais áreas de observação dos cientistas analisados, seja por carência documental no que se refere a outras regiões da Comarca, como a sua parte Sul e os seus Sertões.

O recorte cronológico desta pesquisa é a conjuntura 1772-1808. Esses marcos justificam-se por estruturar uma unidade contextual fundamental na discussão de nosso tema. 1772 é o ano em que ocorreram as reformas dos estatutos da Universidade de Coimbra, medida inserida no bojo de um conjunto de mudanças mais amplas, levado à frente pelo Marquês de Pombal, ministro do reinado de Dom José I (1750-1777). O ano de 1808, além de representar um marco tradicional na historiografia sobre o Brasil Colonial, configura um momento onde a centralidade político-administrativa passou a estar presente na colônia brasileira e os processos relativos à História Natural e a institucionalização do campo botânico, a ter uma dinâmica mais favorecida pela proximidade da corte e a presença de importantes viajantes naturalistas que por aqui passaram.¹

No que diz respeito aos cientistas selecionados para este estudo, tratam-se, até onde a pesquisa documental permite afirmar, os indivíduos que desenvolveram observações, “viagens filosóficas”², coleta de amostras naturais, reflexões, estampas e escritos sobre questões próprias ao nosso atual conhecimento botânico, naquele contexto ainda não institucionalizado e, assim, entendido ora como Filosofia Natural, História Natural ou parte das Ciências Naturais. O primeiro personagem de nossa história é o Capitão de Infantaria do Regimento dos Estremoz, Domingos Alves Branco Muniz Barreto (1748-1831)³. Autodidata

¹ Sobre as mudanças na ordem política do Império com a transferência da corte para o Brasil ver RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas: monarcas, vassalos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008.

² Esse conceito é tradicionalmente usado para os modelos de viagens empreendidos pelos viajantes brasileiros ou estrangeiros em longas expedições com caráter militar e exploratório dos territórios percorridos e que chegavam a durar décadas. O exemplo luso-brasileiro mais significativo é a viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. No caso dos sujeitos desta pesquisa, tais expedições não se concretizaram, pois eram realizadas, em geral, pequenas viagens ao longo da Comarca de Ilhéus ou adjacências e com estrutura e número de integrantes também menor. Porém, optamos ainda assim pela expressão Viagem Filosófica por encontrarmos as mesmas intencionalidades e procedimentos científicos em ambos modelos de viagens. Cf. KURY, Lorelai. “Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem”. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Vol. VIII (suplemento) 863-80, 2001; MOREIRA LEITE, M. L. “Naturalistas Viajantes”. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. I (2): 7-19, nov. 1994 – feb. 1995.

³ Um dos poucos trabalhos sobre Muniz Barreto é o de DELERUE, Maria Luísa. *Domingos A. B. Moniz Barreto: Baía, 1748, Rio de Janeiro 1831; entre o reformismo lusitano e a independência do Brasil*. Porto: Universidade

em História Natural e, possuindo exímias habilidades como desenhista, produziu dezenas de estampas para a Academia Real de Ciências de Lisboa, instituição a qual também era sócio correspondente, bem como coletou inúmeras espécies da flora local Ilheense, junto aos índios da região, apropriando-se amplamente dos saberes dos variados povos da Comarca.

O segundo deles é Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá (1766-1835), conhecido na historiografia como o “Intendente Câmara.”⁴ Iniciou seus estudos na Universidade de Coimbra, em Outubro de 1783, e nessa instituição, doutorou-se em Leis e Filosofia, obtendo seus diplomas em 1788. Aluno de Domenico Vandelli e com uma sólida formação intelectual, este naturalista teve oportunidades de grande relevância, ao participar, juntamente, com José Bonifácio de Andrade e Silva (1763-1838), de um programa de estudos e estágios práticos que durou cerca de oito anos, estendendo-se por diversos países europeus e no qual foi chefe de Brigada.

Ferreira da Câmara ingressou na Academia Real de Ciências de Lisboa, ao enviar em 1789, e, portanto, um ano após formado, a Memória intitulada “Ensaio de descrição física e econômica da Comarca dos Ilhéus na América”⁵, sendo esta, premiada e publicada pela instituição. Tal documento foi foco de nossa análise no capítulo IV.

Baltasar da Silva Lisboa (1761-1840)⁶ é o terceiro naturalista selecionado em nosso estudo. Foi membro da geração coimbrana de 1790⁷ e tornou-se um dos maiores peritos botânicos nos estudos ligados à “*physica dos bosques*”⁸. Com intensa atuação nessa área, é

Portucalense, 1998. 2 v. (Tese de mestrado policopiada). Atualmente, encontra-se em andamento no Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências da Universidade Federal da Bahia uma Dissertação de Mestrado desenvolvida por Poliana Cordeiro de Farias sobre as atividades naturalísticas de Muniz Barreto.

⁴ Cf. os trabalhos de MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *O intendente Câmara*. Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá, Intendente Geral das Minas e dos Diamantes. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1933; LEONARDOS, O. H. “O intendente Câmara”, *Engenharia, mineração e metalurgia*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 215, 1962, p. 226; LEINZ, V. “Manoel Ferreira da Câmara e José Bonifácio de Andrade e Silva ingressando na escola de Minas de Freiberg”, *Engenharia, mineração e metalurgia*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 227, 1963, p. 213. Para trabalhos sobre a formação e atuação de Câmara enquanto filósofo natural ver VARELA, Alex Gonçalves. “A Trajetória do Ilustrado Manuel Ferreira da Câmara em sua ‘fase européia’” (1783-1800). In: *Revista Tempo*. Niterói, UFF, 2007; FIGUEIRÔA, Silvia F. de M. “Um Pensionário Fiel de Sua Majestade: Manuel Ferreira da Câmara, 1764-1835”, in: ARANGO, Diana S. et al. (orgs.) *Científicos Criollos e Ilustración*. Madrid: Ediciones Doce Calles, Rudecolombia, 1999.

⁵ SÁ, Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e. “Ensaio de Descrição Física e Econômica da Comarca dos Ilhéus na América” in: Academia das Ciências de Lisboa, *Memórias econômicas*, vol. I, Lisboa, 1990 [1789].

⁶ Sobre este importante personagem da política brasileira Cf. RAMINELLI, Ronald. Baltazar da Silva Lisboa: a honra e os apuros do juiz naturalista. In: VAINFAS, Ronaldo. *et al*, (org). *Retratos do Império*: trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX. Niterói: EdUFF, 2006.

⁷ MAXWELL, Kenneth. “A geração de 1790 e a idéia do Império luso-brasileiro”, In: *Chocolate, piratas e outros malandros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

⁸ Campo de conhecimento botânico ligado aos estudos referentes às árvores florestais.

autor de enorme volume documental, referente às matas, experiências de aclimação, estudos de fisiologia vegetal, estampas botânicas, inventários, entre outros temas.⁹

Por fim, temos José Bittencourt de Sá e Accioli (1755-1828). Filósofo Natural, após se formar em Coimbra, estabeleceu, dentre outras coisas, uma pequena fábrica de cerâmica na Bahia e deu início à produção de Memórias acerca de explorações mineralógicas e culturas agrícolas¹⁰. De 1799 a 1808, este naturalista foi encarregado da exploração e inspeção das minas de salitre, na região de Montes Altos¹¹, na Bahia, onde construiu estradas ligando-a a costa, instalou uma fábrica desse minério e escreveu, pelo menos, duas Memórias sobre o tema.¹² Certamente, essas Memórias foram as responsáveis por seu acesso à Academia Real de Ciências de Lisboa, a qual também era sócio correspondente.

As nossas principais questões norteadoras foram relativas ao volume dos estudos botânicos realizados; suas motivações e/ou finalidades; as regiões, temas e abordagens privilegiadas por seus autores; os estilos metodológicos e de escrita adotados ou detidos pelos funcionários; entre outras questões.

Ao leitor desavisado, pode parecer estranho e até mesmo inapropriado, o tratamento que demos à algumas questões que só, aparentemente, não estão ligados à discussão dos estudos botânicos proposta neste trabalho, como por exemplo, as instituições coloniais como o Jardim Botânico e a Inspeção dos Reais Cortes de Madeira, as políticas de conservação das matas empreendidas em fins do século XVIII na região ou mesmo questões ligadas, propriamente, à Agricultura do período.

⁹ Cf. LISBOA, Baltasar da Silva. *Ensaio da Física Vegetal dos Bosques de Ilhéos*. 1801 e 1803. 271 f, contendo 51 desenhos aquarelados desdobráveis. BNL – Reservados, F.R. 860; *Memória sobre os cortes das arvores do Brasil, e os melhores meyoys de preparar as suas madeiras para mais durarem e conservarem as suas boas qualidades*. ACL, Série Azul, 17, nº 8 p. 175-180; *Memória sobre as árvores de construção consideradas pelos caracteres botânicos*. 75p. ACL - Ms 17.7; *Quina do Brazil oferecida ao Illmo. e Exmo. Senhor D. Fernando Jozé do Portugal governador e capitão general da capitania da Bahia, pelo Dr. Balthasar da Silva Lisboa, juiz conservador das mattas dos Ilheos, e em testemunho de seu reconhecimento achada nas mattas da mesma comarca em o anno de mil e oito centos*. 1800. 1 folha. ACL, Série Azul, 374; *Ofício do Governador interino para o Visconde de Anadia, em que participa ter expedido a Baltasar da Silva Lisboa as ordens necessárias para se promover a cultura do Morus Popyrifero*. Projeto Resgate (Castro e Almeida): AHU, Caixa, 119, Documento, 23.603.; *Phisica dos bosques de Ilhéos*. IHGB. Lata 16, doc. 12; *Princípios de Physica vegetal para servir de preliminar ao estudo dos cortes de madeiras*. 27 f. BN, nº I – 28 , 9, 55; *Riqueza do Brasil em madeiras de construção e carpintaria*. Rio de Janeiro, 1823. In: *Revista do IGHB*. Vol. 52. 1926.

¹⁰ Referentes à Botânica ver ACIOLLI, José de Sá Bittencourt e. (atribuído a). *Observações sobre o plano feito para conservação das matas da capitania da Bahia*. Bahia, 1799. BN nº 22, 1, 9; *Memória sobre a plantação dos algodões, e sua exportação; sobre a decadência da Lavouira de mandiocas, no Termo da Villa de Camamu, Comarca dos Ilhéos, na Bahia. Apresentada, e oferecida a Sua Alteza Rea, l o Príncipe do Brazil por José de Sá Betencourt*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1798.

¹¹ Região próxima a atual cidade de Caetité, no sudoeste da Bahia.

¹² *Memória sobre o terreno nitroso de Montes Altos*. Bahia, 1799. IHGB, Lata 109, pasta 4 e; *Memória sobre a viagem do terreno Nitrozo (dos Montes Altos da Bahia)*. 1800. BN, nº 11, 2, 14.

Isso se deve à própria falta da completa formação do campo botânico enquanto uma esfera autônoma do saber Setecentista, sendo os conhecimentos ligados ao que hoje entendemos por Ciência Botânica, de forma confusa, relacionada tanto ao campo da Filosofia Natural quanto ao próprio campo da Agricultura.

Conforme salientou Domingues (1995),

As injunções políticas das relações que se instituíram entre as ciências naturais e a agricultura implicaram em dominâncias e ofuscamento de alguns ramos destas ciências. De um lado, a valorização econômica dos produtos naturais agrícolas e a crença na enorme fertilidade do solo brasileiro levaram à dominância da botânica na agricultura, pelo menos, até meados do século XIX.¹³

Tal dominância da botânica na agricultura era tão evidente que na introdução do livro de Carlos Augusto Taunay, ainda em 1839, o autor mencionava que “a ciência agrônômica tem tanto parentesco com a botânica, de que se pode considerar como primogênita [...]” e na França da década de 1850, autores compreendiam que a botânica e a agricultura estavam em relação direta, “podendo a última ser tomada como um campo de aplicação dos conhecimentos adquiridos pela primeira”.¹⁴

Assim, o tratamento das questões acima mencionadas torna-se uma necessidade ao pesquisador que se propõe a pensar aspectos da produção botânica em um cenário colonial baiano onde tal campo ainda não tinha consolidado um grau de autonomia suficiente para se desmembrar de outros campos. Em outras palavras, não é possível entender os estudos botânicos no século XVIII sem levarmos em consideração o contexto de suas produções, suas vinculações com a produção colonial agrícola, as principais demandas imperiais no uso das matas que gerou uma grande necessidade de aprimoramento de um saber especializado no tema, suas vinculações institucionais, entre outras questões.

No que diz respeito ao tratamento com as fontes documentais, cabe mencionar o aspecto por vezes, demasiadamente, descritivo que assumiu determinadas passagens do texto. Seja de forma intencional ou não, esse tipo de apresentação das fontes torna-se no nosso entender, uma necessidade momentânea, uma vez que é notório a pequena quantidade de estudos que chegaram a utilizar tais fontes, tornando a documentação trabalhada pouco explorada e não raro inéditas. Outro fator importante diz respeito ao olhar imprimido pelos

¹³ DOMINGUES, Heloísa Maria Bertol. *Ciência: um Caso de Política*. As relações entre Ciências Naturais e a Agricultura no Brasil Império. 1995. 107f. Tese (Doutorado em Ciências) – FFLCH, USP, São Paulo, 1995. Não publicada.

¹⁴ APUD In: *Ibidem*, p. 107.

historiadores da Comarca de Ilhéus sobre tal escopo documental, quase nunca valorizando os aspectos, propriamente, ligados à História das Ciências. Dessa forma, seja por estilo ou opção metodológica, acreditamos que esse tratamento com as “evidências” seja talvez uma de nossas maiores contribuições com este trabalho.

Ao fazermos um balanço das dificuldades encontradas ao longo da produção do texto, eventuais falhas em seu produto final e possíveis aprofundamentos em uma futura agenda de pesquisa, chegamos a algumas conclusões. Em primeiro lugar, devemos registrar a carência de estudos na área, o que por vezes nos passou a sensação de “tatear no escuro”. Para além de uma relação estabelecida entre pesquisadores e seus específicos “objetos” de estudos, o que não raro provoca uma sensação de isolamento intelectual, tivemos que conviver com a pouca produção e o débil amadurecimento sobre inúmeras questões aqui tratadas.

Outra dificuldade que surgiu, talvez por conta da primeira, foi a escolha da estruturação da narrativa. Ao optarmos pela construção da segunda parte da Dissertação em capítulos referentes a cada naturalista estudado, desprivilegamos uma análise sistematizada e concentrada de muitas questões trabalhadas. E isso, certamente, é uma lacuna deste trabalho. Outra lacuna evidente diz respeito ao privilégio dado a fontes documentais como as Memórias, o que não possibilitou o trabalho rico e grande de explorarmos a documentação de cunho mais administrativo do Império português. Por outro lado, trata-se de um possível trabalho a ser feito no futuro, pois outras frentes analíticas ainda precisam ser também melhor trabalhadas no entendimento da História do campo botânico na Bahia.

Nesse sentido, pensamos ser de grande importância o aprofundamento futuro de três grandes frentes de estudo, timidamente, pensadas neste trabalho e que são fundamentais no entendimento da História da Botânica Colonial. O primeiro é o papel da política de proteção e fomento da alta burocracia portuguesa aos naturalistas no Brasil, o segundo, os estudos desenvolvidos propriamente ditos e por fim, a análise de instituições como os Jardins Botânicos e a Inspeção das Matas.

A CONSTRUÇÃO DO OBJETO E DA PROBLEMATIZAÇÃO

Um dos marcos na consolidação de uma tradicional historiografia sobre as ciências no Brasil foi o trabalho organizado por Fernando de Azevedo. Esta obra tinha como um de seus objetivos reunir textos sobre as mais diversas áreas do conhecimento, apresentando em cada uma delas “o estado das coisas” em que se apresentava cada campo no Brasil. Na introdução, Azevedo escreveu,

O espírito científico e os verdadeiros métodos faltaram no Brasil. Foi tão pequena e, salvo exceções, tão mesquinhas, em tão longo período, a participação do país na corrente do pensamento científico que se teve, em certa época, por sinal de inferioridade, o atraso nacional no campo das ciências físicas experimentais e, de modo geral, nas ciências exatas, se não chegou a passar em julgado a inaptidão do brasileiro para os estudos científicos, certamente se manteve por muito tempo uma atitude de cepticismo em face de perspectivas de progressos neste vasto setor do universo cultural.¹⁵

Em sua concepção, Azevedo atribuía o status de Ciência somente àquelas atividades que se baseassem na Ciência tal qual a produzida na Europa. Essa abordagem impediu o autor de dar visibilidade a práticas e cientistas brasileiros durante o período de nossa História colonial. Quanto às políticas reformistas empreendidas no final do século XVIII, afirmou que,

Não tiveram maior êxito nem repercussão direta no Brasil as reformas empreendidas em 1772 pelo Marquês de Pombal e que atingiram a Universidade de Coimbra, cujos cursos foram inteiramente ampliados e remodelados segundo o espírito moderno.¹⁶

Tal como aponta a historiadora Marta de Almeida, partimos do princípio que esta concepção tradicional se assenta em dois aspectos, extremamente, difundidos na década de 1950, momento em que foi escrito o trabalho e, em grande medida, ainda hoje. O primeiro deles se pauta na concepção de que o conhecimento científico é algo positivo, neutro e desvinculado da realidade social, assim,

a historiografia das ciências até recentemente introjetou a ideologia do conhecimento científico como uma entidade do saber desvinculada das complexidades sociais, pois o considerou respaldado pelos princípios da

¹⁵ AZEVEDO, Fernando de. (org). *As Ciências no Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1955, p. 27.

¹⁶ *Ibidem*, p. 23.

neutralidade, imparcialidade e racionalidade na busca do progresso e da verdade. [...].¹⁷

O segundo aspecto, diretamente ligado ao primeiro, surge da premissa de que a produção científica possui um caráter universal, assim,

A ênfase dessa visão tradicional é o processo de difusão da ciência a partir da produção científica dos centros europeus, em regiões consideradas periféricas, configuradas num modelo difusionista, no qual são concebidas enquanto agentes passivos, meros receptáculos da ciência, dependentes e reprodutoras do conhecimento dos grandes centros de excelência científica.
¹⁸

No caso específico da produção sobre a História da Botânica no Brasil, este quadro tende a se reproduzir. No texto sobre a Botânica, na mesma coletânea organizada por Azevedo, escrito por Mário Guimarães Ferri¹⁹, encontramos uma periodização da história da Botânica no Brasil, distribuída nos seguintes períodos: 1ª Dos cronistas: século XVI, das cartas escritas por Nóbrega e Anchieta até meados do século XVII.; 2ª Início do científico: durante a permanência dos holandeses no Nordeste brasileiro, tendo como marco a *Historia Naturalis Brasiliae*, escrita por Marcgrave e publicada por João de Laet, em 1648; 3ª Do despertar de brasileiros: da ida de filhos da elite brasileira para estudar na Universidade de Coimbra, a partir da segunda metade do século XVIII; 4ª Dos naturalistas viajantes: abrange o século XIX e início do século XX; 5ª Contemporâneo: culmina com a criação da Universidade de São Paulo, em 1934, inicia-se, efetivamente, a institucionalização da Botânica no Brasil.

Referente a transição dos séculos XVIII e XIX, recorte cronológico de nossa pesquisa, esse autor, ao longo de apenas três páginas, enumerou algumas iniciativas botânicas de Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815), que durante os anos de 1783 a 1793 empreendeu uma das mais conhecidas Viagens Filosóficas da historiografia da ilustração brasileira; as vidas e feitos de Frei Mariano da Conceição Veloso (1742-1811); Arruda Câmara (1752-1810); Frei Leandro do Sacramento (1779-1829); Freire Alemão (1797-?) e Frei Custódio Alves Serrão (1799-1873). Curioso ainda observar, que em outro texto

¹⁷ ALMEIDA, Marta de. *República dos Invisíveis*: Emílio Ribas, microbiologia e saúde pública em São Paulo (1898-1917). Bragança Paulista: EDUSF, 2003, p. 21.

¹⁸ *Idem*, p. 25-26. Para uma discussão mais aprofundada sobre o revisionismo desenvolvido por uma nova historiografia social das ciências ver capítulo 1 de FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de Mendonça. *As Ciências Geológicas no Brasil*: uma história social e institucional (1875-1934). São Paulo: Hucitec, 1997, p. 15; Capítulo 1 de MOREL, Regina Lúcia de Moraes. *Ciência e Estado*: a política científica no Brasil. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979, p. 5-22 e; Introdução de SANTANA, José Carlos Barreto de. *Ciência e Arte*: Euclides da Cunha e as ciências naturais. São Paulo: Hucitec, Feira de Santana: UEFS, 2001, p. 19.

¹⁹ FERRI, Mário Guimarães. "A Botânica no Brasil". In: AZEVEDO, *op. Cit.*, p. 150.

vinculado à outra organização produzida 25 anos depois²⁰, este mesmo autor quase nada tinha mudado em seu pensamento sobre a produção científica na área, no mesmo período.

O texto de Ferri segue a mesma linha do célebre trabalho escrito em 1922 por Arthur Neiva²¹. Este, em seu “Esboço histórico” sobre a Botânica, ao longo de meia página dedicada ao período, apenas faz menção ao baiano Alexandre Rodrigues Ferreira.

Interessante notar que esta perspectiva também está presente em recente trabalho da bióloga Eliana Nogueira sobre a História da Botânica brasileira²² que, ao longo de suas sete páginas dedicadas ao período dos brasileiros coimbrões dos setecentos, destacou apenas Conceição Veloso, Arruda da Câmara, José da Costa Azevedo, Leandro do Sacramento, José Bonifácio e, como não poderia deixar de ser, Alexandre Rodrigues Ferreira.

Assim, é evidente o suposto “vazio científico” no período colonial brasileiro referente à maioria dos brasileiros que se formaram em Coimbra sob a direção do naturalista italiano Domenico Vandelli (1730-1815) e que, no Brasil, ocupando cargos da magistratura imperial, desenvolveram inúmeras atividades científicas. Exceção a isso, e que ainda carece ser problematizado, é a visibilidade ao nome de Alexandre Rodrigues Ferreira.²³

Como nos apontam os dados relativos aos brasileiros que estudaram em Coimbra, apenas no século XVIII, temos que cerca de 1.752 estudantes passaram por lá²⁴, tendo muitos destes se habilitado em especialidades próprias da História Natural e, portanto, aptos a desenvolverem estudos práticos em Botânica, pois,

nos primeiros vinte anos que se seguiram à reforma, os diplomas expedidos para os cursos científicos (Matemática, Ciências Naturais e Medicina) superaram os de Humanidades, o que revela um ponto de reversão no quadro de difusão das ciências naturais no Reino e, sobretudo, no Brasil.²⁵

²⁰ FERRI, Mário Guimarães. “História da Botânica no Brasil”. In: FERRI, Mário Guimarães; MOTOYAMA, Shozo. (coord). *História das Ciências no Brasil*. São Paulo: EPU/Edusp, 1979-1980.

²¹ NEIVA, Arthur. *Esboço histórico sobre a Botânica e Zoologia no Brasil*. Brasília: Editora da UnB, 1989.

²² NOGUEIRA, Eliana. *Uma História brasileira da Botânica*. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Marco Zero, 2000.

²³ Não só este naturalista baiano tem concentrado de longa data, a atenção da historiografia sobre o tema, mas também os naturalistas estrangeiros que pela colônia e império brasileiro passaram, ver: KURY, Lorelai. Viajantes-naturalistas no Brasil Oitocentista: experiência, relato e imagem. In: *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*. Vol. VIII (suplemento), 863-80, 2001; MOREIRA LEITE, Mirian L. Viajantes Naturalistas. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*. I (2): 7-19, nov. 1994 – fev. 1995 e; PAPAVERO, N; TEIXEIRA; Dante M. Os Viajantes e a Biogeografia. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*. Vol. VIII (suplemento), 1015-1037, 2001.

²⁴ Levantamento encontrado em BOSCHI, Caio César. *Achegas à historia de Minas Gerais: séc. XVIII*. Porto, Portugal: Universidade Portucalense, 1994. 93p (Série estudos e documentos).

²⁵ DIAS, Maria Odila. “Aspectos da Ilustração no Brasil”. *Revista do IHGB*, 1968, p. 34.

Assim, se haviam tantos estudantes brasileiros com formação para atuar com Botânica, porque não temos notícias de seus estudos, viagens ou outros registros? Teriam eles nada feito com os saberes desenvolvidos no Reino?

Este estudo pretende contribuir para oferecer algumas respostas a essas perguntas, mostrando que mesmo numa Comarca, como a de Ilhéus, longe da então capital que, a partir de 1763 foi transferida de Salvador para a cidade do Rio de Janeiro e sem muita expressividade política e economia modesta, foi o palco de inúmeras práticas científicas desenvolvidas, sistematicamente, por pelo menos quatro funcionários naturalistas que, voltando suas atenções para a realidade local, produziram inúmeros documentos, dentre eles Memórias²⁶ sobre minerais, animais e, privilegiadamente, vegetais.

Encontramos ainda, dois outros naturalistas brasileiros atuando no território da Capitania da Bahia, jurisdição da Coroa portuguesa à qual a Comarca de Ilhéus estava vinculada, mas deixados de fora deste trabalho por adotarmos o recorte político-administrativo de Ilhéus. O primeiro é Ignácio Ferreira da Câmara Bittencourt. Tendo estudado medicina em Montpellier, na França, foi indicado, em 1802, pelo Governador da Bahia ao Ministro Dom Rodrigo de Sousa Coutinho para prontificar a instalação de um Jardim Botânico na Bahia e ser o seu diretor.²⁷ Bittencourt escolheu e indicou os terrenos apropriados e empreendeu um programa de envios de espécies da região à Vandelli no Jardim Botânico d'Ajuda.²⁸

O segundo trata-se de Joaquim Amorim e Castro (1760-1817), colega coimbrão de Silva Lisboa. Dentre as atividades desse que era Juiz de Fora da Vila de Cachoeira, dedicou à Rainha uma “singela coleção de madeiras”, que segundo ele, formava “um dos ramos mais interessantes da riqueza natural do seu império”²⁹ e desenvolveu estudos sobre tabaco, cochonilha, ervas naturais, entre outros.³⁰

²⁶ Trata-se de um conhecido e muito utilizado relatório técnico da época, onde os filósofos apresentavam suas principais reflexões de estudo. No final do século XVIII, havia muitas normas de padronização deste poderoso instrumento científico e muitas delas foram premiadas e publicadas pela própria coroa.

²⁷ *Ofício do Governador da Bahia para Dom Rodrigo de Sousa Coutinho*. 12 de fevereiro de 1798. BN, nº II- 30, 06, 4.

²⁸ *Ofícios de Inácio Ferreira da Câmara Bittencourt relativos ao Jardim Botânico da cidade da Bahia*. BN, nº II-33,26,27.

²⁹ CASTRO, Joaquim Amorim e. “*Memória para a Rainha...*” In: *ABN*, v.32, 1910, p. 116.

³⁰ Cf. Memória sobre tabaco em LAPA, José Roberto do Amaral. *Economia Colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1973; *Carta à rainha [D. Maria I] sobre a cochonilha e a sua cultura no termo e sertão da referida vila*. Bahia, 27/7/1789. Projeto Resgate (Castro e Almeida): AHU-Bahia, Cx. 191, D. 14000; *Ofício para D. Fernando José de Portugal solicitando incentivo à produção de tabaco e algodão, bem como aos seus ensaios na área da botânica*. Cachoeira, 20/1/1796. Projeto Resgate (Castro e Almeida): AHU-Bahia, Cx. 200, D. 14447.

Esses naturalistas foram, amplamente, motivados pela estratégia adotada pela alta burocracia estatal portuguesa, que consistia em delegar a eles, em sua maioria membros das ricas famílias do Reino e das colônias, a tarefa de empreender um amplo levantamento das potencialidades naturais de vastos territórios do Império, atividades que resultaram em inúmeros mapas³¹, inventários e estudos de recursos naturais, descrições de variados grupos étnicos, propostas políticas, criação de instituições, dentre outras ações.³²

Destacamos, ainda, dois pontos de grande relevância nesse processo. O primeiro diz respeito à própria dinâmica da administração portuguesa que, depois da administração pombalina (1750-1777), se empenhou, sistematicamente, para promover inúmeras reformas no Reino e nos espaços coloniais, destacando as potencialidades do mundo natural. O guia para tal empreitada foi o movimento de Ilustração que, surgindo, originalmente, na França setecentista, havia se espalhado por várias nações européias.

Tendo o mundo natural como objeto de investigação da Filosofia Natural³³, campo de saber que dividia o Universo em três “reinos da Natureza: o animal, o vegetal e o mineral”³⁴, Vandelli e outros³⁵ contaram com o apoio das políticas da Secretaria de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos, nas gerências dos Ministros Martinho de Melo e Castro (1770-1795) e Dom Rodrigo de Sousa Coutinho (1796-1801), para potencializar o uso e empreender um inventário de tais reinos naturais. Para isso, ministros e mestres utilizaram o amplo sistema de patronagem real³⁶, que distribuiu mercês, privilégios e títulos aos naturalistas que se destacaram neste projeto filosófico.

Assim, se correspondendo com célebres espaços institucionais como, a Academia Real de Ciências de Lisboa, e com o próprio Vandelli, esses funcionários naturalistas da Comarca peregrinavam pelo território ilheense em busca de observações acerca das minas, de espécie de animais e botânicas.

³¹ Ronald Raminelli *op. Cit*, 2008, chamou a atenção para a relação entre os processos de demarcação de fronteira durante os tratados de Madri (1750) e Santo Ildefonso (1777) na consolidação das Ciências Naturais em Portugal.

³² Dentre a razoável bibliografia sobre o tema Cf. DIAS, Maria Odila. “*Aspectos da Ilustração no Brasil.*” Revista do IHGB, 1968; KURY, Lorelai. “Homens de Ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810)”. In: *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*. Vol. XI, p. 109-129, 2004; PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. RJ: Zahar, 2002.

³³ Campo de saber setecentista que comportava originalmente o que entendemos por Ciências Naturais. Cf. DA CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho. *Verdades por mim Vistas e Observadas, Oxalá foram Fábulas Sonhadas: Cientistas brasileiros do setecentos, uma leitura auto-etnográfica*. Curitiba: UFPR, 2004. Tese de doutorado.

³⁴ *ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1772*. Coimbra, Universidade de Coimbra, 1972. 3.v. (edição facsimilar) v. I. p. VII. Doravante referenciados como ESTATUTOS.

³⁵ Para uma discussão do papel de Giovanni Antônio Dalla Bella (1730-1823) e do discípulo paduano de Vandelli, Julio Mattiazzi, nesse contexto, Cf. DA CRUZ, *op. Cit*.

³⁶ Cf. RAMINELLI, *op. Cit*.

Seguindo instruções elaboradas, especificamente, para naturalistas que empreendessem as viagens filosóficas, esses homens percorriam longas distâncias em expedições que poderiam variar de alguns dias a alguns meses, chegando a incluir centenas de homens, dentre eles soldados, jardineiros, desenhistas, colonos e alguns indígenas. A presença dessas especialidades e, em especial, dos índios eram de fundamental importância para a expedição, pois o saber nativo era, largamente, utilizado na identificação de rotas, de espécies da fauna e flora, bem como seus respectivos usos na culinária, medicina e, no caso das madeiras na construção, na indústria naval e civil.

Essas viagens, geralmente, tinham como produto final a coleta de centenas ou milhares de exemplares de representantes locais do reino mineral, vegetal e animal e a confecção de um relatório de atividades com registros escritos e iconográficos, as Memórias. Contendo inúmeras informações, iam muito além das relativas à História Natural, apresentando descrições de paisagens, densidade demográfica e econômica das vilas, tribos indígenas e, não raro, propostas políticas.

Algumas Memórias eram tão bem vindas que a Coroa estimulava sua reprodução em manuais específicos a agricultores, como em casos de desenvolvimento de algum novo método agrícola.³⁷

Tais explorações das potencialidades locais dos recursos naturais tinham como principal objetivo dinamizar a economia da Real Fazenda através da multiplicação das possibilidades de renda. Nas palavras de Pádua (2002),

nesse contexto, as diferentes potências européias buscavam garantir o seu suprimento de recursos naturais, especialmente de madeiras para os navios de guerra, desenhando legislações e políticas públicas para deter a destruição das florestas, inclusive nos espaços coloniais [...]. Tratava-se, portanto, de uma intervenção inédita do poder político no ordenamento ecológico de um território, atingindo um grau de abrangência muito superior aos das legislações locais que existiam desde a Idade Média [...]. É no contexto desse debate internacional sobre o problema dos recursos naturais, associado às necessidades concretas da segurança militar, que devemos entender as posturas manifestadas sobre o tema por Dom Rodrigo de Sousa Coutinho.³⁸

O segundo ponto de estímulo de tais práticas científicas desenvolvidas na Comarca diz respeito às potencialidades naturais dessa área dentro do Império Marítimo Português. O antigo território da Comarca de Ilhéus se encontrava no seio do mais rico bioma

³⁷ Cf. PÁDUA, *op. Cit.*

³⁸ *Ibidem*, p. 52- 55.

em biodiversidade do planeta, a Mata Atlântica brasileira. Compreendendo cerca de 15% de todo atual território nacional (ver imagem I), apresenta alguns dados impressionantes:

Uma das florestas mais ricas em biodiversidade no Planeta, a Mata Atlântica detém o recorde de plantas lenhosas (angiospermas) por hectare (450 espécies no Sul da Bahia), cerca de 20 mil espécies vegetais, sendo 8 mil delas endêmicas, além de recordes de quantidade de espécies e endemismo em vários outros grupos de plantas. Para se ter uma idéia do que isso representa, em toda a América do Norte são estimadas 17.000 espécies existentes, na Europa cerca de 12.500 e, na África, entre 40.000 e 45.000.³⁹

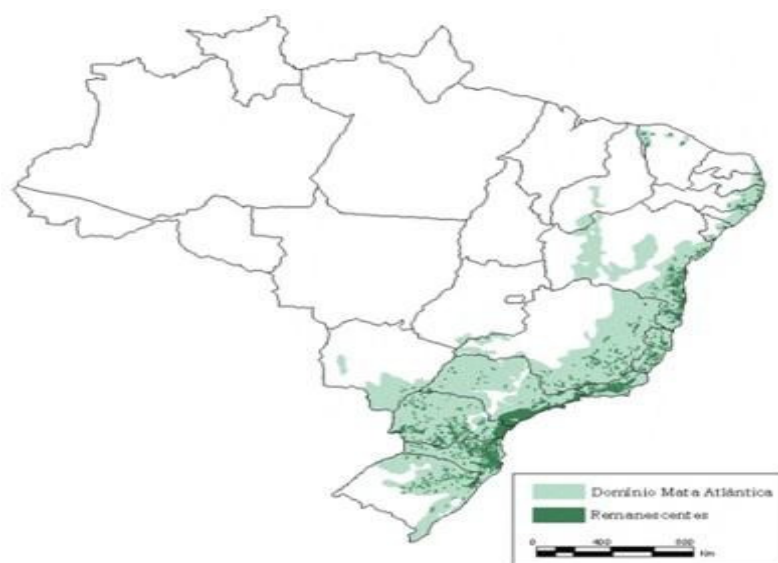


FIGURA 1 – Abrangência da Mata Atlântica Brasileira
Fonte: Disponível em <http://www.arocha.org/br-pt/3098-DSY.html>.



FIGURA 2 – Vista Aérea de um Trecho da Mata Atlântica Brasileira
Fonte: Disponível em <http://canalcultura.wordpress.com/.../a-mata-atlantica/>

³⁹ Disponível em: www.sosmataatlantica.org.br/index.php?section=info&action=flora. Consultado em 11/11/2008.



FIGURA 3 – Vista Interna de um Trecho da Mata Atlântica Brasileira
Fonte: Disponível em www.baixaki.com.br/.../11223-mata-atlantica.htm

Desta forma, não só encontramos um contexto de intensa efervescência política para as atividades naturalísticas dos funcionários reais da Comarca, mas também um território rico em biodiversidade e pouco explorado pelo saber científico da época.

**PARTE I - O CONTEXTO DA
ILUSTRAÇÃO LUSO-BRASILEIRA**

O objetivo central dessa primeira parte da dissertação é debater o contexto da Ilustração luso-brasileira na transição dos séculos XVIII e XIX no Reino e na Comarca de Ilhéus, destacando o papel das medidas reformistas do Marquês de Pombal e de alguns marcos do reformismo ilustrados do período mariano e joanino na consolidação de um contexto político favorável à implantação da História Natural através de medidas e práticas que visavam a potencialização do uso dos recursos naturais ao longo do Império português e a criação de um corpo especializado de burocratas entendidos em História Natural.

Os principais marcos analisados no Reino são as reformas nos Estatutos da Universidade de Coimbra em 1772; o projeto político-acadêmico dos mestres europeus a serviço da coroa portuguesa, como o italiano Domingos Vandelli; a implantação do Real Jardim Botânico da Ajuda, o Museu de História Natural da Ajuda e da Academia Real de Ciência de Lisboa, em 1779.

No âmbito da Comarca de Ilhéus, destacaremos a implantação da Inspetoria dos Reais Cortes de madeira, instituição que assumiu, ao longo da década de 1780 e 1790, papel central nos interesses reais sobre os paus destinados a indústria naval em Salvador ou exportação.

Destacaremos, ainda, o impacto e as particularidades do processo de regulamentação dos reais cortes de madeira empreendido na colônia brasileira, a partir de três importantes elementos: a) a criação do cargo de Juiz Conservador das Matas em 1796; b) A política monopolista dos cortes de madeira de 1797 e; c) a criação do primeiro regimento dos cortes de madeira da colônia brasileira pelo Juiz Conservador de Ilhéus no seio da discussão entre proprietários de terras e a coroa sobre a política de 1797.

Por fim, vale ressaltar a implementação do Jardim Botânico da Bahia, instituição que veio a cumprir um papel de apoio às medidas de inventário da flora local, bem como as práticas de intercâmbio de mudas, sementes, raízes e frutos diversos oriundos de variadas partes do mundo, uma vez que este jardim alcançou influência internacional.

A discussão pretende não perder de vista a conexão existente entre essas questões, uma vez que todos esses elementos, sejam no âmbito da Comarca ou no Reino, são fundamentais no entendimento dos estudos empreendidos em Ilhéus sobre botânica no período.

CAPÍTULO 1

A HISTÓRIA NATURAL E O IMPÉRIO PORTUGUÊS

O objetivo principal deste capítulo consiste em discutir aspectos do processo de institucionalização da História Natural no Império português, nas últimas décadas do século XVIII, em seus âmbitos políticos, culturais e institucionais. Trata-se de uma discussão bastante consolidada na historiografia sobre o tema e, portanto, não pretendemos nos aprofundar muito, mas antes, oferecer um panorama geral à guisa de introdução na discussão acerca dos estudos botânicos empreendidos na Comarca de Ilhéus entre o final dos setecentos e início dos oitocentos brasileiro.

1.1 - O CONTEXTO POMBALINO E O ESPÍRITO DAS LUZES

O governo de D. João V (1707-1750) empreendeu grandes esforços tentando aproximar o reino português das grandes cortes européias e, nesse sentido, mostrou-se aberto também para assimilar uma mentalidade ilustrada.⁴⁰ Esse período marca a aproximação de Portugal à Europa, no esforço de deixar de ser um país dominado por uma nobreza rústica, por um clero retrógrado e por muitos hábitos não europeus trazidos das colônias. No que diz respeito à História Natural, enquanto nos outros países da Europa já se fazia sentir grande entusiasmo pelas atividades científicas de coleta, observação e descrição dos produtos naturais, o interesse dos portugueses por esse saber limitava-se quase que à utilização medicinal das plantas.⁴¹

Registrado os esforços iniciais de D. João V para o avanço do conhecimento científico em Portugal, dinamizando seu país e desenvolvendo um ambiente cultural mais propício ao reformismo científico, é no governo de D. José I (1750-1777), seu filho, que encontramos uma preocupação ainda maior com a História Natural em Portugal. Sendo a

⁴⁰ Para uma discussão mais aprofundada sobre a Ilustração Cf. VOVELLE, Michel. (org.). *O homem do iluminismo*. Lisboa : Editorial Presença, 1997.

⁴¹ FERREIRA, M. P. V. et al. *História e desenvolvimento da ciência em Portugal*. Lisboa: Imprensa da Academia, 1986. 2 v.

física experimental uma das paixões de D. José, desde cedo contou com uma sólida estrutura para o auxílio de seu desenvolvimento na área:

O gabinete de Física da Casa Real, no palácio da Ajuda, era um dos mais bem apetrechados de então. Destinava-se ao uso da família real, nomeadamente do príncipe D. José. O gosto deste príncipe pela ciência, particularmente pela Mecânica e os seus estudos de Matemática, Geometria, Arte Militar e de Fortificação, Geografia e Náutica faziam com que, para além de freqüentar as sessões de Filosofia Experimental na Casa das Necessidades e de realizar pessoalmente experiências no seu gabinete de Física, assistisse a ensaios de máquinas aerostáticas [...]. Também seu irmão, o infante D. Francisco, fora impulsionado para o estudo da astronomia reunindo, para o efeito, uma boa coleção de instrumentos.⁴²

Seu grande ânimo pelas ciências experimentais motivava-o a freqüentar diversas demonstrações no Gabinete de Física Experimental do Padre Teodoro de Almeida e acompanhar com certo cuidado os avanços da ciência astronômica que vinha ocorrendo em toda a Europa. Além disso, o desenvolvimento das Ciências em Portugal durante seu governo foi em grande parte beneficiado pelo papel que desempenhou nesse campo o seu Ministro dos Negócios Estrangeiros de Dom José, Sebastião José de Carvalho e Mello (1699-1782), o futuro Marquês de Pombal. Após destituir o sistema educacional jesuítico e desestabilizar também o ensino na instituição oratoriana, Pombal voltou suas atenções para as reformas educacionais e pedagógicas que culminariam com a Reforma da Universidade de Coimbra.⁴³

⁴² GOUVEIA, Isabel de Barros Amaral Marques. *Fantasia, ciência e espetáculo em Portugal no século XVIII*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2000.

⁴³ SILVA, Clarete Paranhos da. *Garimpando Memórias: As ciências mineralógicas no Brasil na transição do século XVIII para o XIX*. 2004. Tese (doutorado em Ciências) – Instituto de Geociências da Unicamp, Campinas, 2004. Não publicada.



FIGURA 4 – Representação do Marquês de Pombal

Fonte: Disponível em <http://www.meusestudos.com/system/fotos/marques-de-pombal.jpg>

O período pombalino, denominação recorrente ao reinado de D. José I, caracterizou-se assim, como um tempo de reformas do Estado em todos os níveis, administrativo, econômico, político e social, onde o próprio Pombal concentrou poderes e tomou as mais importantes decisões em direção ao fortalecimento do poder real. A introdução mais sistemática das ciências em Portugal seria possibilitada nos planos de Carvalho e Mello através de um programa de reformas no ensino português, que visava além de preparo técnico-científico dos estudantes, a potencialização dos futuros gestores e fiscais dos assuntos estatais. Pombal foi, enormemente, influenciado nesse processo de modernização da administração, pela noção de “aritmética política” de Willian Petty, que segundo Baumer⁴⁴ (1977, citado por DA CRUZ, 2004), defendia que “as decisões políticas deveriam ser tomadas com base na análise quantitativa, de estatística da população, propriedades de terras, negócios, climas e quejandos.”

Nesse sentido, a partir de 1764, deu-se início as atividades no Colégio Real dos Nobres, idealizado por Pombal para empreender seu projeto de reformas educacionais entre a fidalguia lusitana. Nesse mesmo ano, Dom José convidou alguns naturalistas para lecionar no colégio, dentre eles o paduano Domingos Vandelli (1735-1816) que, sendo exímio botânico, logo se envolveu nas atividades do Jardim Botânico Real da Ajuda, instituição idealizada

⁴⁴ BAUMER, Franklin L. *O pensamento europeu moderno; séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Edições 70, 1977. p. 134.

como um local para instrução dos príncipes e recreio da família real. Vandelli tornou-se o primeiro lente de História Natural e Química da Universidade de Coimbra, após sua reforma, atuando entre os anos de 1772 a 1791, e foi um dos mais importantes intelectuais a impulsionar a criação da Academia Real de Ciências de Lisboa em 1779, onde também atuou, ativamente, como diretor da classe das ciências da observação. Supervisionou a construção e, mais tarde, dirigiu o Museu de História Natural da Ajuda, contíguo ao Jardim, entre os anos de 1768 a 1810. Foi sem dúvida um dos mais importantes expoentes da ilustração luso-brasileira e notável museólogo do século XVIII português. Não só participou, ativamente, nos mais importantes espaços de sociabilidade intelectual, existentes em Portugal no período, como articulou uma rede internacional de colaboração e troca com ilustres personalidades e instituições das ciências. Tal intercâmbio não custou muitos esforços a Vandelli, que ocupava uma posição de grande prestígio pela comunidade científica da época: o grande mentor e diretor da História Natural de Portugal e de suas, naturalmente, ricas e abundantes colônias tropicais.⁴⁵



FIGURA 5 – Aspecto do Jardim Botânico d’Ajuda

Fonte: Disponível em http://www.albonsai.com/antigo_site/img/clip_image002_0026.jpg

Mas a opção da Coroa portuguesa pelo trabalho desse naturalista, como bem apontou Pádua (2002), não foi aleatória, pois,

⁴⁵ MUNTEAL FILHO, Oswaldo. *Domenico Vandelli no anfiteatro da natureza: Reformismo Ilustrado e cultura científica na crise do Antigo Sistema Colonial (1779-1808)*, 1993. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) – PUC-RIO, Rio de Janeiro, 1993.

não foi por acaso que o governo português convidou um representante do iluminismo italiano, mais moderado e próximo do catolicismo, para apoiar a reforma universitária. Mesmo assim, tendo em vista o tradicionalismo que imperava na cultura portuguesa, o impacto intelectual de Vandelli foi profundamente renovador. Além de participar da reforma de Coimbra, ele tornou-se um animador científico e cultural, participando de iniciativas importantes como a criação dos Jardins Botânicos de Coimbra e Lisboa e da Academia Real de Ciências, além de consolidar-se como o grande mestre do naturalismo português, formando toda uma geração de estudiosos.⁴⁶

Com a ajuda de Julio Matiazzi, importante jardineiro também vindo de Pádua, na Itália, Vandelli não perdeu a oportunidade de dar início a uma coleção botânica nos espaços tropicais portugueses que iam desde a Ásia, África e América, além de fazer vir sementes e plantas dos mais ricos jardins botânicos da Europa. Esse projeto de produção de uma História Natural das Colônias apoiava-se num amplo levantamento dos produtos naturais dos reinos vegetal, animal e mineral, visando a descoberta de novas espécies e o desenvolvimento científico e econômico do Império português. O projeto previa ainda que as diferentes espécies seriam aclimatadas em diferentes regiões do Ultramar, em colônias como Goa, Macau, Guiné, Moçambique e Angola, em movimentos migratórios que assumiam múltiplas direções.⁴⁷

O mesmo ideal estava presente, anos antes, na atuação de um de seus mestres inspiradores, o botânico sueco Carl Lineu (1707-1778), quando este agremiou seus alunos da Universidade de Uppsala, chamados de “apóstolos”, no cumprimento de seu ambicioso projeto de possuir toda a flora e a fauna terrestres. A organização de seus discípulos se dava em corpos expedicionários cuja missão seria explorar a flora de todos os continentes, alargando, assim, as fronteiras da ciência. Para facilitar essas viagens, Lineu utilizava-se de seu grande prestígio político junto a empresas como a Companhia das Índias para obter os subsídios necessários.

Lineu apresentou em 1735 o seu “Sistema Naturae”, obra que, conjuntamente, com a “História Natural” do Conde de Buffon (1707-1788), iniciada em 1749, representam dois importantes marcos no progresso da História Natural setecentista na Europa. O grande sucesso do “Sistema Naturae” estava baseado no fato de apresentar uma linguagem lógica,

⁴⁶ PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. RJ: Zahar, 2002. p. 14

⁴⁷ MUNTREAL FILHO, Oswaldo. “Ciência, Natureza e sociabilidade intelectual em Portugal no século XVIII: a Academia Real de Ciências de Lisboa e os caminhos da ilustração ibérica (1779-1815)”. In: *Anais do V Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia*. São Paulo, SBHC.

matemática, superando a dificuldade encontrada pelos taxinomistas da época em realizar uma classificação botânica de variadas formas de vida aos moldes de uma ciência exata.⁴⁸

Mas apesar do sucesso, algumas críticas ao modelo apresentado por Lineu não demoraram a aparecer. Buffon, botânico atento ao que chamava de “marcha da Natureza” e autor de um sistema dinâmico, atento às nuances e mudanças dos seres vivos, condenou, enfaticamente, o sistema lineano por considerá-lo demasiado estático. Nas palavras de Da Cruz (2004),

a diferença que separava Lineu de Bufon pode ser resumida na opção do primeiro por descrever e nomear todas as espécies enquanto Bufon entendia ser desnecessário multiplicar gêneros e espécies ao infinito, quando o importante era não perder de vista as leis da produção das formas de vida e das suas transformações e adaptações.⁴⁹

Apesar das diferenças e oposições entre tais sistemas, a obra de Lineu atingiu grande repercussão pelos circuitos ilustrados da Europa. Um de seus discípulos era o próprio Vandelli que desde recém-formado já mantinha constantes contatos com o naturalista sueco e do qual se inspirava, recorrentemente, ainda que sem abrir mão da produção de Buffon. Como ainda salienta Pádua (2002), o mestre de Coimbra “difundiu um ideário intelectual que combinava as novas concepções de ciência natural divulgadas por Lineu e Buffon com a doutrina econômica fisiocrata, defensora do progresso a partir da produção primária”.⁵⁰

A valorização da agricultura era uma tônica constante nas produções vandelianas. Em uma de suas memórias, o tema já era colocado da seguinte forma:

Entre as produções naturais, as minas de ouro são aquelas de que se faz maior estimação e de que, universalmente, se cuida mais que na Agricultura. Todos os mais sábios políticos bem conhecem o engano que há nesta matéria: o exemplo das Nações o demonstra, claramente. Os que têm as minas dos metais mais preciosos, e que fazem o seu maior cabedal nestas, são menos ricos do que aqueles que cuidam na Agricultura, nas Artes, e no Comércio. Faça-se o paralelo das riquezas da Espanha e de Portugal com as da Holanda, França e Inglaterra e se verá quanto excedem estas potências àquelas.⁵¹

O projeto das viagens filosóficas pelos espaços coloniais portugueses, outra importante frente de atuação de Vandelli, estaria, intimamente, ligado a esta valorização

⁴⁸ WILSON, Edward O. *Diversidade da Vida*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

⁴⁹ DA CRUZ. *op. Cit.*, p. 43.

⁵⁰ PÁDUA, *op. Cit.*, p. 14-15.

⁵¹ VANDELLI, Domenico. *Memória sobre produções naturais das conquistas, as quais ou são pouco conhecidas, ou não se aproveitam*. In: Memórias Econômicas da Academia Real de Ciências de Lisboa. 1789. I, f. 187-206. Ver também *Memória sobre Agricultura deste Reino e das suas conquistas*. In: Memórias Econômicas da Academia Real de Ciências de Lisboa. 1789. I, f. 164-175.

fisiocrata da natureza colonial, uma vez que deveria dinamizar as culturas locais e ao mesmo tempo, atender ao projeto de consolidação do acervo do Jardim Botânico da Ajuda e ao ideal, já citado, de constituição de um inventário “total” da flora colonial.⁵² O Jardim e o Museu de História Natural da Ajuda, conjuntamente com o Laboratório Químico e a Casa do Risco, em Lisboa, vieram a constituir nas palavras de Brigola (2000) “o complexo d’Ajuda”, a mais importante estrutura em termos de conhecimento, ensino e pesquisa na área de História Natural no Reino português setecentista.⁵³

1.2 - A UNIVERSIDADE DE COIMBRA REFORMADA

A universidade de Coimbra foi fundada no ano de 1290, no reinado de D. Dinis. Uma das primeiras Universidades do mundo e a primeira de Portugal, criada para atender uma necessidade apontada pela Igreja de formar um corpo técnico especializado através dos seus primeiros cursos como Artes, Leis, Cânones e Medicina. Com uma longa tradição e apresentando um papel estratégico na administração régia por séculos, esta Universidade conheceu uma das mais importantes reformas em seus Estatutos no ano de 1772, onde após reformar o ensino secundário no Reino, Pombal enfrentou os setores mais conservadores da Instituição e remodelou o ensino superior, introduzindo o ensino moderno.⁵⁴

⁵² Só a coleção do Jardim da Ajuda teria chegado a cinco mil espécies vivas. *In: DA CRUZ. op. Cit*, p. 84.

⁵³ BRIGOLA, João Carlos Pires. *Coleções, Gabinetes e Museus em Portugal no Século XVIII*. 2000. Universidade de Évora, Évora, 2000.

⁵⁴ GAUER, Ruth Maria Chittó. *A Modernidade Portuguesa e a Reforma Pombalina de 1772*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.



FIGURA 6 – Aspecto do Paço da Universidade de Coimbra

Fonte: Disponível em http://cache02.stormap.sapo.pt/fotostore01/fotos//07/85/9e/12695_000cgpk5.jpg

Um documento de época expressa bem a mentalidade dos setores mais conservadores e os motivos da resistência à reforma do ensino em Coimbra, em especial por setores do Clero, pois

eles julgavam que isto era pouco menos que a introdução de uma heresia e pensavam que as demonstrações nas matemáticas eram uma manifesta impiedade incompatível com os princípios do Cristianismo.⁵⁵

O ensino constituía em um importante foco das reformas pombalinas, pois a relação entre a Universidade de Coimbra e o Estado, a dependência entre os dois corpos era evidente. O desenvolvimento de um representava o desenvolvimento do outro e, assim, a ciência não poderia florescer na Universidade sem que o Estado também florescesse e, ao contrário, o Estado não se aperfeiçoaria sem o melhoramento das ciências na Universidade. Só como exemplo, Schwartz (1979) já havia observado, que a Instituição exercia um papel centralizador na formação de agentes estatais ao oferecer uma experiência universitária comum a todos os membros da burocracia portuguesa, uma vez que,

⁵⁵ IEB, Carta 9ª, 31/03/1777. Apud In: SILVA, Clarete Paranhos da. *O desvendado do grande livro da Natureza: um estudo da obra do mineralogista José Vieira Couto, 1797-1805*. São Paulo: Annablume: Fapesp: Campinas: Unicamp, 2002, p. 44.

a graduação em Direito por uma Universidade era a chave do ingresso na carreira a serviço do rei. Embora a origem social e o lugar de nascimento pudessem variar, consideravelmente, os magistrados, quase sem exceção, eram formados pelas faculdades de lei civil ou canônica da universidade de Coimbra.⁵⁶

O exclusivismo na formação de um corpo dirigente no aparelho do Estado certamente contou, além de outros fatores, no fracasso de iniciativas de implementação de Universidades na colônia, como a proposta de elevação do Colégio Jesuíta da Bahia a uma instituição de nível superior. Assim, “é bastante significativo que, durante os trezentos anos em que o Brasil foi colônia de Portugal, Coimbra fosse a única faculdade de Direito dentro do Império português⁵⁷”. Tal exclusividade representava uma estratégia fundamental na manutenção de um corpo burocrático leal à coroa, uma vez que um dos objetivos principais dessa faculdade, além de preparar o estudante para o exercício de sua profissão, era o de inculcar “um complexo padrão de ações e critérios aceitos. Em Coimbra, a formação em Direito era um processo de socialização destinado a criar um senso de lealdade e obediência ao rei⁵⁸”.

Sendo assim, é bastante ilustrativo a atenção de Pombal com o ensino em Coimbra. A tônica empreendida nas reformas foi a introdução das ciências experimentais, refletindo a preocupação de consolidar entre os alunos o espírito experimental, através da introdução de disciplinas científicas e novos cursos como o de Matemática e Filosofia. Numa visão mais geral, evidencia a crença no poder da razão e da ciência, características da mentalidade da ilustração luso-brasileira.

Como demonstrou Pádua (2002), o reformismo português do contexto que vai das reformas pombalinas até o final do século XIX desenvolveu padrões comuns na geração ilustrada luso-brasileira formada nesse processo, apresentando esta como uma espécie de “denominador comum” um traço “essencialmente político, cientificista, antropocêntrico e economicamente progressista”.⁵⁹

As mudanças trazidas pelos novos Estatutos atingiram os estudantes de todos os cursos da Universidade, que passaram a ter que frequentar as disciplinas de História Natural, Matemática e Química em um curso preparatório de dois anos antes do início do currículo referente a sua formação específica. Até mesmo os alunos de Teologia eram obrigados a essa preparação que ocorria na Faculdade de Filosofia. Esse processo era estruturado com as

⁵⁶ SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1979, p. 50.

⁵⁷ *Ibidem*, p. 52.

⁵⁸ *Ibidem*, p. 53.

⁵⁹ PÁDUA. *op. Cit*, p. 13.

disciplinas de Filosofia Racional e Moral, no 1º ano, e de História Natural, no 2º ano. As demais disciplinas complementares eram Geometria, na Faculdade de Matemática, no 2º ano preparatório e no caso dos alunos dos cursos de Medicina e de Leis, as disciplinas científicas de Química, Física Experimental e História Natural.⁶⁰

A justificativa para esse estudo preparatório e comum a todos os alunos se dava pela valorização das particularidades exatas dos métodos e profundidade de análise das doutrinas dessas Ciências do mundo natural, saberes essenciais ao entendimento da “História Natural”, compreendida à época como indisputável por sua perfeição.

O curso de Medicina e os recém-criados cursos de Matemática e Filosofia passaram a integrar uma só “Congregação”, denominada de Cursos das Ciências Naturais e Filosóficas, voltada a “trabalhar no progresso das mesmas Ciências, de modo que felizmente se tem praticado e pratica as Academias mais célebres da Europa.”⁶¹

Esse alinhamento aos moldes das “Academias mais célebres da Europa” expressa bem o espírito cosmopolita das reformas e as intencionalidades de Pombal, que via em Portugal uma nação com grandes potencialidades naturais sob seu domínio e propícia a transformar o Reino em uma grande potência. Passaremos a analisar agora as principais medidas adotadas nesse sentido.

1.3 - A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA HISTÓRIA NATURAL EM PORTUGAL

Com a reforma de 1772, as viagens científicas no Reino de Portugal passaram a ser utilizadas como atividades práticas no curso de História Natural, possibilitando, assim, uma avaliação mais criteriosa dos mestres coimbrões no exercício prático de seus alunos naturalistas. Obviamente, além da preparação prático-perceptiva dos alunos, essas viagens possibilitavam a descoberta de recursos naturais no País.

Como prática pedagógica, eram realizadas pequenas práticas de campo nas imediações de Coimbra onde os alunos eram acompanhados pelo seu mestre. Mas foram realizadas outras viagens por estudantes da Universidade de Coimbra, que se encontravam em estágio mais avançado do curso ou já estavam formados. Tais naturalistas se distinguiram no seu curso e por isso

⁶⁰ Cf. DA CRUZ. *op. Cit.*

⁶¹ *ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA*, 1772. Coimbra, Universidade de Coimbra, 1972. 3.v. (edição facsimilar) v. I, p. VII. Doravante referenciados como *ESTATUTOS*. p. 5. v.3.

foram empregados em exames de história natural. Assim que os primeiros estudantes da Faculdade de Filosofia formaram-se, em torno de 1776-1777, começaram a ser empregados em Viagens filosóficas no Reino.⁶²

Essas experiências nas imediações de Coimbra, gradativamente, foram oferecendo subsídios para Vandelli sistematizar os resultados em torno de sua *Memória sobre algumas produções naturais deste Reino, das quais se podia tirar utilidade*. Os resultados seriam também avaliados pela Congregação da Universidade, que teve um papel fundamental no financiamento dos viajantes.

Como resultado prático dessas atividades encontramos coleções, textos e imagens de história natural, experiências de análises químicas dos minerais, terras e vegetais e a manipulação de novos instrumentos de física, essenciais nos levantamentos geográficos e nas resoluções práticas das viagens.

Como acúmulo das primeiras viagens filosóficas, Vandelli passou a desenvolver a partir da década de 1790, as suas próprias instruções para tais peregrinações, um conjunto de regras e práticas tidas como essenciais no trabalho do naturalista que deveria assumir procedimentos padronizados para garantir os melhores resultados e facilitar o entendimento dos métodos adotados. Tais instruções de viagem foram de muita importância aos naturalistas que partiram, posteriormente, rumo às colônias, onde o observador estaria muito distante dos principais circuitos de debates e orientações em História Natural.⁶³ Analisaremos a instrução organizada por Vandelli com maior profundidade à frente, na segunda parte deste trabalho.

Após 1779, com a criação da Academia Real de Ciências de Lisboa, os resultados das viagens empreendidas no Reino se mesclam, completamente, aos novos exames de história natural das colônias portuguesas, que passariam a ser cada vez mais investigadas pelos discípulos de Vandelli egressos da Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra.

Enquanto a Universidade de Coimbra e seus estabelecimentos, como o Gabinete de História Natural, o Jardim Botânico e o Laboratório de Química continuavam a centralizar as viagens pelos territórios do Reino, Vandelli, gradativamente, consolidou as Viagens

⁶² PATACA, Ermelinda Moutinho. *Terra, Água e Ar nas Viagens Científicas Portuguesas (1755-1808)*. Campinas: UNICAMP, 2006, p. 71.

⁶³ Podemos citar como exemplo, as instruções elaboradas por Vandelli para uso de seus alunos em 1779, intitulada de *Viagens Filosóficas ou Dissertação sobre as importantes regras que o Filósofo Naturalista nas suas peregrinações deve principalmente observar*; Cf. também as instruções de 1781 da própria Academia de Ciências de Lisboa intitulado *Breves Instrukçoens aos correspondentes da Academia das Sciencias de Lisboa sobre as remessas dos productos e notícias pertencentes a história da Natureza para formar um Museo Nacional*. In: DA CRUZ, *op. Cit.* (anexos).

Filosóficas rumo às colônias a partir do Real Museu de História Natural e o Jardim Botânico da Ajuda, onde era diretor e poderia armazenar e analisar os produtos naturais das colônias.⁶⁴

Contextualmente, as viagens e a preocupação com a dinamização dos recursos naturais localizavam-se, simultaneamente, em um quadro de crise da economia portuguesa que marcou a conjuntura 1770-1780. Por conta disso, Portugal passava por uma necessidade aguda de substituir as importações, incluindo gêneros agrícolas com o objetivo de reduzir os déficits da balança comercial; um gradual recuo na lucratividade com a economia de extração do ouro e dos diamantes brasileiros e; as oportunidades surgidas com as grandes demandas abertas pelas economias industriais da Inglaterra, França e Países Baixos na busca por matérias primas.⁶⁵

Nesse sentido, a política fomentista da Coroa, aliada a um desejo ilustrado do aproveitamento das potencialidades econômicas e a superação dos entraves para tal, são em grande medida os elementos sem os quais não é possível entender a implantação da Academia Real de Ciências de Lisboa, em 1779. Como relata Oswaldo Munteal (1993),

Muitos ilustrados que participaram da governação pombalina se uniram em torno da formação de uma Academia que fosse capaz de elaborar projetos e redimensionar o papel das colônias. Essas duas funções tinham um objetivo prático: recuperar a economia do reino, agora funcionalizada em torno de uma nova concepção de riqueza. Para alguns ilustrados portugueses, ou mesmo estrangeiros que por lá militavam, intelectualmente, a Natureza era encarada de uma forma quase divina, produtora de valores, onde cabia aos homens apenas tirar proveito dela. Esse era um dos aspectos dessa nova concepção.⁶⁶

Um aspecto importante desse novo centro cultural do iluminismo luso-brasileiro é o seu grande corpo de associados de várias orientações e ofícios, como reis, clérigos, naturalistas, proprietários de terras, ministros, professores e colonos de várias possessões do ultramar, o que apresentava, assim, um grande leque de temas e de objetivos à Instituição, sem, contudo perder de vista um objetivo comum: solapar de Portugal a ignorância e a pobreza.⁶⁷

Dias (1968) já havia ressaltado o aspecto utilitarista da ilustração luso-brasileira, ao pretender utilizar os saberes das Ciências Naturais em prol do desenvolvimento de Portugal

⁶⁴ PATAÇA, *op. Cit.*

⁶⁵ WEHLING, Arno. *O Fomentismo Português no Final do Século XVIII: doutrinas, mecanismos, exemplificações*. R. I. H. G. B. v. 316, 1976, p. 170-278.

⁶⁶ MUNTEAL FILHO, *op. Cit.*, 1993, p. 135.

⁶⁷ Sobre essa instituição, Cf o trabalho de MUNTEAL FILHO, Oswaldo. *Uma Sinfonia para o Novo Mundo – a Academia Real de Ciências de Lisboa e os caminhos da Ilustração luso-brasileira na crise do Antigo Sistema Colonial*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, Departamento de História, 1998.

e suas colônias, quando destacou que os estudiosos brasileiros dos fins do século XVIII, “imbuídos do mesmo estado de espírito (pragmatismo), hão de procurar ser úteis e aproveitar ‘as luzes’, voltando seus estudos principalmente para a agricultura”.⁶⁸

Mas essa utilidade e esforço para o bem social dos povos do Império português não se manifestavam, gratuitamente, mas, sim, enquanto um mecanismo de ascensão social na poderosa rede clientelar intrínseco à burocracia estatal portuguesa. Trataremos dessa questão a partir de agora.

1.4 - O SISTEMA DE PATRONATO DOS MINISTROS DO ULTRAMAR

No processo de aproximação de Portugal ao mundo europeu, uma geração de jovens ultramarinos foi chamada para elaborar diagnósticos e oferecer soluções para a transformação do mundo português rumo à modernidade. Utilizando-se dos instrumentais da ciência, esses cientistas colonos procuravam demonstrar que a modernização de Portugal devia estar ancorada no potencial econômico de suas colônias.

As ligações entre essa geração de intelectuais e burocratas preparados para o serviço real com a alta cúpula do Estado português apresentam características, eminentemente, “clientelares”. Tratava-se de relações estabelecidas através de uma rede de poder intrínseca ao aparelho estatal, onde o que estava em jogo eram as disputas por prestígios, concessões e honrarias, elementos centrais na distinção dos indivíduos em uma sociedade, tipicamente, de corte. Conforme destacou o sociólogo Norbert Elias, em uma sociedade tradicional como a portuguesa, a honra era a forma de distinguir os indivíduos e, portanto, no mundo da produção científica e das atividades naturalísticas, tais formas de privilégios constituíam-se em estratégicas maneiras de negociar, ou em última instância, de convencer ou agremiar em troca de favorecidas posições na hierarquia social do mundo português.⁶⁹

Desta forma, ao analisarmos as atividades e estudos botânicos desenvolvidos pelos naturalistas brasileiros em sua colônia, partiremos do conceito de “*Economia Política de*

⁶⁸ DIAS, Maria Odila. “Aspectos da Ilustração no Brasil”. *Revista do IHGB*, 1968. p. 110

⁶⁹ Cf. a este respeito ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2001.

Privilégios”, utilizados por Fragoso, *et al*, (2000)⁷⁰, pois nos auxiliará a pensar o estabelecimento dessas relações de vassalagem e de lealdade entre naturalistas e Mestres, Governadores, Vice-Reis, Ministros, Reis e outros. Enfim, fenômeno inserido no processo mais geral de produção de súditos ultramarinos.

Este conceito permitirá abarcar, ainda, três pontos centrais no desenvolvimento dessa análise. O primeiro diz respeito ao papel das mercês, ofícios, possessões de terras, concessões e monopólios comerciais, entre outras formas de privilégios reais em troca dos serviços prestados ao rei, elementos de grande importância para o funcionamento da sociedade portuguesa do final do século XVIII e início do XIX. O segundo ponto é relativo aos instrumentos de coerção e convencimento do Estado português. Apesar de apresentar uma impressionante mobilidade pelo mundo, o Império Português, um “mundo em movimento”, que constituía por mares, terras e rios, um notável “fluxo e refluxo” humano em várias partes do mundo, durante quase quatro séculos, não perdeu de vista as conexões das periferias com o centro no Reino, fato que garantiu unidade política e determinados traços culturais comuns.⁷¹ Por fim, o terceiro e último ponto central trata-se das atividades naturalistas empreendidas por estes funcionários régios. Dentro dessa perspectiva da economia política de privilégios, tais atividades serão entendidas enquanto serviço estatal, em outras palavras, compondo o rol de atribuições destinadas aos mais diversos membros da burocracia, que deveriam desempenhar, em virtude de sua condição de vassalo, a serviço do rei.

Assim, nesse sentido, dois Ministros do Ministério da Marinha e Domínios Ultramarinos merecem atenção especial na consolidação de um poderoso “Sistema de Patronato”⁷², oferecendo proteção e privilégios a alguns naturalistas desde os tempos de formação em Coimbra até suas aposentadorias, favorecendo-os desde pequenas gratificações por estudos ou amostras de elementos naturais enviados, até a grandes escândalos ou complicados conflitos políticos. Trata-se de Martinho de Melo e Castro e D. Rodrigo de Souza Coutinho que estiveram à frente dessa Secretaria entre os anos de 1770 a 1801, portanto centralizando as decisões do Ultramar por mais de 30 anos. O único período em que a Secretaria não esteve em poder desses dois homens foi no período do falecimento de Melo e

⁷⁰ FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima S.; BICALHO, Maria Fernanda. "Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e da governabilidade no Império". In: *Penélope. Revista de História e Ciências Sociais*, n° 23, 2000, p. 67-88.

⁷¹ RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*. Alges: Difel, 1998. p. 320.

⁷² RAMINELLI, Ronald Baltazar da Silva Lisboa: a honra e os apuros do juiz naturalista. In: VAINFAS, Ronaldo. *et all*, (org). *Retratos do Império: trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX*. Niterói: EdUFF, 2006.

Castro, em 24 de Março de 1795, onde assumiu Luís Pinto de Sousa Coutinho em uma rápida gestão até a posse de D. Rodrigo de Souza Coutinho, em 7 de Setembro de 1796.

Nas palavras de DA CRUZ (2004),

Martinho de Melo e Castro, ele mesmo um ex-aluno coimbrão, era tido como protetor das ciências em Portugal durante todo o período em que deteve a pasta da Marinha e Ultramar. Do Palácio das Vacas, situado na colina da Ajuda, onde mantinha seu gabinete de trabalho, Melo e Castro estava muito próximo do Jardim Botânico e Museu e, certamente, acompanhava com interesse o trabalho dos jovens naturalistas. O plano de Vandelli de realizar uma grande viagem filosófica em terras do Brasil adequava-se, perfeitamente, aos propósitos do ministro de ver exploradas as potencialidades dos territórios do ultramar sob sua jurisdição. Com ele, o mestre Vandelli compartilhava os sucessos do treinamento de seus alunos, ganhando sua adesão para o futuro empreendimento das viagens filosóficas ao Brasil e à África.⁷³

A mesma política seguiu Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, a quem encontramos vasta documentação que mantinha relações diretas com os mais destacados naturalistas da Capitania da Bahia, desempenhando um papel central, estimulando o desenvolvimento de estudos e, centralizando em torno de si, as principais decisões para o “avanço da Botânica”.⁷⁴

⁷³ DA CRUZ, p. 161-162.

⁷⁴ Alguns exemplos são CASTRO, Joaquim Amorim e. *Ofício para D. Fernando José de Portugal solicitando incentivo à produção de tabaco e algodão, bem como aos seus ensaios na área da botânica*. Cachoeira, 20/1/1796. Projeto Resgate (Castro e Almeida): AHU-Bahia, Cx. 200, D. 14447; CASTRO, Joaquim Amorim e. *Carta ao príncipe regente, [D. João], solicitando proteção e acolhimento na realização de ensaios e experiências de Botânica na capitania da Bahia*. Cachoeira, 15/3/1796. Projeto Resgate (Castro e Almeida): AHU-Bahia, Cx. 201, D. 14476; PORTUGAL, Dom Fernando José de. *Ofício para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em que participa a remessa de plantas vivas, de um herbário, e de algumas sementes raízes, colecionadas por Inácio Ferreira da Câmara, para o qual novamente propõe a pensão anual de 600\$000 rs para se dedicar aos trabalhos botânicos*. Bahia, 28 de Maio de 1797. ABN, Vol 34, 1912, Doc nº 17359; LISBOA, Baltasar da Silva. *Ofício para Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, no qual agradece os louvores que lhe foram dirigidos em reconhecimento do dedicado zelo e inteligente desempenho dos seus serviços*. Valença, 25 de Junho de 1800. ABN, Vol 36, 1914, Doc nº 20739; MUNIZ BARRETO, Domingos Alves Branco. *Ofício para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, no qual, relatando os seus serviços, pede o deferimento das suas pretensões. Presídio do Morro, 18 de Setembro de 1800*. ABN, Vol 36, 1914, Doc nº 20865 e; LISBOA, Baltasar da Silva. *Requerimento em que pede aumento de ordenado a título de aposentadoria*. ABN, Vol 34, 1912, Doc nº 17624.



FIGURA 7 – Representação de Martinho de Melo e Castro
Fonte: Disponível em http://www.marinha.pt/extra/revista/ra_nov2007/pag10_1.jpg



FIGURA 8 – Representação de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho
Fonte: Disponível em http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/7f/Rodrigo_de_Sousa_Coutinho.jpg

Outra importante proteção nesse sistema de patronato advinha dos mestres de Coimbra, principais articuladores dos jovens mais talentosos com homens poderosos e repletos de projetos carentes de mão-de-obra especializada. Como apontou Da Cruz (2004),

Estar sob a proteção de Vandelli, como estiveram os naturalistas brasileiros significava, portanto, adentrar novos espaços de sociabilidade e, ao mesmo tempo, merecer o reconhecimento tanto dos círculos intelectuais, quanto das autoridades régias, entre as quais o mestre italiano gozava de inegável prestígio. Prestígio este que se estendia aos pupilos que mais se destacavam nas atividades de formação profissional. No âmbito dessa rede de sociabilidades e no processo de retro-alimentação de prestígio entre seus membros podemos compreender a eleição de Alexandre Rodrigues Ferreira e Joaquim Veloso de Miranda como sócios da Academia de Ciências de Lisboa muito antes do primeiro realizar a sua decantada Viagem Filosófica à Amazônia e do segundo dar sua melhor contribuição ao conhecimento da flora do Brasil.⁷⁵

Na mesma linha interpretativa, Raminelli (2006) apresenta uma argumentação que, embora se diferencie de Da Cruz (2004), no que diz respeito à importância que tinha os princípios da História Natural, no contexto do final dos Setecentos português, fortalece a idéia dos estudos botânicos como um serviço estatal e, ao mesmo tempo, elemento de negociação política por concessões e privilégios utilizados pelos naturalistas que se beneficiavam, amplamente, com tal produção.

[...] a história natural não era tão importante como matéria científica, mas constituía uma conveniente moeda de troca, fonte de honra e privilégios. [...] a produção do conhecimento, no caso da história natural, era dom, um serviço prestado à monarquia, que o juiz empregava como trunfo para se aliar ao sistema de patronato comandado por Matinho de Melo e Castro, ora por D. Rodrigo de Sousa Coutinho.⁷⁶

⁷⁵ DA CRUZ, 2004, p. 120.

⁷⁶ RAMINELLI, *op. Cit*, p. 187 e 200-201.

CAPÍTULO 2

ILHÉUS: UMA COMARCA NO IMPÉRIO PORTUGUÊS

O objetivo central desse capítulo é apresentar o contexto em que os estudos botânicos foram desenvolvidos na Comarca de Ilhéus. Alguns elementos tiveram grande importância e por isso serão destacados a seguir. São eles, as configurações territoriais, a Inspetoria dos Reais Cortes e o Real Jardim Botânico, implantado em Salvador, no ano de 1803. Nosso objetivo, contudo, não é a profundidade da análise, uma vez que tais questões não se constituem o foco de nosso estudo, mas antes apresentar aspectos gerais que apresentem relações com o cenário de produção científica da região entre os anos de 1772 e 1808.

2.1 - O TERRITÓRIO DA COMARCA DE ILHÉUS

O cronista Luís dos Santos Vilhena descreve no início do século XIX a Comarca de Ilhéus em suas tradicionais cartas. Na sua décima quarta carta, o autor faz um levantamento das principais localidades, constando das principais vilas, uma estimativa da população, suas principais culturas e artigos comerciais, principais rios, locais onde se encontram matas e outros recursos naturais, vilas indígenas, bem como um breve histórico da antiga Capitania.

Em termos geográficos, o autor situa a Comarca como principiando “na ponta do Sul da baía chamada do Garcez, e vai continuando pela costa até a margem do Norte do rio Grande, ou de Belmonte”.⁷⁷ Esse dado é coerente com o que encontramos na carta de doação da Capitania de São Jorge dos Ilhéus, onde a extensão de terra doada encontrava-se a,

Cinquenta léguas de terra da dita costa do Brasil e que começarão na ponta da Bahia de Todos os Santos da banda do sul, e correrão para ao longo da costa para o dito sul enquanto couber nas cinquenta léguas, as quais cinquenta léguas se estenderão, e será de largo ao longo da costa, e entrarão

⁷⁷ VILHENA, L. dos S. *A Bahia do século XVIII*. Notas e comentários de Braz do Amaral. Apresentação de Edson Carneiro. Salvador, Ed. Itapuã, 1969, vol 2. p. 490.

na mesma largura pelo sertão.⁷⁸

Por essa descrição, se fizermos uma demarcação atual do território que ocupava a Comarca de Ilhéus, em fins do século XVIII, a partir de uma comparação entre um mapa da época com um atual, temos que, grosso modo, a Comarca ia desde a atual região de Jaguaripe, (13° e 50' de Latitude Sul) ao sul da Ilha de Itaparica, até a atual Barra do Belmonte no Rio Jequitinhonha (16° de Latitude Sul). Em termos de adentramento para o interior, esse cálculo pode variar de acordo com os anos e as complexidades do processo de ocupação do território, contudo, um mapa (ver Mapa I) da época nos sugere que a Comarca chegava até bem próximo, ao Arraial da Conquista, atual cidade de Vitória da Conquista (41° de Longitude Oeste). Como apontou Dias (2007),

Os limites territoriais da capitania de Ilhéus permaneceram imprecisos até a sua extinção em meados do século XVIII. Na parte do norte, o foral de doação fazia menção apenas ao início das cinquenta léguas na ponta do sul da Bahia de Todos os Santos (ABN, 37, p. 09). As interpretações que correram nos séculos XVI e XVII variaram a indicar a ponta sul da ilha de Itaparica, a ponta do Garcez ou, ainda, a barra do rio Jaguaripe como limite ao norte (Campos, op. cit. , p. 04). Na obra de Felisbello Freire 217 (1904, p. 25) aparecem doações de sesmarias no rio Jequiriçá, “na Capitania dos Ilhéus”, no ano de 1600. Somente em 1696, o limite foi, definitivamente, estabelecido próximo à margem esquerda do rio Jequiriçá (Campos, *Op. cit.*, p. 04).⁷⁹

⁷⁸ LISBOA, Baltasar da Silva. Memória sobre a Comarca dos Ilhéus. In: *ABN*, Vol. 37, 1915, p. 1-22.

⁷⁹ DIAS, Marcelo Henrique. *Economia, Sociedade e Paisagens da Capitania e Comarca de Ilhéus no período Colonial*. 2007. Tese (Doutorado em História Social) – UFF, Niterói, 2007, p. 216-217. Não publicada.



FIGURA 9 - Mapa da Comarca de Ilhéus
 Fonte: Arquivo do Exército

Este território da Comarca de Ilhéus, pertencente à Capitania da Bahia era, anteriormente, a Capitania de São Jorge dos Ilhéus. A anexação desta Capitania às possessões reais, em 1761, apareceu por muito tempo na historiografia regional justificada pelo abandono de seus donatários na sua administração. Silva Campos (2006), por exemplo, apontou que,

Uma das primeiras medidas administrativas que o marquês de Pombal tomou em relação ao Brasil [...] foi reunir à coroa, todas as donatarias, em troca de títulos e mercês pecuniárias. Fez, pois, nessas condições, uma subrogação com o Senhor atual da Capitania dos Ilhéus. [...] Como todos os antecessores, não viera jamais visitar as terras que lhe eram pertenças, delegando poderes a capitães-mores para governarem em seu nome.⁸⁰

Ainda restam estudos conclusivos para a questão, mas uma hipótese que levantamos acerca dessa anexação refere-se mais ao papel estratégico desempenhado pela Capitania de Ilhéus, seja no processo de abastecimento alimentício do recôncavo baiano, seja

⁸⁰ CAMPOS, José da Silva. *Crônicas da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1981, p. 234.

no suprimento de madeiras-de-lei destinadas à construção naval e civil, em Salvador, como em outras regiões do Império português, chegando até mesmo ao Reino.

A Comarca era uma das principais áreas estratégicas de abastecimento da região do Recôncavo baiano. O fornecimento de alimentos, em especial a farinha de mandioca, que constituía a base da alimentação da população, é um dos exemplos mais fiéis. Como o Recôncavo se dedicava, em especial, a cultura da cana-de-açúcar e a produção nos engenhos, a produção de gêneros alimentícios na região era incipiente, como apontou Sousa (2001),

No decorrer do século XVII, o crescimento da população e a insistência dos proprietários rurais em destinar quase toda a terra fértil ao cultivo da cana-de-açúcar, fizeram com que a mandioca, de cultura fácil e de possibilidades diversas, se tornasse o principal alimento. Até o século XVIII, quase toda a farinha consumida, em Salvador, vinha das vilas do Sul da Bahia, quais sejam, Camamu, Cairu e Boipeba.⁸¹

Dias (2007), analisando a “vocação” na produção de mandioca, sugeriu que essa produção alimentícia foi um elemento fundamental na inserção da Comarca de Ilhéus num “mercado de alimentos” que, além de apoiar as áreas mais dinâmicas da economia colonial, voltadas para outras culturas, como a produção açucareira, também permitiu a participação de áreas periféricas aos circuitos das produções mais rentáveis no conjunto da economia escravista.⁸²

Porém, não era só no abastecimento de farinha de mandioca e outros gêneros alimentícios que a Comarca de Ilhéus se constituía numa região estratégica de abastecimento, mas também, enquanto umas das principais áreas de extração de madeira-de-lei do Brasil colonial. Suas reservas eram, além de abundantes, das melhores qualidades. Esse artigo constituía em uma das mais importantes matérias-primas para a metrópole, pois era essencial na indústria de construção naval, que era um pré-requisito para a soberania do próprio Império marítimo português. Sem uma “*Marinha de Guerra*” e “*Mercantil*”, as regiões sob tutela portuguesa ficavam imunes a ataques e invasões inimigas, o que colocaria em risco a autonomia administrativa de seus espaços coloniais e inclusive o Reino. Além disso, a frota naval era essencial para o desenvolvimento do comércio, seja ele interno ou externo e o único meio de ligação existente entre o Reino e seus espaços coloniais espalhados, ao longo da América, África e Ásia.

⁸¹ SOUSA, Avante Pereira. O Pão Nosso de Cada Dia: poder local e abastecimento (Salvador – Século XVIII). In: *Anais do 4º Congresso de História da Bahia*: Salvador 450 anos. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; Fundação Gregório de Matos, 2001, v. 2.

⁸² DIAS, *op. Cit*, 2007.

Desta forma, a função estratégica na economia da Real Fazenda fica ainda mais clara quando levamos em consideração a proximidade do território da Comarca de Ilhéus à região do recôncavo baiano (ver Figura 9). Nessa área, destacou-se a partir da segunda metade do século XVIII uma importante indústria de construção naval, na cidade de Salvador, que viria a se constituir no mais importante pólo produtivo dessa natureza em todo o Império lusitano. Como apontou Dean (1996),

Navios de guerra e mercantes construídos na Bahia constituíam, no final do século (XVIII), a maior parte da frota sob bandeira portuguesa. A madeira para esses navios era obtida em Pernambuco, Alagoas e no sul da Bahia, nas ex-capitanias de Ilhéus e Porto Seguro. Ali grandes extensões de florestas persistiam até o fim do século XVIII, mesmo à beira-mar⁸³.

A principal área de extração dos paus na ex-Capitania e atual Comarca de Ilhéus no período, como eram chamados à época, eram as “vilas do Sul”, referência às vilas no norte da Comarca que estavam ao Sul de Salvador. Ali, foram feitos consideráveis levantamentos acerca do potencial das matas, bem como de suas condições de conservação.⁸⁴ São inúmeros os documentos de época que se debruçam nessa questão. Veremos com mais atenção essa questão a partir de agora.

⁸³ DEAN, Warren. *A ferro e fogo. A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 1996, p. 151.

⁸⁴ Para uma idéia do potencial de extração que essa região oferecia ver LISBOA, Baltasar da Silva. *Riquezas do Brasil em Madeiras de Construção e Carpintaria*. Salvador: Revista do IGHB, 1926. nº 52, bem como os relatórios dos Juízes Conservadores presentes no Arquivo Público do Estado da Bahia.

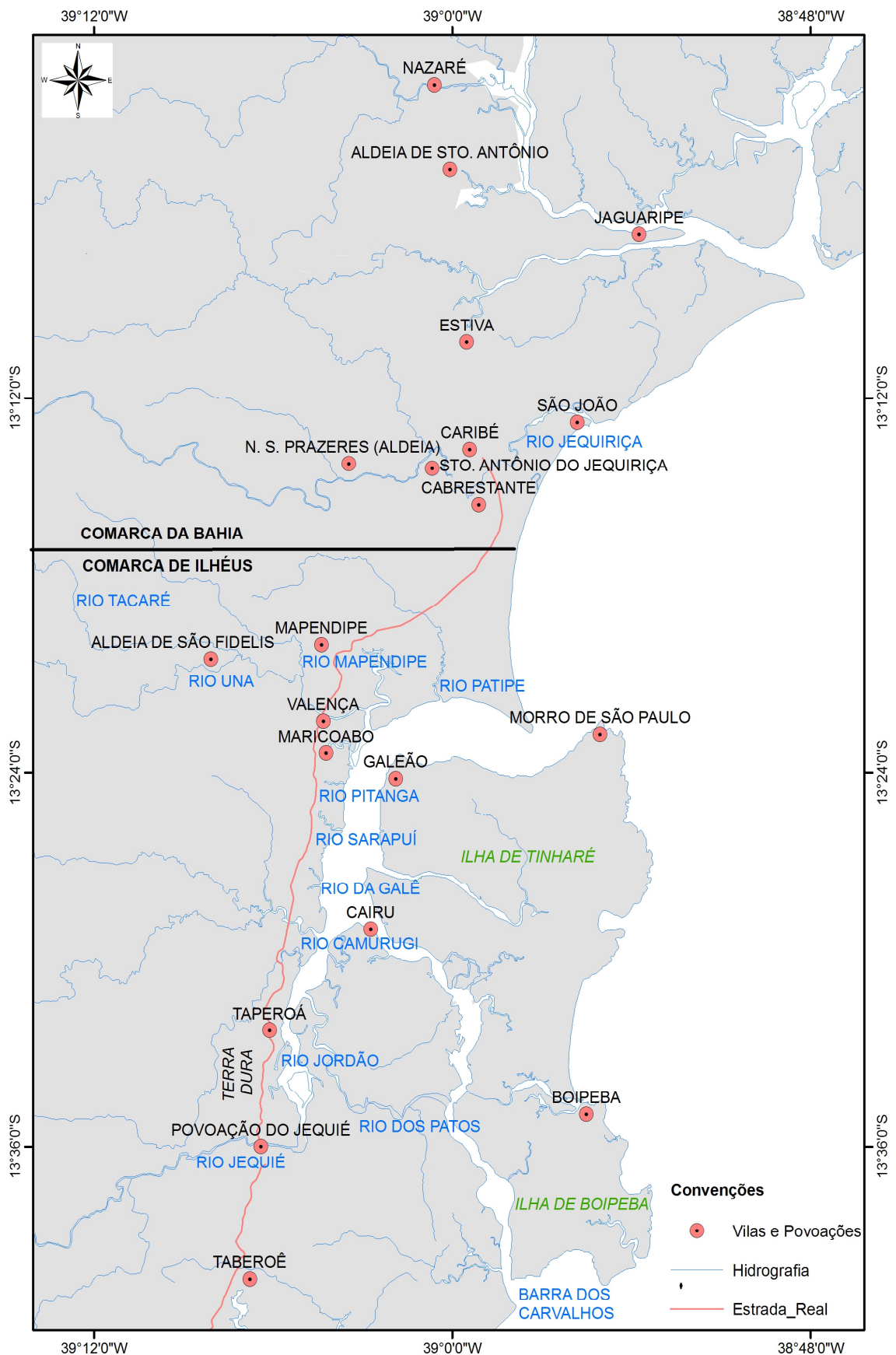


FIGURA 10 - Freguesias de Jequiçá, Cairu e Boipeba, 1800. (Parte Norte)
 Fonte: Extraído de DIAS, *op. Cit*, 2007, p. 261. Elaboração: CEDIC/UESC

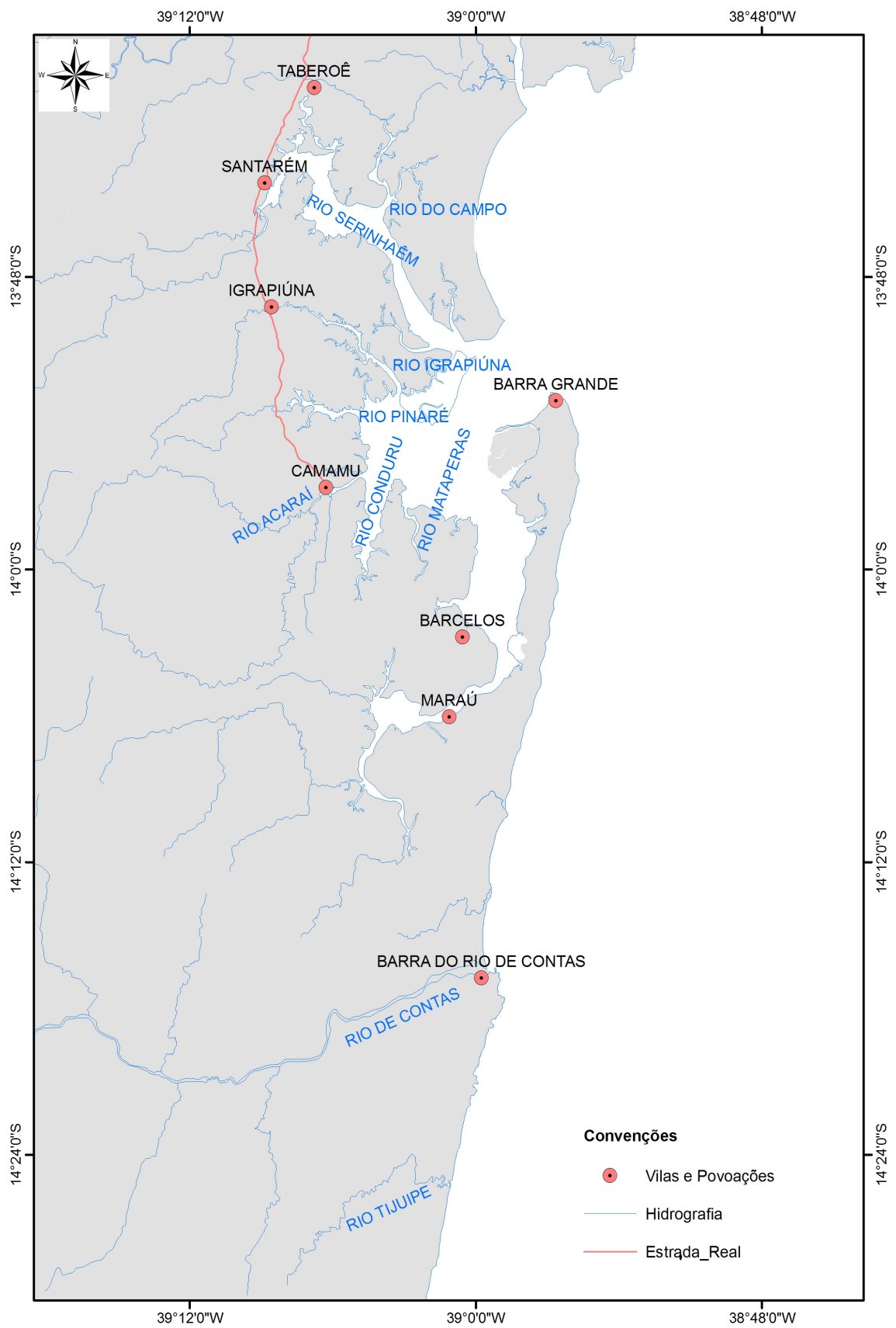


FIGURA 11 – Freguesias de Camamu, Maraú e Barra do Rio de Contas, 1800. (Parte Central).

Fonte: *Ibidem*, p. 254.

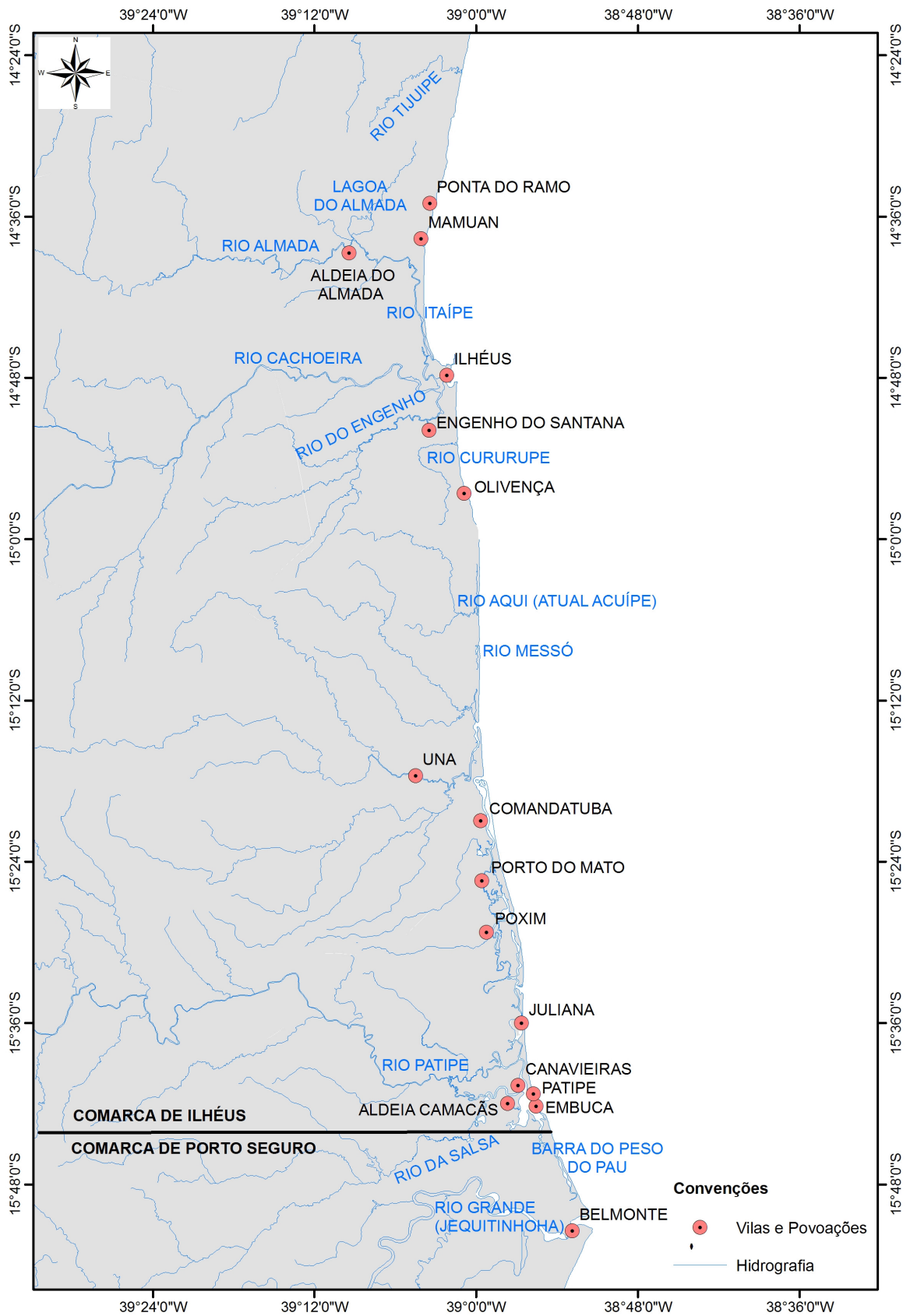


FIGURA 12 – Freguesias de Ilhéus e Poxim, 1800. (Parte Sul)
 Fonte: *Ibidem*, p. 408.

2.2 - AS MATAS DA COMARCA

As medidas conservacionistas para as matas estão presentes, de forma concreta, na colônia brasileira, desde pelo menos 1605, com o primeiro “Regimento do Pau-Brasil”, que reservou para a Coroa todos os espécimes dessa árvore existentes nas Capitânicas. Em 12 de Setembro de 1652, entra em vigor um regimento que, assim como o de 15 de Outubro de 1751, impunha “proibições de corte de certas madeiras, estabelecendo algumas providências a serem seguidas pelos fazendeiros”. Segundo Pádua (2002), esses regimentos expressam a tentativa da Coroa de “tomar posse de todas as madeiras nobres e valiosas (‘madeiras de lei’) existente no Brasil, inclusive no interior das sesmarias”. Ainda encontramos referência a dois decretos que mandavam conservar as matas e bosques para utilidade real, datados de 23 de Setembro de 1713 e de 11 de Março de 1716.⁸⁵

Segundo Miller (2000), essas medidas promovidas pela Coroa portuguesa detinham um enfoque de apropriação monopolista dos recursos madeireiros. Na experiência da Comarca de Ilhéus, tal necessidade de apropriação deu-se devido às necessidades da já citada indústria naval e construção civil do Recôncavo, como também às necessidades do próprio Reino, pois como apontou Dias (2007),

Para o reino também seguiram grandes quantidades de madeiras baianas, sobretudo para atender as necessidades da própria Coroa. A despeito de ter exportado menos madeiras do que as capitânicas do Rio de Janeiro e Pernambuco, o porto da Bahia foi, provavelmente, o primeiro supridor das docas reais de Lisboa, a partir da segunda metade do século XVII.⁸⁶

As madeiras encontradas no território ilheense eram variadas e de qualidades apropriadas para as necessidades imperiais. Além de apresentarem propriedades variadas em decorrência das características botânicas da Mata Atlântica brasileira, a maior floresta tropical do mundo, diversificando, assim, as possibilidades de aplicação, algumas espécies apresentavam uma densidade superior às madeiras importadas da América do Norte, o que facilitava, inclusive, o processo de escoamento pelos rios da região até portos marítimos ou pontos de apoio na logística da atividade de extração madeireira. Sucupira, louro, angelim

⁸⁵ SOUZA, Paulo F. de. *Legislação Florestal*. 1ª parte: legislação histórica 1789-1889, Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, 1934.

⁸⁶ DIAS, *op. Cit.*, p. 145.

vermelho e amarelo, vinhático, oiti, jequitibá, pindaíba, potumuju, jenipapo e tapinhoã, espécies abundantes nas matas locais, eram algumas das mais utilizadas nos estaleiros.⁸⁷

Tanta diversidade de madeiras e abundância das matas na Bahia impôs um padrão de utilidade aos proprietários de terras e aos administradores reais, caracterizado por um baixo grau de racionalidade no uso dos recursos ambientais. Mas nas últimas décadas do século XVIII, quando a ação predatória dos roceiros provocou a escassez em torno das principais vilas do norte da Comarca, é que surgem as primeiras manifestações em prol de um uso mais racional das matas, apresentando uma interessante tônica de denúncia ambiental.

Um exemplo disso foram as disputas e conflitos pelo uso e conservação das terras e seus recursos florestais que ocorreram na região da Comarca de Ilhéus, em fins do século XVIII, entre proprietários de terras locais e os agentes da coroa e que culminou na formulação de uma regulamentação da atividade extrativista de madeira de lei em toda a colônia. Nesse sentido, os fatos que ocorreram na Comarca serviram de parâmetro, experiências para se pensar a questão em todo o território colonial.

O ouvidor da Comarca de Ilhéus Francisco Nunes da Costa, que esteve no cargo entre os anos de 1780 e 1792, teve um papel fundamental no início de uma crítica ambiental na região. Em uma de suas representações, já em 1784, onde escreveu diretamente à Rainha, solicitou,

Remédio competente ao estrago com que as admiráveis matas da mesma capitania se vão arruinando e mostrando já a perda mais sensível para Vossa Majestade, para o comércio e para os moradores, que se ajudavam dessa riquíssima extração, pela prodigiosa abundância das madeiras, que pareciam inexauríveis nos primitivos tempos desta colônia.⁸⁸

Na memória analisada no capítulo IV deste trabalho, de Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá, encontramos os mesmos elementos de crítica ambiental sobre as matas da Comarca. Tais denúncias e propostas acerca do meio natural baiano se tornaram recorrentes entre membros da intelectualidade e funcionários do Estado português da época, como bem apontou a tese de Pádua (2002).

Tais denúncias se tornavam ainda mais fortes se pensarmos que o Estado já estava presente no trato com as matas da região desde pelo menos o início do século. Dias (2007) nos informa que,

⁸⁷ MILLER, Shawn William. *Fruitless Trees – Portuguese Conservation and Brazil’s Colonial Timber*. Stanford, California: Stanford University Press, 2000. 325p.

⁸⁸ COSTA, Francisco Nunes da. “Representação... dirigida à Rainha sobre a devastação que estavam sofrendo as matas virgens”, *ABN*, Vol. 32, 1914 [1789] *Apud* In: PÁDUA, *op. Cit.*, p. 98.

Até 1715, a atividade madeireira na Bahia e nas capitanias do sul era um negócio, exclusivamente, privado. Neste ano, foi instituído o regime de feitorias reais para suprir as encomendas da Marinha com a nomeação do primeiro mestre carpinteiro. Em 1716 foi estabelecida a feitoria de Cairu, [...] composta, inicialmente, por duas unidades de corte – a que chamavam simplesmente de “cortes” -, uma no sítio chamado Maricoabo e outra no Taperoá. A presença de grandes reservas de matas ricas em madeiras de construção e a facilidade de escoamento das peças pelos rios foram fatores determinantes na escolha dos sítios. Mais tarde, na medida em que se devastavam as matas mais próximas dos melhores portos e também em que se descobriam novas áreas ricas em madeiras como o vinhático, o potumuju, a sucupira e o angelim – de amplo uso nos estaleiros -, outros cortes iriam surgir, como os de Mapendipe, Una e Jequié.⁸⁹

Os novos cortes que surgiram passaram a integrar com o tempo a Inspeção dos Reais Cortes de Madeiras da Comarca de Ilhéus, em 1780.⁹⁰ Sobre essa instituição colonial, que, a princípio sugere ser muito importante para os estudos referentes à Botânica baiana, existe um grande corpus documental com uma grande riqueza de dados. Consta nesse montante, inclusive, os relatórios da Conservadoria das Matas, apontados por Dean (1996), como documentos que “registram o estado das florestas costeiras na virada do século XIX; de fato, oferecem mais informação que qualquer outra coisa que foi escrita desde 1500, concernente à distribuição das espécies arbóreas.”⁹¹

Porém, apesar da riqueza documental, trata-se de um tema, ainda, pouco explorado pela historiografia colonial e apresenta instigantes questões a serem exploradas por trabalhos futuros como os aspectos ligados a sua funcionalidade institucional, administração, dados sobre sua efetiva produção madeireira, as áreas de abrangência, a relação estabelecida com os particulares, entre outras coisas.⁹²

No que diz respeito ao nosso tema, também existe uma série de incógnitas que precisam ser resolvidas pelos historiadores da Comarca. Ainda não há dados concretos para pensarmos o papel que teve a consolidação da Inspeção dos cortes de madeira no desenvolvimento de novos estudos e práticas botânicas, inventários florísticos, experiências de aclimação de espécies como a quina e a teça, árvores que forneciam excelentes madeiras para a construção de navios na época, enfim, questões ligadas à institucionalização do próprio campo botânico.

⁸⁹ DIAS, *op. Cit.*, p. 148-149.

⁹⁰ *Ibidem.*

⁹¹ DEAN, Warren. *A ferro e fogo. A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira.* São Paulo, Cia das Letras, 1996, p. 152.

⁹² Dentre os poucos trabalhos que tratam indiretamente da Inspeção Cf. DIAS, *op. Cit.*; MORTON, F. W. O. "the royal timber in late colonial Bahia. In: *Hispanic American Historical Review.* 58:1 (fev. 1978), p. 41-61; DEAN, *op. Cit.*; e MILLER, *op. Cit.*

Uma hipótese importante no debate sobre as matas da colonial Comarca de Ilhéus e que precisa ser averiguada por esses novos estudos é o peso que teve tal recurso na região diante do que podemos chamar de “processo de regulamentação dos reais cortes de madeira” na colônia brasileira.

O ministro Dom Rodrigo de Souza Coutinho, durante seu mandato à frente da Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos (1796-1801), assumiu uma postura mais enérgica em relação aos recursos naturais da colônia brasileira, no sentido de potencializar seu uso a partir de medidas políticas orientadas pelos ideais racionalistas da ilustração luso-brasileira. No que diz respeito às madeiras, em seu famoso discurso apresentado ao Conselho de Ministros de 1798, onde defendeu a tese de federalização do Império, o problema da conservação florestal apareceu com clareza ao apontar que o objetivo principal no tema das concessões de sesmarias era o de “regular a conservação dos nossos bosques, matas e arvoredos, sejam dos que servem para cortes de madeiras para as construções marítimas, sejam os que servem para combustível e trabalho das minas e fundições”.⁹³

Pádua (2002) apontou que Sousa Coutinho assumiu uma posição de liderança no combate à destruição do ambiente natural brasileiro,

para entender a posição desse ministro é importante lembrar, em primeiro lugar, que ele dirigiu a secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos entre 1796 e 1801, período em que a Europa vivia uma era de conflitos militares, no lastro da Revolução Francesa. Nesse contexto, as diferentes potências européias, buscavam garantir o seu suprimento de recursos naturais, especialmente de madeiras para os navios de guerra, desenhando legislações e políticas públicas para deter a destruição das florestas, inclusive, nos espaços coloniais.⁹⁴

Morton (1978) sugeriu que teria sido ele o grande articulador de um grupo de funcionários confiáveis, que incluiria o próprio Baltasar da Silva Lisboa, para a implantação de um novo projeto para as matas brasileiras. Segundo ele, o Ministro teria se consultado e solicitado ajuda de Silva Lisboa para implementar uma Carta Régia em 1797, que definiria toda uma política monopolista de uso das matas. Como o próprio Pádua (2002) ressaltou,

Esse tipo de conexão é bastante plausível. Baltasar encontrava-se em Portugal em 1796, após viver alguns anos no Brasil. [...] Ele combinava uma

⁹³ COUTINHO, Rodrigo de Sousa. “Sistema político que mais convém...” In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *O intendente Câmara*. Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá, Intendente Geral das Minas e dos Diamantes. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1933. p. 282-285.

⁹⁴ PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. RJ: Zahar, 2002, p. 51-52.

sólida formação de jurista com bons conhecimentos de filosofia natural, além de ser amigo de Sousa Coutinho e estar familiarizado com a realidade da Bahia, sua terra natal.⁹⁵

Tal conexão é tão visível que em 1796, Silva Lisboa foi nomeado pela Carta Régia de 17 de Março do mesmo ano a Juiz Conservador das Matas. Um cargo que tratasse, especificamente, de uma questão ambiental como essa, era algo inexistente até então e acabou surgindo no bojo desse processo de discussão e regulamentação dos paus reais. Baltasar assumiu esse cargo até o ano de 1818 e foi ao longo de sua gestão que produziu uma vasta documentação acerca da Mata Atlântica brasileira, aliás, como já foi observado, uma das melhores fontes sobre a situação das matas em fins dos setecentos.

Além dessa vasta documentação produzida acerca da situação das reservas florestais e de sua atuação junto à implementação da já citada política monopolista com a Carta Régia de 13 de Março de 1797, Silva Lisboa foi o grande mentor do primeiro Regimento dos Cortes de Madeira para o Brasil. Esse Regimento ficou conhecido como o “plano” e se consolidou através de uma outra Carta Régia, datada de 11 de Julho de 1799.⁹⁶

Não pretendemos aqui discutir a eficácia de tais medidas, mas apenas situá-las num momento histórico muito favorável para suas implementações e destacar o papel dos funcionários, aqui citados, a serviço da Coroa. De fato, é o conjunto de ações e medidas legais, aqui destacadas, no trato com a Mata Atlântica brasileira que consideramos como sendo o que chamamos de Processo de Regulamentação dos Reais Cortes de Madeira.

A necessidade de se conservar as matas era devido, entre outras coisas, ao processo de devastação que estava ocorrendo, sistematicamente, pelos roceiros. Esses indivíduos destruíam “*a ferro e fogo*” toda as matas que fossem necessárias para ampliar as fronteiras agrícolas ou para melhorar a produção, visto que, por conta da abundância de matas existentes não era interessante a esses produtores persistirem no mesmo solo, já esgotado. Na grande maioria das vezes, esses esgotamentos dos solos se davam por conta da utilização de uma técnica indígena chamada de “*coivara*”, que consistia em atear fogo ao terreno, reduzindo a matéria orgânica à cinzas. Essas cinzas apresentam um alto valor de nutrientes, porém, depois de sua utilização em pouquíssimos ciclos produtivos, tornam o solo impróprio ao cultivo agrícola extensivo.

⁹⁵ *Ibidem*, p. 101.

⁹⁶ MORTON, *op. Cit.*

Mas também aqui, ainda faltam estudos concretos que respondam à questão: qual a efetiva contribuição desse processo de regulamentação dos reais corte de madeira no estabelecimento de um campo para a Ciência Botânica na Capitania da Bahia?

2.3 - O JARDIM BOTÂNICO DA BAHIA

Não foi somente a Inspetoria das Matas da Comarca de Ilhéus a única instituição colonial baiana a ter uma importante conexão com a consolidação de práticas e estudos botânicos na região. Sabe-se que o Jardim Botânico da Bahia, ainda que muito mais em termos de indícios documentais do que análises históricas, foi implantado em Salvador, em 1803, na “roça adiante do campo de São Pedro, no caminho que vai para a Vitória”.⁹⁷ Tinha como objetivo cultivar “todas as plantas assim indígenas, como exóticas, e em que, particularmente, se cuide em propagar de semente, as árvores que dão madeiras de construção para depois se semeassem nas Matas Reais”.⁹⁸

O seu primeiro diretor foi Ignácio Ferreira da Câmara Bittencourt, médico que estudara em Montpellier, na França, e que fora indicado, em 1799, pelo Governador da Bahia ao Ministro Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, para prontificar a instalação de suas dependências e ser o seu diretor.⁹⁹ No ofício de 17 de Maio de 1800, o governador dizia: “mandei registrar na Junta da Real Fazenda, a fim de se satisfazer a Ignácio Ferreira da Câmara a pensão anual de 400\$000 rs., que já principiou a cobrar”.¹⁰⁰

Bittencourt deveria “remeter para o Real Jardim Botânico todas as plantas vivas e secas, que aqui (Capitania da Bahia) houver e de cuidar, efetivamente, no estabelecimento e direção”¹⁰¹ do Jardim da Bahia. Contudo, apesar da determinação de Dom Rodrigo sobre a instalação da instituição datar de 1798, nos idos de 1800, o governador respondia a Sousa Coutinho que não tinha “sido possível até agora comprar-se o terreno para

⁹⁷ Ofícios de Inácio Ferreira da Câmara Bittencourt relativos ao Jardim Botânico da cidade da Bahia. BN, nº II - 33,26,27.

⁹⁸ COUTINHO, D. Rodrigo de Souza. *Carta para o Governador da Bahia em que se manda estabelecer na Bahia um Jardim Botânico semelhante ao do Pará de 19 de novembro de 1798*. Palácio de Queluz. BN, nº I - 47,16,1 n.8.

⁹⁹ *Ofício do Governador da Bahia para Dom Rodrigo de Sousa Coutinho*. 12 de fevereiro de 1798. BN, nº II - 30, 06, 4.

¹⁰⁰ PORTUGAL, Dom Fernando José de. *Ofício do Governador da Bahia para Dom Rodrigo de Sousa Coutinho*. 17 de Maio de 1800. *ABN*, Vol 36, 1914. Doc nº 20.550. p. 1.

¹⁰¹ *Ibidem*, p. 1.

ele, por falta de meios em razão das extraordinárias e indispensáveis despesas que tem ocorrido”.¹⁰² O principal problema encontrado pelo diretor do Jardim nos primeiros anos de sua instalação foi encontrar uma localidade adequada e disponível para sua implantação.

Em Maio de 1800, Bittencourt havia sugerido a compra da roça do Sr. José Vieira de Araújo, “homem de idade avançada, Capitão mós que foi de Benguela”¹⁰³, que dizia não vender a roça à Coroa, a não ser que fosse obrigado. A negociação com Vieira Araújo não prosseguiu e o processo de busca continuou, mas a negociação foi demorada. Em ofício de 02 de Agosto de 1802, o diretor ao apresentar uma justificativa para a indicação de compra dos terrenos, dentre os quais ainda estava o de Vieira Araújo, oferece-nos uma descrição bastante clara das características que deveriam ter o terreno a ser construído o Jardim:

1º Faz-se preciso um vasto e plano terreno na entrada do jardim para em uma parte deste disporem-se, metodicamente, as plantas que ali se cultivarem. É neste lugar, que o Professor deve fazer todos os anos a demonstração das plantas, na estação mais conveniente para a instrução da mocidade, que se destinar para a medicina, Cirurgia, e Farmácia. A outra parte deste local deve ser ocupada por plantas que são vividouras e por aquelas cujas raízes conservam-se debaixo da terra, de onde nascem novas plantas todos os anos. Este canteiro ou parte é suscetível de alguma ordem e arrançamento que contribua para o ornato, e recreio, conservando-se três ou quatro touças de cada espécie de plantas, que se podem tirar para demonstração na escola. Os curiosos estudantes acharão neste lugar objetos para as suas observações.

2º Um lugar baixo e úmido, exposto aos ventos de Nordeste até Sul, sendo aqui os primeiros frescos e os últimos frios e chuvosos para a cultura das plantas de algumas Capitánias, que são mais frias como São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Rio Grande do Sul.

3º Um local bastante extenso e que tenha um bom fundo de terra sem pedras ou rochedos que é destinado para a plantação e disposição das árvores, que se devem deixar crescer, livremente, para conservarem a sua verdadeira configuração. Parece-me que seria mais conveniente depô-las tão bem, metodicamente, do que pô-las entre plantas e arbustos na escola; por que ainda que sejam cortadas e podadas, jamais deixarão de as assombrar e fazer-lhes mal.

4º Um lugar próprio para as sementeiras, o qual deve ser abrigado dos ventos do Sul, estando defendido da sua maior impressão por algum monte, muro ou árvores. Neste lugar devem se fazer canteiros bem estrumados, em que se semeiem as sementes das plantas medicinais e de algumas hortaliças, que não são aqui conhecidas. Também se conservam aqui vasos com terra estrumada para as sementes das plantas exóticas que podemos alcançar do estrangeiro, e das outras capitánias, entretendo uma correspondência com os jardins, que neles se estabelecem.

¹⁰² *Ibidem*, p. 1.

¹⁰³ *Ibidem*, p. 1.

5º Enfim, é preciso não só que haja uma fonte de água boa, mas ainda um lago para as plantas aquáticas, aquelas que só vivem nos lugares úmidos e frescos. Não falando em algumas casas que são necessárias para abrigar estas plantas que não podem suportar maior calor, assim como na Europa se defendem do maior frio, É indispensável uma assaz cômoda para a morada das pessoas empregadas, tanto no Jardim, como na preparação das plantas vivas e secas, que Sua Majestade manda que se enviem para o seu Real Jardim da Corte.

As obras do Rei jamais se devem fazer em lugares retirados, mas sim nos mais públicos e vistosos, para melhor realçar a Sua Real Grandeza.¹⁰⁴

Vieira de Araújo justificou sua impossibilidade de venda do terreno por ser “aquela fazenda denominada Tororó”, propriedade onde tirava sua “atual assistência”, pois não possuía outra alguma na Cidade de Salvador. O proprietário alegou ainda, ter feito melhorias na localidade no valor de mais de cinquenta mil cruzados e ser a roça um local de cuidados dos enfermos provenientes de seus três Engenhos de Açúcar.¹⁰⁵

O terreno para o Jardim, finalmente, acabou sendo comprado, em 1803, do Coronel Caetano Maurício Machado, numa área que, “alem de estar perto da Cidade e em uma boa e aprazível situação, tem toda a suficiência para o estabelecimento que se pretende por ora fazer”. Nessa localidade, o diretor do Jardim, visando a implantação do estabelecimento, o mais perto possível do que havia apresentado como sendo as circunstâncias ideais, contava ainda com a “esperança de se poder alargar para o futuro com a roça contígua denominada Canelas”, mas a compra desta propriedade também apresentava dificuldades, “por ali morar a proprietária doente e já avançada em anos”.¹⁰⁶

Segundo o termo da avaliação do terreno comprado, este já dispunha para a instalação do Jardim da seguinte estrutura e avaliação.

A casa de vivenda feita de adobes e estuque com a liceria de alvenaria, que compreende os repartimentos interiores, tudo coberto de telha, seis contos e cinquenta mil réis. A frente da porteira feita de alvenaria com paredes dobradas, e mais doze alicerces de alvenaria para se sobreponem pilares de tijolo, coberta de telha digo, se sobreponem pilares de tijolo, duzentos mil réis. Uma casa que serve de Cocheira e cavalarice com dois quartos no fundo feita de adobes com pilares de tijolo, coberta de telha, duzentos e cinquenta mil réis. Um poço no brejo de alvenaria com sua abóbada, cem mil réis. Um telheiro ao pé da porteira feito de taipa de mão, coberto de telha muito arruinado, dez mil réis. E por esta forma avaliaram os ditos medidores as obras referidas em um conto duzentos e dez mil réis. [...] E, procedendo eles ao exame e avaliação das árvores, deram-lhe os valores seguintes: a quinze

¹⁰⁴ Ofícios de Inácio Ferreira da Câmara Bittencourt relativos ao Jardim Botânico da cidade da Bahia. BN, nº II - 33,26,27.

¹⁰⁵ *Ibidem*, p. 03.

¹⁰⁶ *Ibidem*, p. 08.

mangueiras a dois mil réis, trinta mil réis. A trinta e uma jaqueiras a dois mil réis, setenta e dois mil réis. A quarenta e um coqueiros a três mil réis, cento e vinte e três mil réis. A seis arassazeiros a cento e sessenta, novecentos e sessenta réis. A quatorze coqueiros a cento e sessenta e dois mil duzentos e quarenta. A quatro oitizeiros a seis contos e quarenta, dois mil quinhentos e Sessenta réis. A sete dendezeiros, a duzentos e quarenta, mil seiscentos e oitenta réis. A seis genipapeiros a trezentos e vinte, mil novecentos e vinte. Vindo a importar duzentos e vinte e quatro mil réis, e a importância total da avaliação dois contos, quatrocentos e trinta e quatro mil trezentos e sessenta réis.¹⁰⁷

No que diz respeito ao seu funcionamento, existem distintos ofícios, em especial de Dom Rodrigo, solicitando remessas de mudas, sementes ou plantas ou delegando outras atividades aos funcionários do Jardim. O Ministro, mesmo após deixar a Secretaria da Marinha e Domínios Ultramarinos para assumir, em 1801, a Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, continuou na supervisão do Jardim a pedido do Príncipe Dom João VI. Este havia solicitado em 1801, que para o “adiantamento da Botânica” se publicasse “uma Flora completa e Geral do Brasil e de todos os vastos domínios de Sua Alteza Real”. Infelizmente, não encontramos indícios sobre tal empreendimento, mas a idealização de Sousa Coutinho nas recomendações aos Governadores interinos do período previa que,

usando de algum herbarista ou jardineiro perito proceda a formar uma coleção de sementes de todas as plantas, que vegetam nessa capitania às quais vossa excelência irá remetendo por todas as vias que se lhe oferecem, sucessivamente, conservadas em papel dentro de área, advertindo que cada papel deve trazer o respectivo nome que às plantas se dá no país, exceto quando ele não constar e nesta generalidade hão de ser compreendidas não só as sementes de plantas que se extraírem das feiras cultivadas, mas também as dos bosques e das partes, totalmente, incultas; o que participe a vossa excelência para assim executar dando mensal e, anualmente, conta do resultado desta diligência. Essas sementes de plantas secas deverão ser dirigidas ao diretor do Jardim Botânico da Ajuda. Com seu catálogo e uma duplicata do catálogo será dirigida sempre pelo Presidente do Real Erário para ser presente a Sua Alteza Real.¹⁰⁸

A recomendação do envio das plantas com seus respectivos nomes “nativos” reflete o ecletismo dos procedimentos botânicos luso-brasileiro, que misturava os sistemas taxionômicos mais respeitados na Europa, como o de Lineu, mas também as identificações provenientes de diferentes localidades ou grupos sociais baianos. Os envios das plantas ao Jardim Botânico Real em Portugal, aparecem como a principal função do Jardim da Bahia, atuando como um catalisador das espécies locais, que contribuiria tanto na adaptação de

¹⁰⁷ *Ibidem*, p. 10-11.

¹⁰⁸ COUTINHO, Rodrigo de Sousa. *Carta sobre a constituição de uma Flora Geral do Brasil*. Ano: 1801. BN, nº I – 31,30,105.

indivíduos provenientes de outros biomas, dinamizando assim, a variedade das culturas sobre domínios portugueses, quanto na constituição do projeto de uma “flora geral” já citada, anteriormente.

As principais culturas visadas nas experiências de aclimações e trocas com demais Jardins ao longo do mundo deveriam ser espécies como a “Caneleira, Pimenteira, o cravo da índia e a Árvore de Pão, que se pode mandar vir do Pará, onde já existe um jardim botânico muito econômico, mas muito produtivo”.¹⁰⁹

As coletas das espécies deveriam ser feitas “em todos os distritos da capitania [...] a fim de se semear e cultivarem aqui (Reino), pondo-lhes nomes botânicos, para promover e adiantar esta ciência com glória e honra da nação.”¹¹⁰ Nesse sentido, a conexão com a Comarca de Ilhéus fica clara, ainda mais quando pensamos que alguns estudos e experiências analisadas na segunda parte da Dissertação, possivelmente, estavam ligados às intenções e projetos dessa instituição.

Infelizmente, porém, não podemos ainda afirmar com maior certeza o papel desse Jardim na rede imperial de trocas botânicas, nem tampouco as conexões entre ele e as atividades botânicas na Comarca de Ilhéus ou na Capitania da Bahia. Talvez seja uma das instituições coloniais baianas do período menos estudadas e, dessa forma, também não foram problematizadas questões como: qual a inserção da instituição na rede imperial de aclimação e trocas de mudas, sementes e estudos, de plantas nativas e exóticas, de diversas partes do Reino Ultramarino? Que linha administrativa adotou seus diretores? Em que medida o Jardim aproveitou-se da biodiversidade presente nas regiões da Capitania? Fica a deixa para os possíveis interessados.

¹⁰⁹ COUTINHO, Rodrigo de Sousa. *Carta sobre o Jardim Botânico da Bahia*. Ano: 1802. BN, nº I - 31,30,106.

¹¹⁰ *Ibidem*. p. 01.

**PARTE II - OS ESTUDOS BOTÂNICOS
DOS FUNCIONÁRIOS-NATURALISTAS**

Objetiva-se, principalmente, nessa segunda parte da Dissertação, a análise dos estudos botânicos dos quatro naturalistas da Comarca de Ilhéus no período em questão, focalizando o volume dos estudos realizados; suas motivações e/ou finalidades; as regiões, temas e abordagens privilegiadas por seus autores; os estilos metodológicos e de escrita adotados ou detidos pelos funcionários; entre outras questões.

Durante os séculos XVIII e XIX, muitos estudantes brasileiros, filhos da elite econômica colonial, dirigiram-se à reformada Universidade de Coimbra para desenvolver seus estudos superiores, devido à falta deste tipo de formação na colônia brasileira. Enfrentando uma viagem marítima que durava cerca de 60 dias, ausentando-se dos confortos típicos das tradicionais famílias escravistas, adaptando-se aos rigores do frio do inverno português e vivendo às custas de suas mesadas na desestruturada cidade de Coimbra, os membros da aristocracia agrária brasileira buscavam a instituição por ter sido esta o grande canal de acesso à burocracia estatal do Império português e um funil para o acesso nos campos de atuação dos homens mais ilustres da época.¹¹¹

Como vimos, a reforma dos Estatutos em 1772, empreendida pelo autoritário Sebastião José de Carvalho e Melo, ministro da Secretaria de Negócios Estrangeiros do reinado de D. José I (1750 – 1777), futuro Marquês de Pombal, mudaria os rumos dessa instituição para sempre. Representou o culminar de um processo de luta de interesses entre frentes do tradicional corpo docente da Universidade e ideólogos modernizantes. Ilustrativo de uma sociedade em transição, tal reforma abriu as portas da secular instituição às ciências experimentais e um novo campo de possibilidades para aqueles estudantes e professores que desejassem explorar o mundo natural do Reino e de seus espaços coloniais.

Em levantamento dos estudantes brasileiros matriculados na Universidade, apenas no século XVIII, constatamos a matrícula “de 1752 brasileiros, das quais 347 eram mineiros, total só superado pelo número de baianos (572) e de cariocas e fluminenses (445)”.¹¹² De 1722 a 1822, formaram-se 866 estudantes brasileiros. Dentro do recorte temporal desta pesquisa, durante os anos de 1772 e 1808, encontramos um total de 608 estudantes matriculados.¹¹³

Quanto à escolha dos cursos pelos estudantes brasileiros, temos o seguinte,

¹¹¹ É possível ter acesso aos dados referentes aos estudantes brasileiros em Coimbra através dos ficheiros daquela instituição.

¹¹² Levantamento encontrado em BOSCHI, Caio César. *Achegas à historia de Minas Gerais: séc. XVIII*. Porto, Portugal: Universidade Portucalense, 1994. 93p.

¹¹³ DIAS, Maria Odila. “Aspectos da Ilustração no Brasil”. *Revista do IHGB*, 1968.

Entre os 568 estudantes formados em Direito (maioria significativa no total de 866 brasileiros formados em Coimbra, de 1722 a 1822), 281 e, por conseguinte, a metade terem se formado, simultaneamente em Leis e Matemática ou Ciências Naturais, acumulando as duas ou três especialidades, fenômeno que era bastante comum naquele tempo. Com referência aos restantes 282, formados, exclusivamente, em Humanidades, isto é, em Leis, Teologia e Artes, podemos opor 141, exatamente a metade, diplomados somente em Ciências. Em dados globais, referentes às matrículas e aos cursos seguidos e não, individualmente, aos estudantes, desdobrando, portanto, o número dos que acumularam vários diplomas, temos que, dos 866 estudantes, 800 formaram-se em pelo menos um ramo das Ciências; dentre os quais 450 em Matemática, 285 em Filosofia Natural e 65 em Medicina. Mas a maioria dos que deixaram obras escritas voltaram-se de preferência para as Ciências Naturais e a Medicina, predominando, pois, na literatura científica deste período, os estudos de Ciências Naturais, em detrimento de pesquisas nas ciências puras ou exatas.¹¹⁴

Estes dados demonstram além das preferências acadêmicas, o nível de aceitação dos estudantes coloniais nos quadros acadêmicos do Reino. Como nos alerta DA CRUZ (2004), o Império português na transição do século XVIII para o XIX, vivia um momento de crise e,

[...] temendo perder seus domínios no ultramar, procurava cooptar as elites coloniais para seu projeto de reformas e modernização. Uma de suas estratégias foi a criação de estímulos e facilidades para que os filhos das famílias mais abastadas fizessem seus estudos em Coimbra, acreditando-se ser a educação poderoso elemento de unificação ideológica. [...] Sabendo-se que a colônia americana era, nesse momento, a melhor parte do Império e levando-se em conta o receio de que as idéias revolucionárias da Europa continental contaminassem os ‘homens bons’ da sua melhor colônia, Portugal procurou aportar a juventude da colônia do Brasil na sua ‘ilha de letrados’, preparando-a para assumir serviços de reconhecimento e governação imperiais.¹¹⁵

Coimbra era o principal centro de preparação em História Natural do Império, de onde saíram três dos quatro naturalistas analisados neste trabalho. Contudo, não podemos deixar de focalizar outras possibilidades de formação intelectual para os brasileiros setecentistas que, como Domingos Alves Branco Muniz Barreto, não tiveram uma formação coimbrana. Nesses casos, devemos considerar pelo menos duas possibilidades. A primeira está ligada à sua formação militar. Muniz Barreto foi, na última década do século XVIII, Capitão de Infantaria do Regimento dos Estremoz. Dessa forma, podemos considerar que este naturalista tenha iniciado suas incursões pelo campo da Filosofia Natural a partir de seus

¹¹⁴ DIAS, *op. Cit.*, p. 107.

¹¹⁵ DA CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho. *Verdades por mim Vistas e Observadas, Oxalá foram Fábulas Sonhadas: Cientistas brasileiros do setecentos, uma leitura auto-etnográfica*. 2004. UFPR, Curitiba, 2004, p. 141.

estudos em alguma instituição de ensino militar. Essa hipótese apresenta seu peso devido ao intenso intercâmbio existente entre as instituições destinadas à formação intelectual e profissional do Reino, característico do espírito reformador e modernizante que caracterizou, em especial, na gerência pombalina.¹¹⁶

A segunda possibilidade a ser considerada é a hipótese do autodidatismo. Talvez, pudéssemos mesmo considerar as duas hipóteses, mas o que sabemos é que o Capitão, certamente, não era um dos coimbrões e, tampouco, se dedicava de longa data a essa atividade, como podemos perceber em suas próprias palavras destinadas à Academia Real de Ciências de Lisboa presentes em uma de suas Memórias¹¹⁷, datada de 1790,

Pouca reflexão será bastante à Academia para se persuadir à vista do que venci em pouco tempo, sendo estrangeiro na ciência da Historia Natural, do muito que poderia assim mesmo avançar com mais vagar, e do modo que pudesse firmar o acerto das minhas disposições, valendo-me dos prontos auxílios que, sem limite me mandou prestar o Benemérito Ouvidor daquela Comarca, o Dezembargador Francisco Nunes da Costa, Vassalo este em quem não só se tem observado um verdadeiro caráter de Ministro, mas um fervor, e zelo eficazimo pelo Serviço da Soberana e a benefício dos felizes povos, que ele tem debaixo da sua inspeção.

[...] Não pretendo por este insignificante serviço, nem por outro qualquer que posso fazer em benefício da minha Nação, que essa Academia distribua comigo aqueles prêmios que, fazendo distinguir os Sábios, que a mim não compete, pois nada mais quero que a glória de ser reconhecido o meu zelo (se esta me pode também caber) persuadindo-se a Academia que suposto me faltam os perfeitos conhecimentos, contudo, me sobra para isso uma paciência e valor de toda a prova, em uma palavra o meu fim é mostrar o que temos em uma diminuta parte daquela Comarca, para que a Academia nos ensine a aproveitar.¹¹⁸

Tanta modéstia não combinava com seu talento para o assunto. Contudo, o importante aqui é registrarmos o caráter amplo do movimento da Ilustração em Portugal e em outras nações da Europa que, transcendendo os muros das academias e universidades, atingiu e influenciou os mais variados setores da vida social, em níveis e intensidades diferentes, das diversas sociedades ocidentais do Setecentos. Conforme salientou Pataca (2006), “antes da reforma dos estudos universitários, ocorrida em 1772, os principais estabelecimentos técnicos em Portugal eram as ‘Aulas Militares’. Essas escolas formavam ‘engenheiros militares’. [...]

¹¹⁶ PATACA, Ermelinda Moutinho. *Terra, Água e Ar nas Viagens Científicas Portuguesas (1755-1808)*. Campinas: UNICAMP, 2006.

¹¹⁷ Preferimos neste trabalho atualizar a linguagem e a pontuação presente nos documentos utilizados.

¹¹⁸ MUNIZ BARRETO, Domingos Alves Branco. Relação que contém a descrição de uma diminuta parte da Comarca dos Ilhéus desta Capitania da Bahia, por Domingos Alves Branco Muniz Barreto, Capitão de Infantaria do Regimento de Estremoz, 1790. BN. s/f. p. 1-2.

O engenheiro setecentista tinha uma formação bem ampla a fim de lhe possibilitar o exercício de muitas funções, como a ‘fortificação, a urbanização, a construção de edificações, a invenção de máquinas e a cartografia’”.¹¹⁹

Passaremos, a partir de agora, a uma análise mais detida da atividade intelectual e atuação política dos homens que, se servindo das “*Luzes*” da Filosofia Natural, empreenderam um significativo trabalho nos territórios da Comarca de Ilhéus, na transição do século XVIII para o XIX.

¹¹⁹ PATACA, *op. Cit.* p. 173-174.

CAPÍTULO 3

DOMINGOS ALVES BRANCO MUNIZ BARRETO

Enfocar a vida desse naturalista é esbarrar em sérias limitações documentais, no que diz respeito à genealogia, formação intelectual e, em certa medida, à sua atuação profissional e política no Império português. Ao passo disso, existe uma relativa facilidade quanto às suas atividades, enquanto Capitão de Infantaria do Regimento dos Estremoz e, também como naturalista na região Norte da Comarca de Ilhéus.

Nascendo na Bahia em 1748 e, falecendo no Rio de Janeiro em 1831, uma das cidades nas quais, possivelmente, deve ter adquirido formação militar, atuou, provavelmente, entre as décadas de 1770 e 1780, na Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, na atual região do Rio Grande do Sul.¹²⁰



FIGURA 13 – Estampa de Muniz Barreto: “Cravinho”

O principal caule deste vegetal pouco se eleva. O seu modo de esgalhar é o que se vê desta estampa e em cada um dos que lança para os lados em forma de cruz, brota a flor que se vê em seu tempo próprio, que julgo ser em Setembro e Outubro. A sua galha é do mesmo

¹²⁰ DELERUE, Maria Luísa. *Domingos A. B. Moniz Barreto: Baía, 1748, Rio de Janeiro 1831; entre o reformismo lusitano e a independência do Brasil*. 1998. Universidade Portucalense, Porto 2 v. (Tese de mestrado policopiada).

feito, comprimento, largura e cor que se vê. O seu sabor é amargoso. Virtudes: Serve o seu sumo sendo pisada a folha para estancar a purgação da gonorréia.

Fonte: MUNIZ BARRETO, Domingos Alves Branco. *O Feliz Clima do Brasil*. [edição e pesquisa de Anna Paula Martins]. Rio de Janeiro: Dantes, 2008, p. 197.

3.1 - UM NATURALISTA ENTRE A TRADIÇÃO E SINGULARIDADES

Como já pontuamos na introdução deste trabalho, Muniz Barreto não era um naturalista que se doutorou na Universidade de Coimbra, nem tampouco teve a orientação direta de Domingos Vandelli em programas de viagem ou trabalho práticos, desenvolvidos nos laboratórios de Coimbra.

Em já referida pesquisa realizada sobre os ficheiros de Coimbra, Boschi identificou um Domingos Alves Branco, que teria nascido na Bahia (não foi encontrada referência à data de nascimento) e, supostamente, teria se formado em Direito, em 1792. Contudo, embora com os mesmos primeiros três nomes, este estudante não está coerente com a forma como o capitão, aqui em questão, foi registrado nos ficheiros de seu filho, Joaquim Anselmo Alves Branco Muniz Barreto, nascido na Bahia, em 1765 e formado em Direito, em 1797. Tampouco, condiz com o período de atuação profissional na Capitania da Bahia, onde já em 1790, atuava com certo vigor, inclusive, realizando estudos endereçados ao trono, o que nos faz crer que tal nome seja referente a mais um de seus filhos.

É também notável o fato de ter sido um dos correspondentes da Academia Real de Ciências de Lisboa, instituição que agremiava os principais naturalistas do Império e que teve um papel central no cenário de Ilustração luso-brasileira, como vimos no capítulo 1.

Neste contexto, Muniz Barreto era um leitor arguto das principais referências da Filosofia Natural da época, a exemplo de Pison (1611-1678), Buffon (1707-1788) e Lineu (1707-1778). Este último, como vimos, era o principal correspondente de Vandelli e autor de um dos mais utilizados sistemas de classificação taxionômica existente até hoje.

Este naturalista também deixou evidências de também conhecer muito sobre os principais procedimentos metodológicos para a produção científica da época, desde seu sistemático processo de padronização de procedimentos, utilizados na confecção das Memórias, até as observações e reflexões em viagens de campo e coleta, preparo e envio de

materiais, anexos aos seus textos, enviados também para entidades políticas na colônia e no Reino, incluindo a própria realeza.

Demonstrou ainda conhecer os principais trabalhos desenvolvidos pelos naturalistas, sob a orientação de Vandelli, inclusive, a respeito de seus principais projetos políticos para a colônia, sob os quais nunca se furtou, quando podia e cabia em suas reflexões, a realizar um balanço crítico.

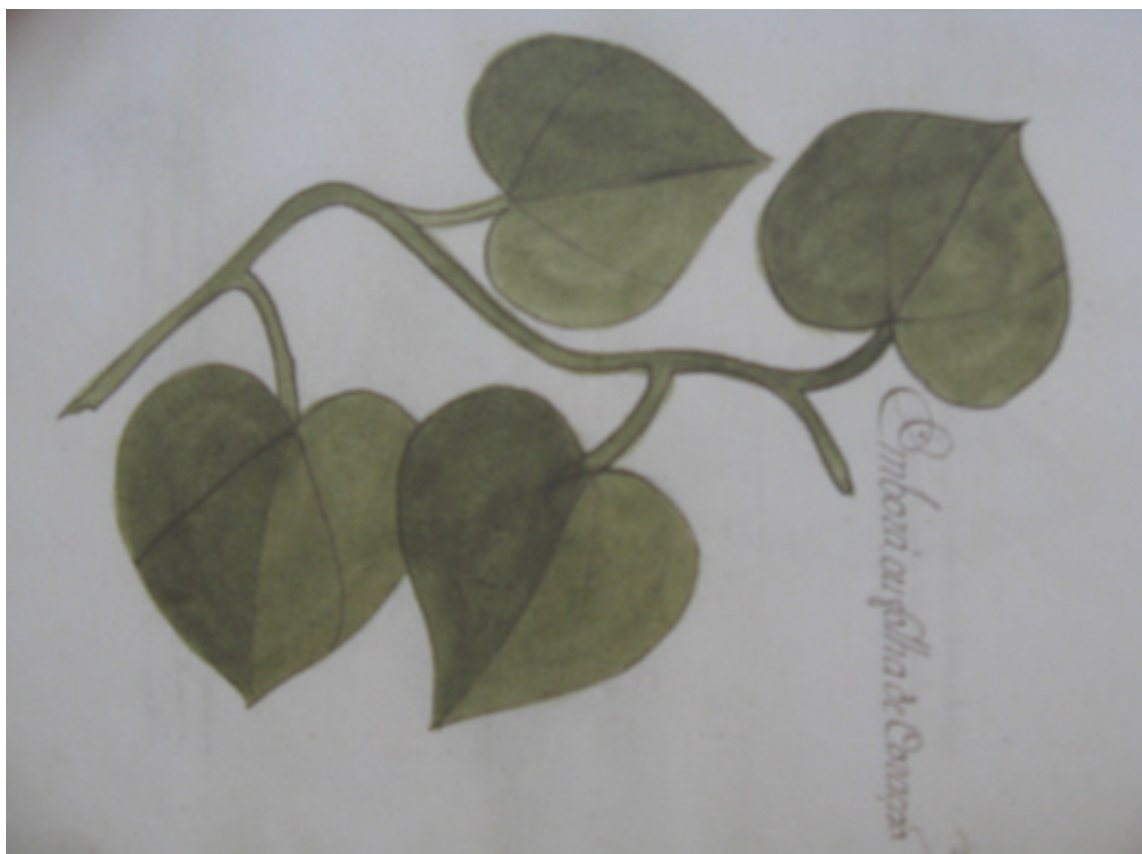


FIGURA 14 – Estampa de Muniz Barreto: “Emboza, ou folha do coração”.

É uma espécie de cipó que alastra pelo chão muito coberto de terra, deitando o seu caule. As folhas que se vêem em tudo são semelhantes as naturais, em fim, em tamanho, como em feição e cor, se bem que a cor debaixo da folha é muito mais clara. O seu sabor é azedo. Virtudes: É contra veneno de cobras usando da folha bebida e a raiz ralada e posta em cima da ferida. Serve também para curar chagas podres usando-se das folhas de costas sobre elas, limpando-as.

Fonte: MUNIZ BARRETO, *op. Cit*, 2008, p. 149.

De formação militar, e, portanto, vinculado a uma instituição que, certamente, estava sintonizada com as principais diretrizes educativas empreendidas, em graus variados, desde pelo menos três gerações reais, Muniz Barreto teve amplo acesso ao universo das

produções científicas da época, certamente, possuindo facilidades de desenvolver estudos práticos em laboratórios da colônia brasileira.

A partir desses indícios, percebemos nesse intelectual, vários traços emblemáticos da tradição luso-brasileira dos estudantes de Coimbra, a saber: utilitarismo, pragmatismo, cientificismo racionalista – reformista e valorização das questões pertinentes à sua realidade local. Dessa forma, entendemos este instigante funcionário como filósofo naturalista vinculado ao movimento intelectual da ilustração luso-brasileira, ainda que não tenhamos registros de sua passagem em Coimbra.¹²¹

Porém, como também é evidente em seus trabalhos, não poderíamos deixar de reconhecer, para além das singularidades presentes em cada um dos intelectuais componentes dessa tradição, os traços ainda mais específicos de sua produção. Nesse sentido, partiremos, a partir de agora, para uma análise mais detida de sua singularidade.

3.2 - O SABER INDÍGENA E AS CIÊNCIAS NATURAIS

Conseguida esta tão necessária e importante reforma entre os índios bravos e índios mansos, não só virão eles a serem felizes pelo bem espiritual da religião, mais ainda pelo temporal, na vassalagem e proteção de uma soberana, em que resplandecem tantas virtudes, e gozarão, à sombra das leis, da liberdade civil e política que permite a nossa Constituição; ficando ao mesmo tempo, por uma parte aberto o caminho para as vantagens e opulência do comércio e agricultura; e por outra, sem obstáculos para nosso uso e proveito, as estradas para as Minas e, outros sertões, nas quais tantas vezes têm sido acometidos e mortos inumeráveis viajantes; poder-se-ão cultivar os terrenos de que se acham de posse estes gentios, assim como da riqueza que neles se acha depositada, o que virá a servir de vantajosa remuneração de mais algum dispêndio e trabalho que é necessário se faça, nos primeiros anos, enquanto se consegue o principal fim, que deve ser: primeiro: o aumento da religião; segundo: civilização de tantos homens.¹²²

Acreditamos que essa passagem sintetize, de forma precisa, a relação que, em Muniz Barreto, aparecia entre a necessidade de um processo civilizatório para as nações indígenas e o avanço da “opulência do comércio e agricultura”, que poderia ocorrer através

¹²¹ Sobre o papel das Academias Militares e dos Militares no processo de produção do conhecimento no Império Português Cf. PATACA, Ermelinda Moutinho. *Terra, Água e Ar nas Viagens Científicas Portuguesas (1755-1808)*. Campinas: UNICAMP, 2006 e RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas: monarcas, vassalos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008.

¹²² MUNIZ BARRETO, Domingos Alves Branco. *Plano para Civilização dos Índios no Brasil*. Rio de Janeiro: RIHGB, s/d. p. 91.

das Ciências. Desde pelo menos 1788, quando do envio de seu “Plano dos índios” para a Coroa portuguesa, o capitão já demonstrava exímio conhecimento acerca dos processos históricos relativos a estes grupos da colônia brasileira, nos mais variados territórios, do Maranhão ao Rio Grande do Sul. Na Bahia, do final dos setecentos, era ele um dos principais nomes no assunto referente aos índios sublevados e ações militares voltadas para a questão.

Sua experiência no assunto fazia-o conceber que a melhor alternativa no trato com esses povos era pela via da amistosidade, como fica explícito em outra passagem do plano,

deste modo que tenho mostrado, é que se deva tratar com esta tosca e infeliz gente e, não molestando-os, nem fazendo-lhes dura guerra, ou para mais bem dizer, entrando, violentamente, por palhoças sem resistência, habitadas por homens que ignoram até o direito natural de se defenderem.¹²³

Motivado a “promover a felicidade de uns desgraçados povos”, suas críticas recaíram, diretamente, nos duros tratamentos dispensados aos indígenas pela empresa colonizadora e na ineficiência dos diretores e educadores dos aldeamentos e vilas. Em síntese, estava ele interessado em integrar aquele imenso contingente humano no projeto colonizador em voga nas principais vilas da Comarca. Isso fica ainda mais claro, quando Muniz Barreto fala das habilidades possuídas por esses homens que tão úteis seriam para a nação. Em uma observação feita na aldeia de São Fidélis, região norte da Comarca, quando estava disfarçado de Naturalista entre alguns índios “sublevados”, ele comentou:

A sua população é de até 120 casais de Índios pouco mais, ou menos, os quais são dóceis, e bem inclinados e, ao mesmo tempo robustos, e os mais necessários para o trabalho do corte das madeiras ali estabelecido, por haverem nas vizinhanças da mesma Aldeia, as melhores matas de bons paus de construção, assim em qualidade como em compatibilidade, e rigeza, muito principalmente no sítio chamado Orobó, onde residem dispersos da Povoação alguns casais. São peritos navegadores do caudaloso Rio Mapendipe pelo qual descem com incrível facilidade, sobre monstruosos paus, até a boca, ou foz da divisão deste Rio, e do de Una, donde são embarcados para o Porto da Bahia em embarcações próprias que, ancoradas esperam ali a sua correspondente carga. Do mesmo modo, são os melhores serradores de madeiras, principalmente do vinhático, de que abundam aquelas matas, e insignes fabricantes de grandes embarcações de um só pau, a que no Brasil chamam canoas, muito necessárias para a navegação interior dos rios. Agricultam arroz correspondendo a colheita com grande excesso à sementeira, por serem as terras na baixa das matas muito próprias para esta plantação. Também são grandes cordoeiros de diferentes estrigas, no que poupam muito à Real Fazenda no serviço das puxadas de espessos e pesados paus. As Índias são famosas tecedeiras de panos de algodão, principalmente,

¹²³ *Ibidem*, p. 87.

para as chamadas [tipocas], que são as camas ordinárias sustentadas por cordas, de que fazem uso geral quase todos os Índios do Brasil.¹²⁴

Este envolvimento e reconhecimento das habilidades indígenas o motivariam na utilização desses saberes. Nas palavras de Marques (1999),

Os saberes dos ameríndios continuavam valendo para os naturalistas do século XVIII, tanto quanto haviam sido úteis para os viajantes e colonizadores fazerem suas descrições no século XVI e XVII. Identificando as plantas medicinais e alimentares, os indígenas forneciam o conhecimento básico para o início dos estudos de História Natural em terras do Brasil. Como 'mais entendidos', localizavam as plantas e sementes para serem descritas e classificadas. Contavam, pois, os naturalistas dos fins dos setecentos com os saberes dos habitantes da terra e as velhas descrições e utilidades das plantas elaboradas no Quinhentos e Seiscentos por curiosos colonizadores e viajantes.¹²⁵

E Muniz Barreto tinha a preocupação de construir seus planos de viagem a partir do saber indígena, como fica claro nessas partes de uma de suas Memórias que, apresentaremos à frente,

Chegando a Vila de Santarém nela procurei conhecer os Índios que fossem mais famosos em conhecimento de ervas medicinais, produzidas na famosa Ilha de Quiepe, que fica situada na latitude de 14°, e na longitude de 344° e 45', quase fronteira à barra do Camamu, cujos conhecimentos têm pela experiência dos seus antepassados, e pela muita freqüência com que vão a mesma Ilha arrefazerem-se, principalmente, de contra venenos.

Depois da volta que fiz para a mesma Vila de Santarém, nela procurei certificar-me de um Índio de avançada idade, e que por isso me não pode acompanhar e, com muita inteligência e experiência daquelas ervas, de quanto me asseveraram aqueles Índios, cuja verdade ficou bem indagada, porque por cada uma das estampas me foi dando os mesmos nomes, e préstimos de que eu já tinha feito lembrança, só com a diferença de que em algumas, pela maior experiência aumentou ele, as suas virtudes.

Da povoação de Una, segui por terra à aldeia dos Índios de S. Fidélis, que fica distante légua e meia, por serem estes, igualmente, experientes de ervas medicinais. Muito satisfeito fiquei nesta observação, porque me apontando o regente desta aldeia seis Índios, os mais experientes ervolários, e para me darem notícia de todas as frutas silvestres, me mostraram os mesmos Índios, muitas ervas, que eram as mesmas que eu já tinha estampado na Ilha de

¹²⁴ MUNIZ BARRETO, Domingos Alves Branco. "Notícia da viagem e jornadas que fez por terra o Capitão Domingos Alves Branco Muniz Barreto entre os Índios Sublevados nas Vilas e Aldeias das Comarcas dos Ilhéus e Norte da Capitania da Bahia". BN. s/f. p. 05.

¹²⁵ MARQUES, Vera Regina Beltrão. *Natureza em Boiões: medicinas e boticários no Brasil setecentista*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999, p. 116.

Queipe e, concordando em umas a respeito das virtudes que aqueles Índios me tinham dado.¹²⁶

Utilizando-se da “experiência de seus antepassados”, o naturalista servia-se dos saberes transmitidos de geração a geração através de fortes tradições pautadas na oralidade e experiências cotidianas de uso dos recursos naturais.

Se os saberes dos indígenas sobre a flora brasileira seriam, usualmente, descredenciados no nível discursivo, não parece tê-lo sido no nível prático. Utilizados como indicativo para coleta de espécies desconhecidas, tiveram seus usos, posteriormente, abalizados por experimentos científicos. E, antes mesmo destes conhecimentos serem afirmados, cientificamente, as plantas indígenas já constituíam capítulos de farmacopéia portuguesas e estrangeiras, o que demonstra os bons resultados obtidos por aqueles que as usavam.¹²⁷

Mas, não apenas dos saberes de grupos indígenas, se apropriava o capitão para dar início as suas viagens e reflexões. Certa feita, nas proximidades da Vila de Cairu (atual cidade de Cairu no Baixo Sul Baiano), teve “notícias que em uma das casas daquela vizinhança, um homem pardo de idade de 80 anos”, provavelmente de fora, mas que ali vivia “perto de 40 anos de curar os moradores daquele círculo com ervas medicinais”. É possível que esses saberes tenham sido compartilhados entre os grupos indígenas e homens pardos, negros e brancos. Porém, por se tratarem de conhecimentos transmitidos ou produzidos em “*locus*”, muitas espécies eram utilizadas em regiões e grupos diferentes para fins também diferentes, como ficam evidenciados em passagem acima, na qual Muniz Barreto perguntando “a respeito das virtudes” das plantas, viu que alguns índios diferiam em suas respostas, o que levou o capitão a “conjecturar que além daqueles préstimos já sabidos ainda restavam alguns e, talvez, outros”.

Ainda que os habitantes locais pudessem fornecer dados acerca de espécies e seus respectivos usos em fins dos Setecentos e isso tenha servido de ponto de apoio, não só para Muniz Barreto, mas para boa parte dos naturalistas que desenvolviam seus estudos no ambiente colonial brasileiro, esse saber, “vagamente rememorado dos indígenas, transmitido com dificuldade aos caboclos e africanos fugidos do perímetro colonial”, contribuiu para que

¹²⁶ MUNIZ BARRETO, Domingos Alves Branco. *Relação que contém a descrição de uma diminuta parte da Comarca dos Ilhéus desta Capitania da Bahia, por Domingos Alves Branco Muniz Barreto, Capitão de Infantaria do Regimento de Estremoz*, 1790. BN. s/f. p. 07, 09 e 14.

¹²⁷ MARQUES, *op. Cit*, p. 70.

“algumas espécies da mata atlântica” pudessem ter “adquirido nomes e alguns nomes” puderam “ser associados a usos”.¹²⁸



FIGURA 15 – Estampa de Muniz Barreto: “Ervinha”.

Não cresce mais que do tamanho que se vê, se bem que esgalha mais. A sua folha é estreita à imitação de um canudo, com suas partes em cada uma delas. A sua cor é incerta, em uma parte escura, em outra clara. O seu sabor é ácido. Virtudes: Serve tanto a raiz como a folha, sendo cozida, para dores de estômago, do peito e do fígado.

Fonte: MUNIZ BARRETO, *op. Cit*, 2008, p. 141.

3.3 - O ESTILO DE DOMINGOS

Presente em boa parte dos trabalhos da época, em especial aqueles destinados às grandes autoridades, como a Rainha, a modéstia com que os autores apresentavam seus feitos e escritos era, ao mesmo tempo, uma virtude cultivada e um recurso estratégico para suas auto-promoções.

¹²⁸ DEAN, Warren. *A ferro e fogo. A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 1996, p. 134.

É verdade que, em Muniz Barreto, ela aparece de forma excessiva, o que pode ser devido ao seu lugar como “estrangeiro” na Filosofia Natural, o que tantas vezes ele próprio chamou a atenção. Contudo, não devemos entendê-la de forma estanque, senão no conjunto, na maioria de sua produção. Vejamos alguns exemplos dessa modéstia. Na dedicatória de seu plano dos indígenas, ele conclui dizendo que “beija os pés de V. Alteza Real o mais inútil vassalo”. Quanto às ilustrações da obra, ponderava,

Eu não faço mais por me faltarem todos os princípios, que se fazem necessários a um bom escritor, que imita aquele que, ignorando as regras do desenho, figura toscamente ao hábil pintor o quadro que pretende, para este o pôr em prática com a proporção das figuras e desempenho da arte.¹²⁹

Mais à frente, afirmou que “o assunto era vasto e exigia talentos para falar deles e outros conhecimentos de que sou destituído”, porém que se “entre aqueles com inteligência e sem ela” aparecessem críticas, teria ele “toda a desculpa, e muito mais entre aquele onde só resplandessem as ciências, as virtudes e a prudência”. Ao longo de uma de suas memórias enviada à Academia em Lisboa, comentou,

Suposto que a natureza dos meus estudos não podia, nem podem avançar esta empresa, e nem de modo algum me poderei contar entre o número daqueles cidadãos, contudo assim mesmo, reduzindo talvez a caos, aquilo que tem toda a união, e ordem me atrevo a pôr patente a minha temeridade, na certeza de que as minhas incoerências serão desenvolvidas debaixo dos auspícios de tão sábia Academia, quando tenho a honra de lhe oferecer a presente relação que contém por lembrança, a descrição de uma diminuta parte da Comarca dos Ilhéus desta Capitania da Bahia para onde viajei e o que nela [... ilegível].¹³⁰

Quando essa respeitável e sábia Academia se queira servir de receber esta Memória, apesar da sua irregularidade, mistura, e confusão, poderá comunicar-me os meios pelos quais deverei adiantar as minhas observações, pois ainda que o método, e estilo que sigo é muito alheio da ciência ainda de um mediano Naturalista.¹³¹

É importante, porém, apontar que estas falas eram, no final do século XVIII, da forma que eram utilizadas, recursos estratégicos para possibilitar mais espaço político para suas críticas e observações. Esse naturalista, mesmo sendo “um estrangeiro”, ao nosso ver, desenvolveu muitas delas à própria Academia, com suas técnicas normativas, e até mesmo aos ideais dos filósofos naturalistas.

¹²⁹ MUNIZ BARRETO, “Plano...”, p. 35.

¹³⁰ MUNIZ BARRETO, “Relação...”, p. 01.

¹³¹ *Ibidem*, p. 19.

Quando da justificativa da “falta de termos próprios de que usam na sua linguagem os naturalistas”, Muniz Barreto ressaltou para não os fazer,

não fazendo também conta a mesma Academia da falta de termos próprios de que usam na sua linguagem, os Naturalistas ex professor, porque creio que deixando de parte este obstáculo, se poderia isto não só disfarçar, mas permitir, reduzindo-se a modo que todos entendessem o que lessem, que todos pudessem escrever o que vissem, e descobrissem, e que todos pudessem pedir o que necessitassem. Regra esta que faria estender mais o comércio, e adiantar a indústria.¹³²

Dessa forma, Muniz Barreto ao solicitar que se deixassem de lado os termos técnicos, aqueles “obstáculos”, para que “todos pudessem escrever o que vissem e descobrissem e que todos pudessem pedir o que necessitassem”, estava ao mesmo tempo, criticando a natureza restrita e fechada do campo científico ligado àquela instituição e demonstrando na prática, a possibilidade de realização de estudos que atendiam aos mesmos fins da Academia, com linguagem mais acessível, o que, inclusive, poderia permitir a contribuição de muito mais “curiosos”¹³³ no “estender do comércio e o adiantar da indústria”.

Na introdução de seu plano, o autor justificou o esforço empreendido naquele trabalho nos seguintes termos,

Muitos se têm cansado em escrever sobre as riquezas do Brasil e sobre todas as outras produções que nutrem a ambição do homem, ou poucos ou nenhuns se têm lembrado da opressão em que vivem os habitantes, que se acham naquele vasto continente. Este é, pois, o zelo que me conduz escrever estes informes discursos, a favor dos meus semelhantes, cujo melhoramento servirá de glória e utilidade à nação.¹³⁴

Nesses trechos, é clara a crítica destinada também aos circuitos da ciência na colônia e no Reino que pouco “tem lembrado da opressão em que vivem os habitantes”, pois estariam estes voltados para as riquezas e produções “que nutrem a ambição do homem”.

¹³² *Ibidem*, p. 19.

¹³³ O termo era destinado aqueles que mesmo não tendo formação acadêmica se dedicavam aos estudos de História Natural.

¹³⁴ MUNIZ BARRETO, “Plano...”, p. 39.

3.4 - AS MEMÓRIAS DE 1790

Na produção de Muniz Barreto, encontram-se inúmeros documentos de cunho administrativo, sejam por conta de seu posto de comando no presídio do Morro de São Paulo, ou devido a outras deliberações de seus superiores, além de umas Memórias escritas após algumas observações sobre algum problema prático ou viagens filosóficas.



FIGURA 16 – Foto das ruínas do presídio e fortaleza do Morro de São Paulo
Fonte: Foto do autor. Tirada em 01/11/2008.

Dessas Memórias, aquelas que interessam diretamente a esta pesquisa são duas: a primeira intitulada “Memória sobre os cortes de Madeira de construção estabelecidas na Comarca de São Jorge dos Ilhéus, pertencente à Capitania da Bahia” e a segunda, a “Relação que contém a descrição de uma diminuta parte da Comarca de Ilhéus desta Capitania da Bahia por Domingos Alves Branco Muniz Barreto, Capitão de Infantaria do Regimento de Estremoz”, ambas datadas de 1790.

Na “Memória sobre os cortes”, o objetivo do autor foi apresentar um histórico da administração dos reais cortes, destacando as ineficiências e irregularidades existentes em

cada gerência até aquele momento, e propor a partir disso, “providências para melhorar” a atividade. Segundo Domingos, a marinha portuguesa detinha todos os fatores para “se não dominar o oceano, de ter pelo menos uma grande influência nele” e sem nenhuma dúvida competir com a Marinha Inglesa, o maior poderio naval da época. Assim, não seria a falta de estaleiros, de mão-de-obra qualificada, de financiamento real e, nem tampouco, das imprescindíveis madeiras-de-lei, umas das melhores do mundo, as razões para o “atraso” do ramo, mas sim, a falta de uma boa administração nos reais cortes. Para ele, as administrações vigentes até aquele momento tinham como traço comum, o abuso do Erário Real através de custos excessivos, uso de funcionários desnecessários, inadequações de métodos que rendiam desperdícios “incalculáveis” e a ociosidade do trabalho.¹³⁵

Seja pelo conhecimento profundo do histórico daquela atividade ou de sua funcionalidade neste trabalho, o Capitão demonstrou muita experiência no trato com o tema. Isso se deve também por conta da fortaleza do Morro de São Paulo, principal local de trabalho de Muniz Barreto, ter sido desde a instalação da Inspetoria dos Reais Cortes, nas matas das vilas de Cairu, em 1780, um lugar estratégico de fiscalização, lugar de armazenamento e exportação.¹³⁶ São abundantes na documentação comunicações entre Muniz Barreto e o Juiz Conservador das Matas, Baltasar da Silva Lisboa, tratando de questões variadas acerca dos cortes.

Já na “Relação”, encontramos um texto que pretendeu ser um relato de viagem e observações. O autor informou nela sua saída de Salvador, ocorrida no início do mês de Setembro de 1790, para as principais vilas, aldeias e localidades percorridas na parte norte da Comarca de Ilhéus, onde observou e desenvolveu experiências relativas aos três reinos da natureza: mineral, animal e vegetal.

Alguns elementos deste trabalho são indícios muito claros da vinculação sobre a qual dissertamos, antes desse naturalista à tradição aglomerada por Vandelli e seus alunos. Assim, ao chegar em Morro de São Paulo, o texto apresenta, imediatamente, os dados relativos à sua localização geográfica, bem nos moldes como queria a naturalista de Coimbra, afirmando que “fica este situado na latitude 13° e 30’ e na longitude de 344° e 45’”. É uma Ilha de pouco mais de oito léguas de comprimento e cinco de largo”.¹³⁷ E à medida que foi avançando sobre o terreno, foi analisando as propriedades físicas, químicas e biológicas dos recursos naturais encontrados na área, como podemos observar nestes trechos da referida Memória:

¹³⁵ Não raro, encontramos nesse autor denúncias de corrupções entre os funcionários da Intendência das Matas.

¹³⁶ DIAS, Marcelo Henrique. *Economia, Sociedade e Paisagens da Capitania e Comarca de Ilhéus no período Colonial*. 2007. Tese (Doutorado em História Social) – UFF, Niterói, 2007. Não publicada.

¹³⁷ MUNIZ BARRETO, “Relação...”, p. 02.

Quando a fazer a minha observação nos seus elevados Montes, ou Outeiros, subi ao que ali se chama de Amaro Mendes para ver se descobria nele, uma espécie de pedra betuminosa mineral, que em diversos tempos têm achado e acham, os moradores do Morro, a qual [lariçada] ao fogo deixa de si uma espécie de aroma.¹³⁸

Tendo a maior parte das terras vizinhas à povoação sem serem cultivadas, assim como a baixa do Outeiro do Giz, onde se acha a fonte chamada da passagem, examinei a qualidade da terra, para ver se estava a sua infrutiferidade na 3^a. ou 4^a. espécie dos terrenos. No exame que fiz sobre a qualidade da terra, achei que estava na 2^a. classe de mediantemente fértil, por ser de terra delgada, misturada com alguma areia, não obstante o que sendo o seu impedimento todo accidental fica na 3^a. Classe.¹³⁹

Também observei por todos os campos, e lados das estradas da Vila de Santarém, uma grande quantidade nascida, espontaneamente, de uma espécie de algodão, cobertas as suas miúdas sementes de uma felpa muito fina, porém muito curta, de forma que de modo algum se poderá fiar, e enquanto a mim só servirá para acolchoadas, e creio ser a que Gaspar [Bauhino] chamou Xilon Arboreum, e Linneo Bombax.¹⁴⁰

Na manhã seguinte, saindo de passeio ao campo, observei em uma continuada distância alguns arbustos, que o maior não excedia a duas braças de altura, que é o que se vê na Estampa N. [em branco] que representa dele uma pequena galha. Cortando um ramo levei uma das suas folhas e parte da sua haste à boca, e me deu nela um amargo tal, que não perdeu em quatro horas, por mais que lavasse depois a boca. Recolhendo-me a povoação procurei saber o seu nome, do qual nem um morador me deu notícia, e só afirmava o mesmo ervolário velho a quem mandei chamar, e algumas outras pessoas ter virtude usada em banhos para moléstias cutâneas. Não pude deixar pelo seu excessivo amargo de mandar buscar mais quantidade da sua Rama, e levando parte dela com água ao fogo, extraí uma tintura tirada.¹⁴¹

É também característica nesta Memória, a preocupação com a identificação das culturas agrícolas encontradas, bem como do potencial produtivo do terreno, como podemos perceber a seguir: “Os moradores que habitam nesta Costa até o Tanhenga plantam mandiocas, tiram coquilho, piaçava, casca de mangue, e de [ilegível], e madeiras, e daqui para diante plantam também arroz.”¹⁴²

Em caminho, e de passagem saltei no sítio chamado Galeão de que já acima tratei, onde há uma pequena povoação, vivendo os seus moradores de tirar coquilho, piaçava, casca de murici, e cortar madeiras, cujas terras observei serem muito próprias para a plantação do café. São estas terras muito

¹³⁸ *Ibidem*, p. 04.

¹³⁹ *Ibidem*, p. 05.

¹⁴⁰ *Ibidem*, p. 09.

¹⁴¹ *Ibidem*, p. 12.

¹⁴² *Ibidem*, p. 04.

próprias para a plantação do arroz, cujo grão observei ser maior que o de outras partes desta Comarca.¹⁴³

Nesse trabalho, o qual, como observamos antes, é amplamente recheado de identificações de espécies vegetais a partir dos nomes dados pelos costumes locais, o naturalista, supostamente se desculpava pela ausência da utilização do sistema lineano,

Não era este também o tempo mais próprio para fazer estas observações, mas sim o de Janeiro em diante, tempo em que reproduzem todos os vegetais, e principalmente os da Ilha de Quiepe de que logo tratarei, e quando também florescem os mais deles, ou quase todos, para se poder reduzir à classe de Lineu, o que não pude transferir em razão de estar quase concluída a licença com que da capital do Rio de Janeiro me passei para esta Capitania, devendo a esse tempo achar-me na frente do regimento de Estremoz, que se acha ali destacado, e onde tenho a honra de servir a Sua Majestade no posto de Capitão.¹⁴⁴

Apesar das desculpas pela ausência de tal sistema, Muniz Barreto enviou seu estudo sobre a região e, inclusive, estabeleceu uma relação direta entre sua metodologia de identificação e a utilizada por um grande naturalista da época, do qual já dera indícios de ser leitor,

Fiz também toda a possível diligência nestes matos, para descobrir a árvore que dá o fruto de que trata Pison, a respeito do Brasil, na sua História Natural, dando-lhe o nome de Andá pelo qual é inteiramente desconhecido dos Índios, e por ele seriam baldadas todas as indagações, se eu me não tivesse prevenido de levar em minha companhia uma fruta, pela qual, conhecendo os Índios o que eu procurava, me asseveraram que entre eles era conhecida por Sapecuerana, e que agora não era a estação própria de recolher, e me disseram as havia muito mais adiante do sítio a que pude chegar, podendo somente adquirir os que vão à boceta N. 15, que foram colhidas no ano anterior.¹⁴⁵

3.5 - AS OBSERVAÇÕES BOTÂNICAS DE MUNIZ BARRETO

Para um melhor aproveitamento das árvores nos cortes de madeira reais, Muniz Barreto propôs que se observasse o que considerava “a demasiada distribuição do suco nutritivo” das espécies, pois,

¹⁴³ *Ibidem*, p. 13.

¹⁴⁴ *Ibidem*, p. 02.

¹⁴⁵ *Ibidem*, p. 14.

O crescimento das árvores e o bom estado em que elas se devem conservar é donde depende toda a vantagem, e utilidade da marinha Real e mercantil. O seu rápido crescimento e grossura proporcional dependem de sérios exames e de certas operações. O corte de certos galhos que impedem a sua força vegetativa se devem derrubar antes que atraiam a si a maior força nutritiva, e o mesmo se deve fazer aos diferentes olhos, que ao pé da raiz querem formar diversos troncos.¹⁴⁶

O autor acreditava que um bom método para “o bom estado” das árvores era, assim, empreender o ordenamento da distribuição do veículo nutritivo, canalizando-o para sua concentração nos troncos e ramificações principais. Essa necessidade de ordenamento também está presente na maneira como, segundo ele, deviam-se tratar as matas como um todo,

É evidentemente certo, que se o suco nutrício se reparte por diferentes troncos ficam estes muito débeis, e delgados além do que, como no Brasil, as raízes não aprofundam, como na Europa, e as árvores esgalham muito, se parte destes galhos se não cortarem de tempos a tempos, os grandes ventos impelem as árvores, e sendo derrubadas, sucede muitas vezes o levar uma de menos préstimo a diante de si muitos e preciosos paus, sendo que também por isso é necessário desafogar as matas, cortando as que forem inúteis. Com esta providência também os paus crescem, e o ar que então circula, sem embaraço, engrossa não só os troncos, mas as suas ramadas, e estas pelos mesmos motivos se estendem, assim como as suas raízes, que são as que dão os grandes paus de volta, os mais custosos, e necessários na construção, e que por isso se deve também fazer, que a certos galhos das árvores enquanto estão na sua infância, se lhe dêem direções curvas, amarrando, e enlaçando-os com piaçava, para suprir aquela impossibilidade.¹⁴⁷

Importante notar a correlação que fazia este mesmo naturalista entre a quantidade de sais minerais existentes em um determinado tipo de solo e o seu processo de absorção pelas moléculas vegetais, como fica claro neste outro trecho de sua memória,

Como a resistência dos paus é o objeto mais essencial da construção, se devem preferir as matas em cujos terrenos se encontre conformidade das suas moléculas com as partículas vegetais, cuja união fez os referidos paus sólidos, compactos e muito duráveis pelos sais que se lhe comunicam e de que abundam, principalmente quando as árvores se frutificam em terra preta da primeira espécie de Lyneu¹⁴⁸

¹⁴⁶ MUNIZ BARRETO, Domingos Alves Branco. (Atribuído). *Memória sobre os cortes de madeira de construção estabelecidos na Comarca de São Jorge dos Ilhéus, pertencente à Capitania da Bahia*. BN. s/d. p. 11.

¹⁴⁷ *Ibidem*, p. 12.

¹⁴⁸ *Ibidem*. p. 12.

Além de averiguar a distribuição do “suco nutritivo” e de perceber com muita felicidade a necessária relação do crescimento das espécies vegetais com a quantidade de sais minerais existentes no solo, Muniz Barreto também alertava para a necessidade de se estabelecer a poda das árvores no seu devido tempo, como fica claro na passagem a seguir,

O principal objeto do corte das árvores para servirem na construção, consiste não só na boa escolha delas, como já foi dito, mas no verdadeiro tempo em que se devem cortar, que deve ser naquele, inteiramente, apartado da sua mortal crise. Uma árvore que se observa com copa triste e pouco elegância anuncia vício, e por isso é incapaz de se tirarem delas, peças para se empregarem na construção. Os navios que são fabricados de paus de semelhante natureza, são obrigados os construtores a multiplicar as peças para suprir a força pelo aumento delas, do que resulta ficarem os navios muito pesados. As árvores que se estão cobrindo de novas folhas também não devem ser cortadas, porque os seus veios se acham sem força e solidez. O corte feito na verdadeira cizão da árvore, dá também uma grande vantagem à construção.¹⁴⁹

No que diz respeito à avaliação de suas estampas botânicas, Muniz Barreto utilizava uma metodologia, que combinava experiências indígenas e aplicação de seus próprios desenhos, resultando numa curiosa intersecção entre saberes. Após desenhar, o naturalista baiano “para melhor se persuadir do que afirmaram”, os índios sobre as características das “ervas medicinais”, mandavam “por diferentes vezes, dois índios, que nenhuma inteligência tinham desta matéria, procurar de mistura entre outras ervas aquelas” que lhes parecia, para os quais “dava as estampas e, com efeito, conseguia que por elas me trouxessem o mesmo que lhe pedia”.

Outra importante informação sobre as estampas é que o naturalista empregava um método de confecção particular, novamente contrariando os ditames da Academia. Apesar de ressaltar que, se necessário fosse a correção, ele assim o faria numa próxima ocasião, afirmou,

Enquanto às estampas que remeto sei que essa Academia poderá notar o não serem estampadas as ervas e arbustos proporcionalmente no seu todo, e raiz, o que não pus em prática tanto por que o tempo não me sobrava, como por me parecer que semelhante sistema somente sem ser acompanhado da estampa do verdadeiro tamanho, feitio e cor da folha, não é o mais próprio, porque ainda um perito ervolário por estampas reduzidas a pequeno ponto, poderá procurar de modo algum o que se lhes pedir, quanto mais os que disso não tiverem inteligência.¹⁵⁰

¹⁴⁹ *Ibidem*, p. 13.

¹⁵⁰ MUNIZ BARRETO, “*Relação...*”, p. 08.

Dentre outras experiências, Muniz Barreto moveu-se a “fazer mais séria reflexão” acerca da casca de Jequitibá, trazida por um índio, o qual havia relatado que esta uma vez “pisada dava de si tinta preta capaz de usar dela na escrita”. Assim, o capitão fez “pôr em prática esta observação que não produziu bem efeito porque nunca azevichou a mesma tinta”. Contudo, após mais reflexão sobre o assunto, o naturalista reparou “que depois que extraiu a mesma tinta daquela casca, depois de macerada, se reduziu a uma espécie de estopa [...] de melhor qualidade que a ordinária que se usa, chamada Embira”.

Outra experiência bem sucedida de Muniz Barreto foi a realizada com cabos de Jussara. Encontrando em uma estrada uma junta de bois, muito utilizada no arrasto das madeiras extraídas das matas, percebeu que “não usavam os combeeiros de cordas de linho, mas sim de uma espécie de estriga grossa e mal torcida”. Indagando os homens que ali trabalhavam sobre “a razão de não usarem os linhos”, responderam-lhe “que nas puxadas de paus pesados [...] não havia coisa que resistissem como a chamada Jussara”.



FIGURA 17 – Estampa de Muniz Barreto: “Pau vermelho medicinal”.

O pau vermelho medicinal por haver muitos que tendo esta cor o não são, eleva a muito alto, esgalhando a três partes. A sua folha é do mesmo tamanho, divisão, cor e feitio que se vê. O sabor é agro azedo. Virtudes: A raiz desta árvore cozida e bebida a dose

proporcional é excelente vomitivo e ótimo purgativo, desfazendo as [oscilações], extinguindo antigas febres e confortando o cerebro.

Fonte: MUNIZ BARRETO, *op. Cit*, 2008, p. 179.

Pretendendo com isso fazer “uma necessária e curiosa experiência”, mandou a um índio coletar uns poucos pés daquele arbusto “para com mais vagar, depois que se recolhesse à cidade, fazer o meu cálculo sobre a sua força comparada com o do cânhamo”. Assim, vejamos as conclusões a que chegou,

Com efeito, mandando preparar dois cabos do comprimento de 3 braças, e de grossura de uma polegada, um de linho cânhamo e outro de Jussara, quebrou este depois de suspender os pesos pelo espaço de 5 minutos com 6 @ , 5\$, e o de cânhamo por 6 ½ minutos, com 3 quintais, e 4\$; diferença esta muito considerável pela qual vim a conjecturar, que toda a sua força momentânea procede enquanto nova, pelas partes úmidas que em si conserva, e que absorvidas estas perdem de todo a sua atividade: e não duvido porque pondo eu de infusão em água o mesmo cabo de Jussara por 12 horas, e fazendo depois segunda observação, e exame sustentando então os pesos por 7 ½ minutos, quebraram com 7 @ , e 11\$, do que bem evidente é o que digo, pelo aumento que teve de força, cujo cabo é o que vai em N. 20., assim como a sua rama em N. 21. De qualquer modo não se pode duvidar da sua útil serventia, pois que sem despesa da Real Fazenda se puxam os paus naqueles cortes ao porto de Mar¹⁵¹.

¹⁵¹ *Ibidem*, p. 17.

CAPÍTULO 4

MANUEL FERREIRA DA CÂMARA BITTENCOURT E SÁ

Ferreira da Câmara nasceu em Santo Antônio da Itacambira, Comarca de Serra Frio, Minas Gerais, em 26 de Abril de 1764 e faleceu na Bahia em 13 de Dezembro de 1835, aos 71 anos de idade. Filho de Bernardino Rodrigues Cardoso e Francisca Antônia Xavier de Bittencourt e Sá, iniciou seus estudos na Universidade de Coimbra em Outubro de 1783, quando tinha 19 anos. Nessa instituição, doutorou-se em Leis e Filosofia, obtendo seus diplomas em 1788, aos 24 anos. Aluno de Domenico Vandelli e com uma sólida formação intelectual, este naturalista teve oportunidades de grande relevância ao participar, juntamente, com José Bonifácio de Andrade e Silva (1763-1838), de um longo programa de estudos e estágios práticos que durou cerca de oito anos, estendendo-se por diversos países europeus, no qual foi chefe de Brigada.¹⁵²

Foi beneficiado por sua rápida aceitação no seio da Academia Real de Ciências de Lisboa ao enviar a esta instituição em 1789, e, portanto, um ano após formado, a Memória intitulada “*Ensaio de descrição física e econômica da Comarca dos Ilhéus na América*”. Este estudo foi premiado, publicado e permitiu ao autor entrar para a Instituição na qualidade de sócio livre. Ali, foi encarregado, ainda em Setembro de 1789, de realizar um exame mineralógico na Freguesia da Corvoeira (Portugal), o que demonstrou, apesar de sua ampla formação ilustrada, clara tendência a uma especialização ou aprofundamento de seus estudos no campo da mineralogia.

Seu aprofundamento se tornou ainda mais evidente quando em 1800, o Coimbrão foi nomeado Intendente Geral das Minas, na Capitania de Minas Gerais e Serro Frio e tornou-se, ao longo da vida, sócio correspondente com trabalhos na área também das Academias de Ciências de Stocolmo, da Academia de História Natural de Edimburgo, da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional do Rio de Janeiro, assim como presidente da Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Bahia, instituições nas quais colaborou com seus manuscritos sobre mineralogia.

¹⁵² Para as informações referentes à biografia desse naturalista, utilizamos Da Cruz (2004), *op. Cit.* e MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *O intendente Câmara. Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá, Intendente Geral das Minas e dos Diamantes*. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1933.

Como só foi empossado no cargo de Intendente das Minas em Outubro de 1807, ocupação que, futuramente, lhe renderia a identificação de “Intendente Câmara”¹⁵³, e no qual permaneceu até Abril de 1822, do período de 1800 até sua ida para as Minas, o naturalista permaneceu na Bahia como proprietário de terras. Nessa região, herdou um Engenho de Açúcar conhecido como da “Ponta”, localizado na foz do Rio Paraguaçu, e tornou-se “um dos fazendeiros mais respeitados da região, tanto pelo saber, quanto por suas práticas econômicas”.¹⁵⁴

Nesse período, além de desenvolver viagens e experiências mineralógicas, investigando ouro, prata, cobre, ferro e nitreiras, esta última, razão de sua vinda para a colônia brasileira, Ferreira da Câmara foi encarregado de,

Consolidar o estabelecimento das nitreiras e em zelar pelo aperfeiçoamento da cultura de subsistência, principalmente da mandioca, de que estava incumbido seu irmão, assim como de tratar da introdução de novas plantas e especiarias: Segundo instruções de D. Rodrigo deveria ele entender-se com o diretor do Jardim Botânico da Bahia para fazer vir do Pará a fruta pão, a cochonilha, o linho cânhamo e especiarias como a pimenta e a canela; deveria também fazer experiências com as sementes da árvore da teca, que era excelente para as construções navais. Na Bahia, ocupou-se também do melhoramento da cultura do açúcar, em divulgar métodos adiantados de cultivo e adubagem, assim como de novos processos para máquinas e fornos, conforme especificavam suas instruções.¹⁵⁵

Nessa passagem fica claro que no rol de investigação botânica, pelo menos nos primeiros dez anos após sua formação, o filósofo naturalista se ocupou de questões fundamentais para o cenário político de modernização da Bahia, ao concentrar suas reflexões no potencial oferecido pela região, nas suas culturas agrícolas e silvestres, bem como nos mais eficazes métodos produtivos que os habitantes locais deveriam observar em suas propriedades.

Nesse sentido, devemos entender a sua memória de 1789, anteriormente citada, em meio a esse contexto reformador e, assim, poder tomá-la como um importante instrumento para os historiadores das Ciências analisarem a produção do conhecimento botânico, empreendida por esse autor na colônia brasileira, uma vez que é um de seus poucos trabalhos cujo foco situa-se em reflexões e observações de ordem botânica.

¹⁵³ Ferreira da Câmara foi o primeiro brasileiro a assumir o cargo de Intendente das Minas na região de Minas Gerais.

¹⁵⁴ PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. RJ: Zahar, 2002, p. 96.

¹⁵⁵ DIAS, *op. Cit*, p. 125.

4.1 - O ENSAIO SOBRE ILHÉUS

Em Portugal, Vandelli elaborou em 1779 uma série de instruções destinadas aos naturalistas que, fosse em viagens ou nos laboratórios de Coimbra, podiam se servir do que intitulou de “*Viagens Filosóficas ou Dissertação sobre as importantes regras que o Filósofo Naturalista nas suas peregrinações deve observar*”.¹⁵⁶

Neste texto, que visava apresentar considerações acerca “Do Conhecimento Físico, e Moral dos Povos, Do Ar, do que deve observar, principalmente, o Naturalista nos Lugares Beira Mar, Da Mineralogia, Dos Rios, Fontes Minerais e Lagoas, Do Reino das Plantas, Do Reino Animal, Dos Insetos e Preparação dos Animais”, o naturalista italiano iniciou suas considerações pela “necessidade dos diários e método de os fazer”. Segundo ele,

Muito pouca seria a utilidade das peregrinações Filosóficas, se o Naturalista fiando-se na sua memória, quisesse fazer as suas relações e descrições, sem ter notado, antecedentemente, com a pena todos os objetos, que fosse encontrando no seu descobrimento. Não há hoje uma só pessoa, que não esteja persuadida da necessidade dos diários. Não basta que o Naturalista conheça os produtos da Natureza, também é necessário que ele assine os diversos lugares do seu nascimento, os caminhos e jornadas que fez nas suas peregrinações; e outras, muitas circunstâncias que bem mostram esta necessidade.¹⁵⁷

Vandelli demonstrou ainda a melhor maneira de confeccioná-los. Devia conter “tantas folhas quantas forem os dias dos meses”. Abaixo do papel devia o seu dono tirar “uma linha paralela ao plano do papel a qual deve ser dividida em 8 colunas”, formando oito espaços ou “casinhas”, que corresponderiam a primeira às “circunstâncias do dia”, a segunda, aos “produtos”, a terceira, aos “lugares”, a quarta e a quinta, à “latitude e longitude”, respectivamente, a sexta, à “riqueza ou pobreza do produto”, a sétima, ao “rumo”, e por fim a oitava, à “vizinhança e circunstâncias do lugar”.¹⁵⁸

Essa “dissertação” constituiu-se em uma das bases para Vandelli e alguns de seus alunos elaborarem um outro documento, que versou sobre as técnicas relativas à coleção de espécimes, intitulado “*Métodos de recolher, Preparar, Remeter, e Conservar os Produtos Naturais, Segundo o plano que tem concebido, e publicado alguns Naturalistas, para o uso*

¹⁵⁶ VANDELLI, Domingos. *Viagens Filosóficas ou Dissertação sobre as importantes regras que o Filósofo Naturalista nas peregrinações deve principalmente observar*, 1779. Academia das Ciências de Lisboa, série vermelha 405.

¹⁵⁷ *Ibidem*, p. 276.

¹⁵⁸ *Ibidem*, p. 277.

dos curiosos que visitam os sertões, e costas do Mar”, de 1781. Como indica Da Cruz (2004), este documento seria, uma outra versão de um panfleto publicado pela própria Academia Real de Ciências de Lisboa, no mesmo ano, intitulado “*Breves Instruções aos correspondentes a Academia das Ciências de Lisboa sobre as remessas dos produtos e notícias pertencentes à História da Natureza para formar um Museu Nacional*”.

Como indica ainda essa mesma historiadora, Vandelli teria ainda incumbido Agostinho José Martim Vidigal, um de seus alunos de História Natural de Coimbra, de empreender uma “compilação” dessas diversas Memórias destinadas à instrução dos naturalistas, a qual foi preparada e “ilustrada com os melhores métodos de haver, conservar e examinar os diversos objetos da História Natural, e com instruções sobre os meios de recolher utilidade das viagens, principalmente, no que respeita às Ciências da Natureza”.¹⁵⁹

Como podemos ver, em 1789, ano em que Ferreira da Câmara enviou sua *Memória* à Academia de Lisboa, já estava em curso todo um processo de padronização dos trabalhos dos cientistas naturais que se correspondiam com aquela instituição ou os Mestres de Coimbra. É certo que esse autor não confeccionou seu trabalho, visando a totalidade de cuidados propostos por Vandelli em sua *Dissertação*, contudo, é possível percebermos a influência marcante desses manuais da época.

Nas palavras do próprio autor, no ensaio sobre ilhéus, o texto está dividido:

Em três partes; na primeira darei algumas idéias da estrutura física desta Comarca, na segunda, do estado atual de sua agricultura, e do seu comércio, na terceira, das vantagens que promete, dos melhoramentos de que é capaz, e dos meios que se devem empregar para consegui-los, apontando os gêneros que produz, e os que pode produzir¹⁶⁰

Com quarenta e sete páginas no seu total, a primeira parte do documento é composta de três aforismos; a segunda parte, de seis, e; a terceira, sendo a maior parte da *Memória*, contendo três seções e possuindo vinte e dois, seis e sete aforismos, respectivamente. O documento contém ainda, em sua parte final, um “apêndice acerca da Barra de Camamu”.

Partiremos para a análise mais detida de cada parte desse documento.

¹⁵⁹ *Apud* In: DA CRUZ, *Op. cit.*, p. 129.

¹⁶⁰ SÁ, Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e. “Ensaio de Descrição Física e Econômica da Comarca dos Ilhéus na América”. [1789] in: Academia das Ciências de Lisboa, *Memórias econômicas*, vol. I, Lisboa, 1990, p. 01.

4.2 - A INTRODUÇÃO

Em sua breve introdução, o autor apresenta duas idéias principais. A primeira, diz respeito ao “campo vastíssimo para observações relativas à Agricultura, Comércio e Navegação, e as vantagens que pode produzir ao Estado” presente na Comarca de Ilhéus. Ferreira da Câmara explica que mesmo sabendo que “os melhoramentos de que ela é capaz são por ventura incompatíveis com os limites de uma Memória”, havia se dedicado nessa empreitada, pois “o desejo de ser útil à Nação” fazia-o ser “atrevido” e que se daria por contente se suas observações contribuíssem para “algum bem à Pátria ou humanidade”. Este senso pragmático e de utilidade, já havia sido observado por Dias (1968),

Os verdadeiros filósofos deveriam ser pragmáticos. Os homens que decoraram a antiguidade com este título foram utilíssimos à sociedade. ‘O inútil não é filósofo, é um atrabiliário, é um fantástico nutrido na soberba e formado na vaidade. Filósofos como os estóicos, peripatéticos, Epicurios, Epicurrônicos, tinham abusado deste honorífico nome retirando-se da sociedade, fundando seitas e consumindo tempo que deviam empregar na utilidade do gênero humano em controvérsias e inúteis disputas’.¹⁶¹

A segunda idéia, ligada à primeira, relata o quão “inútil para os fins da Academia” seria se o naturalista discorresse em seu trabalho sobre a Comarca “a História de seu descobrimento e a série dos seus proprietários”. O desprezo pela História política da região leva Ferreira da Câmara a distinguir-se de autores, como Baltasar da Silva Lisboa, analisado mais à frente que, em boa parte de seus trabalhos, discorreu sobre tais aspectos, como no seu emblemático “Discurso histórico, político e econômico [...]”.¹⁶²

4.3 - A PRIMEIRA PARTE

O filósofo coimbrão iniciou sua descrição da “estrutura física” da Comarca, situando-a, geograficamente. Segundo ele, o território estendia-se, “princiipiando do território

¹⁶¹ DIAS, *Op.cit*, p. 109.

¹⁶² LISBOA, Baltasar da Silva. *Discurso histórico, político e econômico dos progressos e estado atual da filosofia natural portuguesa, acompanhado de algumas reflexões sobre o Estado do Brasil*, Lisboa, 1786. In: DA CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho. *Verdades por mim Vistas e Observadas, Oxalá foram Fábulas Sonhadas: Cientistas brasileiros do setecentos, uma leitura auto-etnográfica*. 2004. UFPR, Curitiba, 2004, 247 p.

do Cairu, fronteira ao Morro de São Paulo, ficando na latitude de 13° e 30', e na longitude de 344° e 45', e vai terminar com a Comarca de Porto Seguro.”¹⁶³ Observe que faz uma apresentação bem de acordo como recomendava seu mestre italiano, em sua Dissertação, principiando a descrição, tomando “altura do pólo” e vendo “a que grau de Latitude e Longitude demora aquele lugar”, examinando ainda “as costas e lugares já marcados nas cartas para dar uma perfeita relação do que eles contêm”. Curioso observar ainda, que para este autor o limite norte da Comarca tinha início no “território de Cairu, fronteira ao Morro de São Paulo”, contrariando outras fontes do período conforme vimos no Capítulo II.

Em seguida, analisando a facilidade de exportação presente na Comarca, o autor dá claro destaque à Baía de Camamu. Segundo ele, “qualquer posto no centro desta comarca, que eu creio ser a Vila de Maraú (localizada na atual Península do Maraú), pode sem sair para o mar chegar à Bahia (Salvador)” por conta da “Barra do Camamu”. Prossegue descrevendo “a concorrência dos rios na Bahia que está pega à Barra do Camamu”, citando “o rio Acaraí, Maraú, o de Contas, da Cachoeira e o de Ilhéus”, além de algumas “ribeiras” para “sentir que um igual terreno se ache pela maior parte e na borda do mar”. Indica também que a região central da comarca era povoada “somente por selvagens cuja civilização não tem havido maior cuidado”.

Essa postura diante dos indígenas é, no mínimo, ambígua dentro dessa tradição intelectual luso-brasileira. Ao mesmo tempo em que os consideravam, como dizia Vandelli, “os mais inteligentes práticos daquele continente e também os melhores mestres para nos ensinarem os nomes das plantas e os seus usos, principalmente das que se podem extrair cores e das que servem nas doenças próprias daquela parte da América”¹⁶⁴, também aparecem desprovidos de “civilização”. Importante observar, como veremos, que essa postura diante dos grupos indígenas era uma constante entre as mentalidades desses naturalistas, que manifestavam certo desprezo inclusive pelos colonos e habitantes das vilas locais por onde passavam.¹⁶⁵

Assim, se o saber nativo sobre as plantas, sementes e frutos era reconhecido e teve um papel sem o qual muitos dos trabalhos desenvolvidos pelos naturalistas na Comarca, não seriam possíveis, contudo, os indígenas eram apresentados apenas como “fontes” desse saber,

¹⁶³ SÁ, *op. Cit.*, p. 02.

¹⁶⁴ VANDELLI, *op. Cit.*, p. 279.

¹⁶⁵ Ver discussão sobre em CHAMBERS, David Wade; GILLESPIE, Richard. “Locality in the History of Science: Colonial Science, Technoscience, and Indigenous Knowledge”. In: *Osiris*, History of Science Society, 2001 e; DEAN, Warren. *A ferro e fogo. A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

que eram então, apropriados pelos filósofos naturais e colocados a serviço de um instrumental científico racionalista, de cunho utilitário e progressista, davam-lhe legitimidade para uma “verdadeira análise”.

Por fim, no final dessa primeira parte, Ferreira da Câmara identificou as principais vilas presentes no norte da Comarca, sendo “Cairu, Santarém, Camamu, Maraú, Barulos (Barcelos?), Rio de Contas, e Ilhéus”. Atribuiu que estavam “contribuindo para o aumento dos habitantes” dessas localidades, os numerosos “meios de subsistência” que, segundo sua opinião, eram o motivo da prosperidade local, mas lamentou a perda “das espessas matas que seus habitantes procuram diariamente destruir”, em curto espaço de tempo, “com a pequena utilidade de uma até quatro plantações”. Essa preocupação com as matas levou Ferreira da Câmara a destinar, como veremos, uma seção na terceira parte de seu trabalho, exclusivamente, para as matas da região.

4.4 - A SEGUNDA PARTE

Destinada a avaliar “o estado atual da sua agricultura e do seu comércio”, o autor empreendeu nessa parte uma elogiosa avaliação do potencial produtivo da Comarca. Para ele, a região apresentava um clima muito irregular, o que contribuía para o “país” ser “fertilíssimo e muito apropriado a certos gêneros, que parecem depender da suposta irregularidade”. Essa “suposta irregularidade” devia-se ao regime das chuvas naquelas áreas, que por ser contínuo fazia com que,

As árvores ali, não tivessem o tempo certo para a produção dos frutos, mais que, indistintamente, estejam com flor, fruto verde e maduro e livres dos rigorosos frios, em que grande parte do mundo, e principalmente, na Europa, acompanham a estação que deve regar, e preparar a superfície da terra, estão uma primavera continuada.¹⁶⁶

Tal fenômeno beneficiava a produção de uvas locais, pois “sendo podadas em qualquer tempo sempre produzem e o lavrador que tivesse diferentes vinhas e as podassem em diferentes meses, teria uvas todo o ano”. E para dar “outro exemplo que melhor faça acreditar a asserção” que acabara de fazer, o naturalista lembrou o caso do cacau “que ali se

¹⁶⁶ SÁ, *op. Cit*, p. 06.

encontra silvestre e de que ainda há no país muito pouca cultura apesar dos esforços, desvelos e contemplação que merecera este ramo à nossa Soberana”.

Nesse ponto, Ferreira da Câmara se referia à política empreendida a partir de 1780 pela Rainha, D. Maria I, para a direção das atividades de cortes de madeiras efetuadas nas Matas da Vila de Cairu, assim como de algumas culturas agrícolas, a exemplo do cacau. Como vimos no capítulo 2, essa mesma política criou uma Inspeção dos Reais Cortes naquela que seria apontada por seus funcionários como a mais importante das áreas extrativistas.¹⁶⁷

Citando Humboldt, “o filósofo a quem tem merecido mais contemplação, a América e seus produtos” e seu cálculo sobre a exportação que os Espanhóis vinham fazendo no México, excedendo “a soma de ouro extraído”, Ferreira da Câmara argumenta que, o mesmo se passaria com o café da Comarca, “espetáculo” que “encantaria assaz ao expectador filósofo”, e que não acontecia, porém, com os habitantes, que “não o são”, tirando estes “pouco ou nenhum partido da prodigalidade da Natureza”, por estarem satisfeitos “com a cultura da mandioca e do arroz, que seus primeiros pais lhe ensinaram”. Mais à frente, o autor ameniza sua crítica afirmando que “tanto a mandioca e o arroz são os ramos mais consideráveis da cultura e comércio da Comarca”.

Prosseguiu destacando a falta de atenção dada pelos produtores às culturas da cana e do tabaco, produtos que no “norte da Bahia” (Recôncavo) mereciam “toda a atenção dos agricultores”, contrastando com a realidade local, onde “nem sequer chegam a merecer o resto do tempo que lhes sobra da cultura da mandioca”. Nesse ponto, o coimbrão menciona o que vinha se consolidando pelo menos desde o século passado, a suposta “vocaçãõ” da região para a cultura da mandioca. Essa “vocaçãõ” consolidou, gradualmente, a Comarca de Ilhéus como região de apoio no abastecimento de gêneros alimentícios da região do Recôncavo baiano, voltado para o açúcar, e a cidade de Salvador, que enfrentava em tempos de carestia de alimentos, inúmeras instabilidades sociais.¹⁶⁸

Para a temática que interessa a este trabalho, o autor ainda discorre sobre um último ponto nessa segunda parte. Trata-se de “todos os frutos próprios da América meridional, ou cultivados, ou agrestes, muitos deles superiores aos cultivados na Europa” que ali se encontravam. Segue a lista: “manga, ananás, o pequiá, o mucugê e, finalmente, jaca”.

¹⁶⁷ Tese defendida pelos Ouvidores Francisco Nunes da Costa e Baltasar da Silva Lisboa em fins do século XVIII e que se sustentava na proximidade das vilas do Norte da Comarca de Ilhéus, área à Salvador, o que facilitava o transporte das madeiras retiradas.

¹⁶⁸ Para uma discussão sobre o papel da Comarca no abastecimento de gêneros alimentícios no Recôncavo ver DIAS, Marcelo Henrique. *Economia, Sociedade e Paisagens da Capitania e Comarca de Ilhéus no período Colonial*. 2007. Tese (Doutorado em História Social) – UFF, Niterói, 2007.

Curioso observar que o autor desconhecia a procedência asiática da manga e da jaca, apresentando-as como próprias do continente.

Na mesma postura crítica aos habitantes do local, destacou “uma grande parte dos frutos da Europa que, vulgarmente, se encontra em quase todo o Brasil”, como maçã, marmelo, pêsego, as ameixas e outros que eram tidos como improdutíveis na região, mas que “a experiência feita por pessoas mais inteligentes” decidiu a questão ao ter resultados positivos. Tais experiências “desenganaram” os produtores locais e fez Câmara “dar pouco crédito ao que dizem dos outros frutos”, bem como confirmou o juízo que fazia “de sua indolência”.

Nesse sentido, é fundamental lembrarmos a discussão presente no capítulo 2 sobre o papel dos Jardins Botânicos do Reino e Coloniais no processo de aclimação desses “frutos da Europa que, vulgarmente, se encontram em quase todo Brasil”, além, é claro, de iniciativas dos colonos locais em trazer essas produções para as possessões americanas.

4.5 - A TERCEIRA PARTE

Como já foi dito, a terceira parte está dividida em três seções, tendo a primeira o objetivo de mostrar “os meios que se devem aplicar à cultura do terreno, apontar os gêneros que podem produzir e de que se pode fazer um considerável comércio”. A segunda, “a utilidade resultante da pesca que se pode fazer nas suas costas”, e a terceira e última, “a utilidade que se pode tirar da conservação, cultura e corte de toda a qualidade de madeira” presente na comarca.

Como nosso recorte analítico foca-se nas questões referentes à Botânica, não nos interessará aqui a análise da segunda seção de sua Memória e nos dedicaremos, assim, à primeira e última, onde dividiu e analisou de forma mais detida os “gêneros de cultura” agrícolas entre “aqueles cuja produção depende de uma reforma na superfície do terreno” e “aqueles que o país, espontaneamente, produz”.

4.5.1 - O Cacau

Sendo, segundo o naturalista, objeto de “predileção entre algumas nações”, devido ao chocolate e “seu gosto particular” e ainda sendo “a cultura fácil desse gênero e a sua duração independente de qualquer outro trabalho que não seja o de colher”, um elemento facilitador da produção, o cacau irá deprender de Ferreira da Câmara uma longa observação com um forte teor político a favor dessa cultura. Segundo ele,

A atenção que me tem merecido este objeto obrigou-me a entrar em maiores averiguações e cálculos estreitos a respeito do incômodo trabalho, e despesa que se emprega na cultura do cacau e da cana; e segundo eles, eu creio que a despesa, incômodo e trabalho da cultura do cacau são como um para vinte, a respeito da cultura da cana; os lucros, porém na razão inversa da despesa, incômodo e trabalho.¹⁶⁹

Detalhando gastos, trabalho e lucros finais obtidos na cultura da cana e comparando-os com a do cacau, este filósofo desempenhava um de seus principais papéis, enquanto um letrado “a serviço da nação”: a descoberta de meios mais rentáveis aos seus concidadãos e ao Estado.

Nas palavras de Dias (1968), os intelectuais dessa tradição a qual Ferreira da Câmara era vinculado, “tinham a consciência de uma grande obra a realizar para o progresso de sua terra; continuar a obra de exploração e devassamento de enormes tesouros que permaneciam ignorados no interior do Brasil, a existência dos quais não era posta em dúvida pelo seu otimismo.”¹⁷⁰

Assim,

[...] seria do maior interesse que tão digno desejo de conhecer as produções do mais rico dos países se propague e que não deixemos ignorados, e nos privemos a nós e ao resto do mundo das vantagens e riquezas de que somos possuidores.¹⁷¹

Desta forma, o naturalista passou a “inculcar os meios agrônomo-político para o adiantamento da sua cultura” refletindo sobre o método de seu plantio, como veremos na citação a seguir, sem, contudo, antes advertirmos o leitor que suas observações acerca das mais

¹⁶⁹ SÁ, *op. Cit*, p. 14.

¹⁷⁰ DIAS, Maria Odila, *op. Cit*, p. 135.

¹⁷¹ Apud *In Ibidem*, p. 135.

variadas culturas só assumem tamanha maturidade para a época devido a sua experiência também como fazendeiro na região.

a cultura do cacau é particularíssima: consiste principalmente, em fazer fermentar as amêndoas por meio de um muco ou substância pegajosa que une umas as outras dentro de uma grande cápsula, que contém 45, até 50 amêndoas; e a mucilagem é branca e doce; mostrando assim a existência do principio sacarino. Logo que as cápsulas colhidas e amontoadas tomam um grau de calor perceptível, que pelo termômetro de Reaunur será de 15 até 18 graus, é prova de que as amêndoas estão em termos de se plantarem. Abrem – se as cápsulas, e antes que esfriem, devem estar as covas abertas para imediatamente se cobrirem de terra.¹⁷²

4.5.2 - A Baunilha

Por ser pequeno o trecho destinado a essa cultura, vale a pena transcrever todo o aforismo.

A baunilha, todos o sabem, é a segunda matéria componente do chocolate, ainda que muita parte dele a não contenha, por ser assaz cara. Os Mexicanos são que cultivam a maior parte da que gira no comércio. Não tem lembrado ainda o cultivar-se no Brasil, porque alguma que de lá venha é silvestre. A extração certa e o preço de duas moedas muitas vezes dado por um arrátel, deve fomentar-lhe a cultura, e é de presumir que a nossa será melhor, em sendo cultivada. Encontram-se muitos pés nesta Comarca e os seus habitantes, quando por acaso a acham, apenas a colhem por leite e jamais por utilidade. Que diferentes, porém, devem ser as vistas de todos aqueles que podem influir na cultura deste e de muitos gêneros, ou que procuram tirar da terra toda a utilidade possível.¹⁷³

Nessa citação, podemos perceber o otimismo de Ferreira da Câmara com o potencial produtivo da Comarca, pois apesar de ainda não terem “lembrado o cultivar-se no Brasil”, este gênero “vem sendo cultivada” na Comarca seria de “presumir que a nossa será melhor”. De onde vivia tanto otimismo? Seria de uma panfletagem política, da experiência como agricultor ou engano? Trata-se de questões a serem aprofundadas por futuras pesquisas.

Chama a atenção ainda, a valorização dada por ele àqueles que, procurando “tirar da terra toda a utilidade possível”, apresentam “vistas” bem diferentes dos habitantes que da

¹⁷² SÁ, *op. Cit.*, p. 17-18.

¹⁷³ *Ibidem*, p. 20.

Baunilha apenas “colhem por deleite e jamais por utilidade”, reafirmando o que dissemos antes sobre o utilitarismo e o eurocentrismo de sua mentalidade. Para Dean (1996),

Essa crítica acadêmica dos métodos agrícolas costumeiros não os explicava como reação lógica a limitações ambientais, a locação eficiente de capital e trabalho, ou mesmo consequência da impossibilidade de uma família pobre adquirir título legal; invés disto imputava-os à “ignorância e barbaridade” ou à “preguiça e ignorância”.¹⁷⁴

4.5.3 - A Canela

Ao falar desse gênero, classificado pelo autor de “*Epidendrum Vanilla*”, através do sistema taxionômico desenvolvido pelo botânico sueco Carl Lineu (1707-1778), com quem seu mestre Vandelli se correspondia desde quando havia se formado na Itália e deste apropriado concepções e perspectivas de trabalhos, o naturalista brasileiro comentou a política manuelina para as especiarias no Brasil, apontando que,

O nosso Padre Vieira dizia que o Brasil tivera no princípio do seu descobrimento todas as especiarias da Ásia, e que El Rei D. Manoel as mandara arrancar para haver de dar consumo às produções da Ásia e promover as conquistas do Oriente. [...] Apesar de o ter mandado [...] escaparam algumas e da canela restam alguns pés que se tem espalhado por todo o Brasil e que dão hoje grande parte da que se gasta no reino.¹⁷⁵

Nesse ponto, Ferreira da Câmara atrás de uma sutil argumentação, realizou uma crítica ao Rei D. Manuel que, por uma “não bem entendida política” para assegurar o monopólio das culturas asiáticas, mandou destruir e proibir o plantio dessas iguarias em solos da colônia brasileira. Para reforçar sua argumentação, citou Duarte Ribeiro de Macedo, “escrita que nos faz honra”, que desde o século XVII já apontava que “o Rei de Portugal tinha um meio assaz pronto e fácil para dar um corte aos Holandeses” por meio da transferência das especiarias da Ásia para a colônia portuguesa na América. Segundo o autor seiscentista, “não haveria dificuldade de se produzirem no trópico de Capricórnio os mesmos gêneros que se produzem abaixo do trópico de câncer”. Isso demonstra que a experiência prática de aclimatar espécies dos portugueses já levava, ainda nos Seiscentos, em consideração os fatores da latitude, essenciais, assim como outros, nesse processo.

¹⁷⁴ DEAN, *op. Cit.*, p. 155.

¹⁷⁵ SÁ, *op. Cit.*, p. 20.

Para o coimbrão, “a Comarca de Ilhéus, onde já se encontram muitos pés, mas que ainda não foram olhados como um meio seguro de riquezas” apresentava uma canela semelhante à presente no Ceilão, explorada pelos holandeses. E, novamente, nesse ponto, retomou as teses de Macedo para demonstrar que,

Como há menor distância e mais fácil comunicação do Brasil com Portugal e deste com toda a Europa, assim subirá de ponto a extração deste gênero, uma vez que o demos mais barato que os Holandeses, vindo deste modo a arruinar-se o seu comércio e a crescer o nosso neste artigo muito consideravelmente.¹⁷⁶

4.5.4 - O Cravo do Maranhão, Salsa Parrilha, Contra-herva e a Ipecacoanha

Restringindo-se a citar as culturas da Salsa Parrilha, da Contra-herva e da Ipecacoanha pelas “últimas notícias da América por um Naturalista”¹⁷⁷, que o informara da presença desses gêneros na Comarca, Ferreira da Câmara dedicou o breve espaço destinado a essa seção para comentar sobre o Cravo do Maranhão.

O uso cotidiano que dele se faz para licores e cozinhas, pela carestia do cravo Asiático e barateza do nosso, faz com que quase todos gastando-o, venham assim a ter grande consumo. Maior seria a utilidade deste gênero, se extraísse o seu óleo essencial, que em muito pouco difere do que se extrai do cravo Asiático.¹⁷⁸

Novamente, Ferreira da Câmara volta a defender a posição estratégica da colônia americana na exportação para Portugal, a qual devido a menor distância em relação aos mercados asiáticos, assim como seu potencial produtivo, apresentar-se-ia como a melhor opção no cenário das políticas agronômicas portuguesas.

¹⁷⁶ *Ibidem*, p. 22.

¹⁷⁷ Provavelmente seu irmão José de Sá Bittencourt e Accioli, estudado no capítulo 06.

¹⁷⁸ *Ibidem*, p. 23.

4.5.5 - O Café, o Açafrão, o Anil e o Tamarindo.

Julgando que “provar a necessidade desses quatro gêneros seria supérfluo”, quanto ao café, o autor afirmou que a qualidade do cultivado na Comarca, “senão excede, ao menos se iguala a todo cultivado no Brasil”. Curioso notar que em outra seção da Memória, Câmara ressalta em uma nota de rodapé um debate ainda recente,

Muitos escritores do nosso século contestaram o dano que provém do uso ordinário do café e a debilidade de nervos que resulta do óleo empircumático que se encontra nele depois da torrefação, preparação essencial desta bebida, que sem dúvida tem deteriorado a espécie humana.¹⁷⁹

Quanto ao Anil encontrado na Comarca, ou mesmo em “toda nossa América”, o autor faz uma comparação de um tipo “silvestre”, apostando ser de “grande utilidade e riqueza” por ser de melhor qualidade do que o apresentado em países como a Guatemala. .

Mas uma vez Ferreira da Câmara defende o potencial da Comarca frente à Ásia ao propor a viabilidade da aclimação do Tamarindo. Segundo ele, além de acarretar alto custo com o seu distante comércio, a importação feita deste produto ocasionavam “grandes danos à Humanidade”, uma vez que apresentava produções preparadas com vasos de cobres.

O projeto de aclimação de espécies “exóticas” na colônia americana também era uma das prioridades de D. Rodrigo de Sousa Coutinho que, utilizando-se do próprio autor dessa memória, desempenhou um importante papel nesse sentido. Como apontou Dean (1996),

O Ministro Rodrigo de Souza Coutinho era especialmente atento às possibilidades de aclimatar e transferir espécies. Mandou que os governadores no Brasil enviassem amostras das madeiras nativas com indicações dos seus usos e que contratassem jardineiros peritos para colecionar e enviar sementes de espécies nativas, de interesses econômicos, cultivadas ou silvestres, ao Jardim da Ajuda. Manuel Ferreira da Câmara foi mandado ao Brasil, encarregado da coordenação desses esforços, inclusive o de transferir os novos produtos exóticos de Belém para Salvador e Rio de Janeiro. Os governadores da Bahia reiniciaram as experiências do século anterior de cultivo da pimenteira e da caneleira, desta vez com algum sucesso. O plano ambicioso de Souza Coutinho era o de publicar uma flora “completa e geral do Brasil e de todos os domínios de Portugal”, porém, os

¹⁷⁹ *Ibidem*, p. 12.

recursos humanos para empreender uma tarefa tão importante eram ainda escassos.¹⁸⁰

4.5.6 – Das Plantas que produzem Linho, Azeite e Vinho na Comarca.

Citando a obra “*Indiae utriunfque de re narali Etc.*”, do naturalista Pison, que segundo Câmara, fazia menção a uma espécie semelhante de palmeira da qual se produzia linho de finíssima qualidade e presente na Comarca de Ilhéus, chamado pelos habitantes de Tocum, o autor passou a apresentar a Macaúba, “espécie de Palmeira que dá um linho, igualmente, fino e forte que há na Comarca de Sabará em Minas Gerais”. Demonstrando, assim, conhecimento sobre as culturas da colônia em suas diversas regiões, bem como também da literatura científica pertinente, analisou os métodos de produção deste linho e concluiu,

Os fios destas palmeiras parecem seda à primeira vista, a reflexão, porém, e tato desvanecem esta suspeita. Uma vez extraído pelo método ordinário do linho, isto é, macerado, perderá alguma aspereza de que é dotado, e a experiência me tem feito ver no branqueamento que tenho dado a algum extraído pelo método indiano.¹⁸¹

No que diz respeito à produção de Azeite, afirmou que existiam várias possibilidades “devido aos diferentes cocos e palmeiras que se encontram nesta Comarca”, e que podiam ser utilizados em diferentes usos, em nada perdendo para o da azeitona, produzido na Europa. Destacou ainda que,

O amendoim, o gergelim, a castanha do caju e andiroba podem, igualmente, subministrar muito azeite e nenhum destes ramos da indústria utilizam a Comarca, onde se encontram pela maior parte, espontaneamente, as plantas e árvores que dão os óleos referidos.¹⁸²

Mas, de fato, o grande destaque dado pelo autor nesse tópico foi à Mamona. Afirmou ser o grande gênero da Comarca na produção de óleos, mas concluiu que o método utilizado na região para se extrair o seu azeite é “sobremaneira torpe”.

¹⁸⁰ DEAN, Warren. “*A Botânica e a Política Imperial: introdução e adaptação de Plantas no Brasil Colonial e Imperial*”. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 1989, p. 08. Disponível em: www.iea.usp.br/artigos.

¹⁸¹ SÁ, *op. Cit.* p. 26.

¹⁸² *Ibidem*, p. 28.

Eis aqui o modo: depois de tostarem os grãos, o que enegrece o azeite e o torna empireumático, passam depois a extraí-lo por meio do cozimento. Todos os meios, que a química subministra não bastariam a fazer um azeite pior, quando, facilmente, se podia extrair pela simples moedura e expressão.¹⁸³

Quanto à produção de vinho, destacou o de Ananás, o de Caju e, curiosamente, o de cana. Segundo ele, “as razões que me obrigam a julgar que da cana se pode fazer um excelente vinho são as seguintes”,

É demonstrado entre todos os químicos que o suco de todos os frutos doces entram em fermentação, uma vez que tenham certa fluidez, certo grau de calor, etc. É igualmente demonstrado que sem o princípio sacarino, eles não fermentam, ou ao menos a fermentação vinhosa será muito rápido e insensível. E segundo experiências do célebre Lavosier, o espírito extraído do vinho, e devido a este estado da fermentação, é formado pela combinação de uma parte do óleo essencial dos frutos, com gás inflamável: Daqui infiro que a cana sendo aquela que abunda em mais princípio sacarino, deve entrar mais facilmente em fermentação, e que esta chegando ao seu segundo estado de vinhosa ou espirituosa há de produzir um excelente vinho, assaz espirituoso, o que bem prova a grande quantidade de água ardente que se tira da cana.¹⁸⁴

Nesse sentido, “com pouca diferença se fará o vinho dos frutos acima mencionados e dos seguintes” que são Umbu, a Jabuticaba, o Jenipapo, o Pequi, o Maracujá e “muitos outros” que “parecem aptos para o mesmo fim”. Menciona ainda em relação ao Umbu,

fruta particular do nosso Brasil, já referido por Busching, que tem a propriedade de gastar o cálculo (cálcio) dos dentes e os mesmos dentes dos animais que a comem e que além de ser doce tem um ácido que parece ter mais afinidade com a terra calcária que nenhum outro vegetal. Tenho lembrado, que pode servir, (e eu tenho comunicado este projeto a alguns dos nossos melhores médicos) o suco desta planta injetado na bexiga para destruir o cálculo nela formado.¹⁸⁵

¹⁸³ *Ibidem*, p. 28.

¹⁸⁴ *Ibidem*, p. 31.

¹⁸⁵ *Ibidem*, p. 31.

4.5.7 - Do Algodão

Mais uma vez, pela brevidade do comentário em relação ao algodão, cabe aqui a citação integral. Apesar do pouco conhecimento expresso em relação a essa espécie, poderemos perceber mais à frente, quando analisamos as Memórias do Capitão Domingos Alves Branco Muniz Barreto, que este gênero não era tão desconhecido assim.

O algodão é um gênero de infinito preço e utilidades cotidianas. A multiplicidade de fábricas estabelecidas na Europa de fustões, chitas e velbutes afiançam o seu consumo. Todo o Brasil produz com igualdade o algodão, mas os comerciantes dão a preferência aos de certos países. Ainda não é conhecido o dos Ilhéus, pelo pouco que ali se planta. A nação lucrará muito no aumento de sua cultura.¹⁸⁶

4.5.8 - Dos Cereais

Novamente, Câmara citou nessa seção a preponderância do arroz, e especialmente da mandioca no fabrico “do pão” para a alimentação dos habitantes de Ilhéus. Mas, mencionando a experiência dos Açores que produziam pão a partir do Inhame ou Arum, o naturalista ressaltou a partir de seus conhecimentos químicos que,

de todas as espécies se pode fazer um muito bom pão fermentado, bem como do arroz e mandioca. Não entra em dúvida a facilidade com que todos cereais fermentam. A mesma razão que há para que o trigo fermente, há para que fermente o arroz e a mandioca; e ainda que as diversas espécies de arum e carás pareçam diversificar muito do trigo, do arroz e ainda da mandioca, contudo, depois das experiências de Mr. Parmantier, sócio da sociedade de agricultura de Paris feitas com as batatas, eu ousou afirmar que todas as espécies de arum e carás estão na mesma razão, e que uma vez postos os meios de que ele se serviu para fermentar as batatas, em que parecia consistir toda a dúvida virão a fermentar as espécies de que tratam.¹⁸⁷

Concluiu esse tópico citando que grande parte das massas encontradas em várias partes da colônia era feita da “mandioca seca ao Sol” que depois de “moída ou pisada” oferecia “grande quantidade de Amido”.

¹⁸⁶ *Ibidem*, p. 27.

¹⁸⁷ *Ibidem*, p. 29.

4.5.9 - Da Cana e da Manipulação do Açúcar

Este tópico trata-se de um dos pontos altos da Memória. Momento em que podemos perceber com clareza o esforço reflexivo de Câmara e sua apropriação do saber das Ciências Naturais na utilização de propostas quanto a novos métodos para serem empregados na cultura da cana e no fabrico do Açúcar.

Já vimos que o autor chamava atenção de forma insistente para a promoção da cultura do cacau frente à cana, mas nessa seção, o autor reconhece que,

Ninguém ignora que o maior ramo da indústria do Brasil é a cultura e manipulação do açúcar, gênero que tiraríamos maior ganância, senão concorrêssemos com as diferentes nações que têm colônias na América e que importam para Europa uma porção muito mais considerável de açúcar que nós.¹⁸⁸

Nesse sentido, acreditava que “não seria fora de propósito ajuntar aqui algumas reflexões sobre a perfeição do açúcar e seu manejo” contribuindo para a redução das “causas do seu atraso”. Segundo ele, as principais seriam, a fertilidade do terreno, a sua fortaleza e gordura que subministrando às canas grandes quantidades de sucos, os quais dissolvendo o princípio sacarino com elas combinado, fazem incômoda e trabalhosa combinação.¹⁸⁹

O remédio utilizado para esse mal pelos produtores da região a esse tempo era, diminuir-lhe a força com diferentes plantações apropriadas, que lhe façam perder a soma de princípios nocivos à cultura da cana e venham estes a ter mais princípio sacarino e menos quantidade de líquidos.¹⁹⁰

Porém, ainda que, como disse o autor, se pudesse “dar a razão filosófica deste remédio”, ele próprio tinha conhecido naquela Comarca um Senhor de Engenho que já “cultivava em terreno aberto há 16 anos e, ainda não tinha boas canas, que sempre são ali muito sucosas e pouco doces”.

Dessa forma, teria refletido sobre o assunto num “espaço de muitas horas, combinando a análise do açúcar e os seus princípios com a cultura e, principalmente, com os terrenos” de que tratava, mas apesar do esforço, não logrou “descobrir remédio algum por

¹⁸⁸ *Ibidem*, p. 32.

¹⁸⁹ *Ibidem*, p. 32.

¹⁹⁰ *Ibidem*, p. 33.

meio do qual obvie os incômodos ponderados”, sendo suas conclusões preliminares e “contingentes, de cuja certeza deverá decidir a experiência”. Mas mesmo,

Submergido nas escuridades e abismos do como se opera vegetação, e não podendo nesta matéria adiantar proposição, que não encerre de algum modo dúvidas, não deixarei, contudo de expor sobre este assunto as minhas idéias, combinando as diferentes observações e experiências dos filósofos.¹⁹¹

Recorrendo a uma série de reflexões de outros naturalistas, químicos e botânicos de seu conhecimento, Câmara ousava “aventurar” sua hipótese, ao afirmar que, “os vegetais não recebem do terreno princípio nenhum fixo, mas somente os voláteis e as substâncias aeriformes que, diferentemente, modificadas produzem estes tão diferentes entre si.”¹⁹² Nesse sentido, o naturalista, “passando agora a aplicação da teoria”, concluiria,

Isto posto, creio, e a experiência parece demonstrá-lo, que conhecidos os princípios por uma verdadeira análise de que se compõe um vegetal dado, que os meios mais conducentes à sua cultura serão aplicar ao terreno corpos que abundem dos mesmos princípios ou tenham maior afinidade com os nocivos que se encontram nos mesmos terrenos.¹⁹³

Então, “à melhoria do terreno que há de produzir a cana que abunda em sucos”, o remédio neste caso seria,

Combinar-se com a terra corpos, que tendo maior afinidade com os princípios nocivos, venham a apoderar-se deles. A cal queimada e não extinta, isto é, que ainda se não tenha combinado com o ácido carbônico será quanto a mim, o corpo mais apropriado para este fim; o que parece em tudo conformar-se com as experiências e observações de Alston.¹⁹⁴

Finalmente, exprimiu algumas reflexões acerca do fabrico do açúcar. Segundo ele, o modo de melhorar a qualidade do produzido na região era, dentre outras providências, banhar as caldeiras e utilizar o próprio bagaço da cana ao invés das madeiras nos fornos de preparação. Dias (1968) também chamou a atenção para o interesse desse autor no assunto,

Através de cartas, D. Rodrigo procurava animá-lo em suas tentativas de fazer adotar entre os senhores de engenho o melhor ‘método de suprir as serpentinas para as destilações’ e de aproveitar melhor o combustível na cristalização do açúcar de modo a diminuir o seu consumo.¹⁹⁵

¹⁹¹ *Ibidem*, p. 33.

¹⁹² *Ibidem*, p. 34.

¹⁹³ *Ibidem*, p. 36.

¹⁹⁴ *Ibidem*, p. 37.

¹⁹⁵ DIAS, Maria Odila, *op. Cit*, p. 125.

4.5.10 - Da Altura, Conservação e Corte das Madeiras.

Manoel Ferreira da Câmara na última parte da sua Memória na qual tratou das matas mencionou que,

Interessará muito ao Estado expedir não ordens, meramente, porque algumas já as têm expedido, se bem que sem proveito, mas ministros que vigiem e regulem o corte das madeiras, indistintamente, obrigando os proprietários dos terrenos marítimos a conservar ilesas as de construção, que ocupando uma parte pequena de seu terreno não danificam por certo a sua cultura. Obrigando a todos a porem os meios para a sua reprodução, que não julgo impossível, e deste modo terem número determinado das ditas espécies. Se tiverem tomado a mais tempo estas medidas, possuindo nós grande cópia de madeiras de construção, não nos veríamos necessitados a mendigar e comprar por bom preço os carvalhos da Pensilvânia, para o travejamento dos nossos navios de guerra.¹⁹⁶

Apontou ainda a necessidade da Coroa não expedir, meramente, as ordens ou leis reais para a conservação das matas, pois de fato, o que ocorria naquela Comarca era que já existiam algumas dessas ordens e mesmo assim não se conseguia aplicá-las com efetividade. Medidas políticas pela conservação das matas na colônia portuguesa na América estão presentes desde muito tempo e, gradualmente, foram se tornando um tema de interesse central para a coroa portuguesa no Brasil. Segundo Santos (2005),

Os Regimentos de 12 de Setembro de 1652 e de 15 de Outubro de 1751 impunham proibições ao corte de certas madeiras, estabelecendo algumas providências a serem seguidas pelos fazendeiros. Também os decretos de 23 de Setembro de 1713 e de 11 de Março de 1716 mandavam conservar as matas e bosques, para utilidade pública e proveito real.¹⁹⁷

Novos estudos referentes a essas medidas de conservação promovidas pela Coroa portuguesa ainda precisam problematizar as suas efetividades. Ferreira da Câmara acreditava que para melhorar a regulação do Estado, este deveria apostar em “ministros que vigiem e regulem o corte das madeiras, indistintamente”. Curioso notar que essa também foi uma das

¹⁹⁶ SÁ, *op. Cit.*, p. 45.

¹⁹⁷ SANTOS, Margaret Ferreira dos. Manifestações pela Conservação da Natureza no Brasil (1784-1889). In: *Revista Uniara*. n° 16, 2005, p. 16. Em Portugal havia uma magistratura denominada Monteiro-mor, responsável pela guarda geral das florestas (ou “*montes*”, como ainda hoje se diz na península ibérica). Suas tarefas foram definidas por cartas régias, antes mesmo do século XV, e seu Regimento foi estabelecido em 1605.

propostas, levadas à Rainha, pelo Capitão Domingos Alves Branco Muniz Barreto em uma de suas memórias.

Outro ponto a ser ressaltado é esse suposto interesse estatal no assunto. Como já ressaltamos, anteriormente, o tema das matas e das madeiras foram se tornando temas de interesses centrais para a Coroa portuguesa, em especial a partir dos anos de 1780, quando esta iniciou, de forma sistemática, um trabalho de gerenciamento das matas da Comarca.¹⁹⁸

Porém, todo esse gerenciamento e importância que é possível perceber no discurso de Ferreira da Câmara, foi ineficiente, a ponto de obrigar a Coroa, apesar de toda a abundância do recurso, a realizar a importação de madeira, como é possível notar na fala acima. Quando o autor desta Memória refere-se que a Coroa se via obrigada “a mendigar e comprar por bom preço os carvalhos da Pensilvânia, para o travejamento dos nossos navios de guerra”, parece estar coerente com o que argumentou Dean (1996),

Essa atividade deve ter sido mal administrada, a despeito da extraordinária abundância de árvores gigantes nas florestas costeiras, cuja madeira era mais forte e resistente que qualquer outra disponível na Europa e apesar da possibilidade de embarcar a madeira de graça, como lastro. Os estaleiros reais continuavam a importar madeira da Nova Inglaterra, embora a Coroa recebesse repetidas notificações sobre contrabando da madeira brasileira por parte de holandeses e ingleses.¹⁹⁹

Em outro trecho de sua Memória, Ferreira da Câmara evidencia ainda que,

São bem conhecidas as utilidades, que resultam das madeiras do Brasil a Portugal: é também sabido que todas as terras do Brasil, excetuadas alguns campos primitivos, estão cobertas de grandes e espessas matas, em cuja destruição trabalham assaz os habitantes sem ainda, constar que se tenha plantado um só pé das necessárias à construção e à combustão diária; e pelo axioma de que ninguém dá mais do que tem, em um dado tempo vir-se-ão a consumir todas as espécies de preciosas madeiras que possuímos para o que, principalmente, contribui o não renascerem as espécies primitivas; e senão houver grande cuidado a respeito daquelas terras vizinhas aos portos marítimos e de fácil exportação como a Comarca dos Ilhéus, que ainda não tem sido tão atacada, em breve tempo as madeiras serão um gênero muito caro; e esta falta já tem sentido o Estado a alguns anos a esta parte.²⁰⁰

Em outro momento do mesmo texto, o autor faz menção que as terras do Brasil “estão cobertas de grandes e espessas matas”. Todos os demais funcionários reais que lidaram com as matas da Comarca destacaram, em suas constantes correspondências com a

¹⁹⁸ CAMPOS, José da Silva. *Crônicas da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1981.

¹⁹⁹ DEAN, *op. Cit.*, 1996, p. 150.

²⁰⁰ *Ibidem*, p. 44.

metrópole, a grande abundância das matas na região, com exceção em algumas áreas ao redor das vilas. Um bom trabalho para pensarmos a exuberância das matas na região, bem como as representações que se faziam acerca de sua quantidade, é a análise de Dean (1996). Ferreira da Câmara também citou o problema do desmatamento se agravar ainda mais pelo fato do “não renascerem as espécies primitivas”. É curioso relacionar essa constatação botânica com os estudos que estavam sendo feitos à época por Vandelli e pelo também coimbrão Silva Lisboa que, em uma de suas Memórias, mostrou em análise comparativa que as espécies nativas brasileiras demoravam décadas, e em alguns casos centenas de anos, para se regenerarem, o que inviabilizava o “plano” de replantio cogitado à época.²⁰¹

²⁰¹ LISBOA, Baltazar da Silva. *Memória sobre as matas da Comarca de Ilhéus, cortes de madeiras, ordens que a esse respeito se tem expedido; regulamento dos referidos cortes, e estado atual desta dependência, até o dia 1 de agosto de 1803*. BN. s/f.

CAPÍTULO 5

BALTASAR DA SILVA LISBOA

Este personagem é, dos naturalistas que analisamos nesta pesquisa, o que tem maior visibilidade na historiografia brasileira. Como teve grande expressividade política e produziu muita documentação ao longo de suas atividades, como burocrata da magistratura portuguesa, é muito utilizado como fonte para trabalhos de diversos campos de produção sobre a História do Brasil. Nascido em Salvador, em 06 de Janeiro de 1761, filho de Helena de Jesus e Silva e Henrique da Silva Lisboa, teve como irmão o também expressivo personagem da história política e economia do Brasil, José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu.

Quando seu irmão já se encontrava no Reino, realizando seu doutoramento, Baltasar da Silva Lisboa foi ao seu encontro, em julho de 1775, para também realizar seus estudos preparatórios para o curso de Direito da Universidade de Coimbra. Este dado sugere que a família de Baltasar devia possuir muitos meios de renda, pois como aponta Da Cruz (2004), os custos para manutenção de um filho no Reino para a conclusão dos estudos eram altos e os Silva Lisboa possuíam dois.

Após se formar, logo recebeu apoio político para seguir em Portugal e empreender algumas viagens filosóficas e produzir alguns trabalhos de História Natural, pois desde cedo, em Coimbra, este naturalista havia cursado várias disciplinas da área, simultaneamente, com seu curso de leis.

Retornou para o Brasil, em 1788, para assumir o cargo de Juiz de Fora do Rio de Janeiro, magistratura destinada apenas a poucos intelectuais preparados e protegidos, uma vez que se tratava de um cargo de muita relevância para a administração colonial e ocupado por indicação. Em 1796, foi nomeado Ouvidor da Comarca de Ilhéus e, concomitantemente, Juiz Conservador das Matas, cargo no qual permaneceu até 1818. Aposentado, em 1822 foi acusado na Bahia de ser opositor político do 1º Império, o que o forçou a transferir-se para o Rio de Janeiro, onde permaneceu até sua morte em 14 de agosto de 1840.

Antes, contudo, foi ainda nomeado Lente da Faculdade de Direito em São Paulo e sócio – fundador do Instituto Histórico Geográfico do Brasil – IHGB. Morrendo dois anos após a fundação desta instituição, esse fato gerou algumas homenagens póstumas a Silva

Lisboa, sendo a mais importante, o discurso proferido por seu sobrinho, Bento da Silva Lisboa, o qual ficou conhecido como sua biografia.²⁰²

Esta fonte, ao passo que é talvez a mais rica em dados sobre Silva Lisboa, no que diz respeito a sua vida privada e pública, é uma das fontes menos indicada e mais deturpada sobre o Juiz, uma vez que, como aponta Raminelli (2006), trata-se de uma autobiografia adaptada por seu sobrinho, que o retrata, ressaltando uma versão bem privilegiada de polêmicos episódios por que passou Baltasar e para os quais existem também versões bem diferentes.

Dean (1996), assim o descreve: “extraordinariamente ativo e leal à Coroa, foi motivado com um compromisso daquilo que ele chamava ‘este sublime celeiro da Natureza’”.²⁰³ Já Raminelli (2006), apresenta uma visão bem diferente em seu texto sobre o juiz naturalista, onde além de desconstruir a legitimidade da Biografia feita por seu sobrinho, aponta-o como um homem “ambicioso”, de gênio “pouco inclinado ao sossego”, “pobre de espírito” e chega a hipotetizar em cima de supostas atividades de corrupção empreendidas pelo Juiz no Rio de Janeiro.

5.1 - AS CIÊNCIAS NATURAIS E O JUIZ BRASILEIRO

Quando ainda era estudante de leis em Coimbra, Silva Lisboa foi, amplamente, beneficiado ao entrar como protegido político num poderoso sistema de patronagem. Nas palavras de Raminelli (2006),

Na Universidade de Coimbra tornou-se aluno do curso jurídico e ainda estudou geometria, língua grega, história natural, física experimental, com o mestre Dolabella, e química, com Vandelli. Seu aproveitamento nessas ciências rendeu-lhe dois prêmios e a estima do bispo D. Francisco de Lemos Pereira Coutinho, ilustre fluminense que o recomendaria ao Secretário de Estado Martinho de Melo e Castro. Em princípio, esse contato permitiu-lhe atuar como naturalista nas minas de Buarcos e, em seguida, receber indicação para ser Juiz de Fora de Barcelos. Antes, porém, seu destino, fora

²⁰² Cf. DA CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho. *Verdades por mim Vistas e Observadas, Oxalá foram Fábulas Sonhadas: Cientistas brasileiros do setecentos, uma leitura auto-etnográfica*. Curitiba: UFPR, 2004. Tese de doutorado e; RAMINELLI, Ronald Baltazar da Silva Lisboa: a honra e os apuros do juiz naturalista. In: VAINFAS, Ronaldo. *et al*, (org). *Retratos do Império: trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX*. Niterói: EdUFF, 2006.

²⁰³ DEAN, Warren. *A ferro e fogo. A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 1996, p.152.

alterado, pois consideraram mais prudente despachá-lo para o Rio de Janeiro com a incumbência de explorar a História Natural em viagem à Serra dos Órgãos. Estabeleciam, por conseguinte, os vínculos entre o bacharel e o secretário de Estado pautados no interesse mútuo de promover a História Natural do Império Colonial.²⁰⁴

Desta forma, estudantes destacados como Silva Lisboa conseguiam rápida progressão nas carreiras e ascensão social. Já nos referimos ao programa de estudos que beneficiou Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá (1766-1835) que, conjuntamente, com José Bonifácio Andrade e Silva (1763-1838) viajaram por quase dez anos pela Europa num sistemático trabalho de observações naturais. Ainda como apontou Raminelli,

a história natural seria um triunfo que o acompanharia por toda a carreira. Silva Lisboa pleiteava ascender na magistratura, recorrendo certamente aos serviços como juiz, mas também como naturalista, sobretudo por não receber emolumentos pela última função.²⁰⁵

Tanto Martinho de Mello e Castro (1770-1795), um dos primeiros protetores de Silva Lisboa, quanto D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1796-1801), sucessor do primeiro à frente da Secretaria de Ultramar, através dos governadores de Capitania, forneceram apoios políticos e financeiros para a elaboração de estudos pelos territórios coloniais, sugestões e propostas e, não raro, interferiam em questões ou conflitos em que entravam seus protegidos naturalistas.

Como vimos no capítulo I, essa política dos ministros também envolveu governadores da Capitania da Bahia. Em ofício de D. Fernando José de Portugal para Sousa Coutinho, aquele comunicou a este que prestaria todo auxílio que necessitasse Silva Lisboa na organização das coleções dos produtos da Capitania.

Ao Doutor Baltazar da Silva Lisboa, Ouvidor da Comarca dos Ilhéus, que se tem distinguido pelos seus conhecimentos, principalmente, em História Natural, como V. Ex.^a me participa, em carta de dezenove de julho passado, que por ele me foi entregue, prestarei todo aquele socorro e auxílio de que necessitar, a fim de recolher os produtos desta Capitania, satisfazendo eu deste modo, como sempre desejo, a respeitável recomendação de V. Ex.^a. Deus Guarde a V. Ex.^a. Bahia, 12 de Dezembro de 1797.²⁰⁶

²⁰⁴ RAMINELLI, *op. Cit.*, p. 280.

²⁰⁵ *Ibidem*, p. 281.

²⁰⁶ PORTUGAL, Dom Fernando José de. *Ofício para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, no qual comunica que prestará todo o auxílio ao Ouvidor da Comarca dos Ilhéus, o Dr. Baltazar da Silva Lisboa, para organizar as coleções dos produtos da Capitania*. Projeto Resgate (Castro e Almeida): AHU, Cx, 90, doc, 17.530.

A ligação existente entre os saberes sobre Ciências Naturais e o poder Real estava presente na atuação política de Silva Lisboa desde quando era recém formado. Em 1786, esse autor escreveu o seu “*Discurso Histórico, político e econômico dos progressos e estado atual da Filosofia Natural portuguesa, acompanhada de algumas reflexões sobre o Estado do Brasil*”, o qual ofereceu ao próprio Príncipe Regente. Nele, Silva Lisboa fez um balanço das situações em que se encontravam os avanços das Ciências Naturais, destacando numa perspectiva histórica, os principais reinados, personagens e fatores que contribuíram para o progresso de tal campo. Esse texto é apontado por Pádua (2007), em sua tese como sendo um dos primeiros trabalhos a conter elementos de uma crítica ambiental no pensamento político dessa geração ilustrada luso-brasileira.

5.2 - SILVA LISBOA E A COMARCA DE ILHÉUS

Como vimos, a Comarca de Ilhéus é uma peça chave para o entendimento de todo o processo de regulamentação dos reais cortes de madeira na colônia brasileira. Desde 1715, a coroa já vinha estabelecendo nas vilas do norte da Comarca, em especial na de Cairu, feitorias e a Intendência dos cortes das madeiras. Do período que vai de 1780 a 1792, coube ao ouvidor da Comarca a responsabilidade por essa Intendência. Francisco Nunes da Costa, ao longo de sua gestão, teve um papel central no estabelecimento de uma postura real bem mais enérgica quanto aos estragos que “a ferro e fogo” os posseiros e demais “homens rústicos” estavam causando às matas. Esta sistemática crítica ambiental desenvolvida pelo Ouvidor, em muitos casos, diretamente à Rainha D. Maria I, assim como outros fatores, motivaram um clima de reformas políticas para o tema que culminou na segunda metade da década de 1790 com um conjunto de medidas no qual a figura de Silva Lisboa teve um papel fundamental.²⁰⁷

Como sugere Morton (1978) e depois Pádua (2002), em 1796, quando Silva Lisboa se encontrava em Portugal, este teria sido chamado pelo ministro D. Rodrigo, que acabara de assumir sua Secretaria e estava projetando um conjunto de políticas de cunho reformador para a questão das matas da Bahia e, por conseguinte, de toda a colônia brasileira.

²⁰⁷ Cf. PEREIRA, Rodrigo Osório. *O Papel de Francisco Nunes da Costa no Processo de Regulamentação dos Reais Cortes de Madeira (1780-1792)*. 2007. 50 f. Monografia (Graduação em História) – UESC, Ilhéus, 2007. Não publicada.

Silva Lisboa era baiano e grande conhecedor da região, além de ser um dos intelectuais mais preparados na “phísica dos bosques”.

Além de ter sido um dos mentores de um projeto político que chegou à Bahia um ano depois e que determinava o monopólio real de “todas as matas à borda da costa e dos rios navegáveis”, através da Carta Régia de 13 de Março de 1797, foi nomeado ainda, em 1796, para o cargo de Juiz conservador das Matas na Comarca de Ilhéus, magistratura inédita para as possessões coloniais do Império português.²⁰⁸

Assim, assumindo a responsabilidade de pôr em prática, a partir de 1797, a política real de cunho monopolista, o juiz realizou uma série de tombamentos de terras públicas, criou mapas, estabeleceu uma fiscalização mais severa com os particulares que só poderiam extrair madeiras em suas próprias propriedades mediante licença expedida por ele próprio e deu andamento à confecção do primeiro Regimento dos Cortes de Madeira da Colônia brasileira de 1799, o qual ficou conhecido como “plano”.²⁰⁹

Permaneceu no cargo de Conservador das Matas até 1818 e, na região até a Independência. Durante esse período, produziu ampla documentação sobre a Comarca. Sua produção consiste em documentos com finalidades administrativas e Memórias, contendo suas observações científicas.

Assim como o Capitão Domingos Alves Branco Muniz Barreto, seu contemporâneo e com quem mantinha freqüentes contatos, Silva Lisboa utilizou-se, amplamente, dos saberes indígenas, e com isso pôde colocar em prática um de seus maiores projetos: um inventário das espécies arbóreas da região.

Esse inventário realizado na Comarca de Ilhéus acabou, posteriormente, sendo incorporado a um projeto maior do levantamento de espécies destinadas à construção civil e em especial à naval. Quando já estava no Rio de Janeiro, Baltasar escreveu o seu “*Riquezas do Brasil em Madeiras de Construção e Carpintaria*”. Nesse trabalho, o juiz naturalista logrou elencar trezentos e nove espécies diferentes de árvores de construção, uma relação razoável de cascas e ervas e, no final, incorporou um apêndice de descrição botânica. Essa relação, que contém espécies, tipicamente, da Mata Atlântica brasileira, entre os quais tipos endêmicos do Rio de Janeiro e da Bahia, são um valioso documento para os pesquisadores desse bioma, não só historiadores ambientais, mas para todos aqueles que numa perspectiva

²⁰⁸ Cargo inspirado no Monteiro-Mór existente em Portugal desde o século XIV.

²⁰⁹ CAMPOS, José da Silva. *Crônicas da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1981.

interdisciplinar e multidisciplinar recorrem a uma análise histórica da presença, uso e extinção desses recursos naturais.²¹⁰

Curiosamente, recorrendo, assim como Muniz Barreto, ao sistema de taxionomia baseado nos nomes “vulgares”, de uso comum por alguns circuitos populares, o autor fez um impressionante levantamento das informações mais variadas sobre cada árvore, incluindo, em geral, suas alturas, grossuras do tronco, características física da madeira, época do ano em que florescia e em caso de haver fruto, o seu gosto. Tanto para estes como para a madeira, fornecia suas prováveis aplicações na culinária, medicina, indústrias ou construções civis e, especialmente navais.

Ao longo do texto, é notável que o acúmulo de tamanho conhecimento não teria sido possível sem anos de experiência no trato com as matas e na alimentação constante dos saberes locais. Importante salientar que, diferentemente dos procedimentos metodológicos utilizados em seus estudos e reflexões enviados à Academia Real de Ciências de Lisboa, na qual era um dos sócios correspondentes, “Riquezas do Brasil” foi um trabalho destinado ao próprio Dom Pedro I no início de seu Império, pois como aponta o próprio autor,

O prodigioso desvelo com que Vossa Majestade Imperial tem começado a levantar monumentos da sua glória, dando tão ativas providências para ressuscitar a Marinha deste Império, antes reduzida à decadência e ruína, animou-me a suplicar a Vossa Majestade Imperial a graça de permitir-me dedicar à graça de seu Augusto Nome, esta singela coleção de madeiras, que formam um dos ramos mais interessantes da riqueza natural do seu Império, e que suscetível de indefinido progresso sob os auspícios da criadora política, com que Vossa Majestade Imperial tem influído em todos os espíritos o mais inflamado ardor do bem público.²¹¹

Este pequeno trecho da dedicatória de sua “relação de madeiras” deixa bem claro seu propósito. E era, justamente, Silva Lisboa uma das pessoas mais indicadas de todo o Império brasileiro para a função, uma vez que era o perito número um da Bahia no assunto e, como podemos deduzir pela relevância que esta região detinha, juntamente, com algumas outras áreas da colônia e depois do império, um dos maiores conhecedores no assunto em todo Brasil. Alguns exemplos de descrições de algumas espécies no seu trabalho vem a seguir:

Cajueiro cultivado: é árvore de 20 a 30 palmos com 1 a 2 de grossura; floresce em Julho e Agosto; o seu fruto amarelo ou encarnado tem

²¹⁰ LISBOA, Baltasar da Silva. *Riqueza do Brasil em madeiras de construção e carpintaria*. Rio de Janeiro, 1823. Revista do IHGB.

²¹¹ LISBOA, *op. Cit.*, p. 01.

sobreposta uma castanha, que contém uma amêndoa de excelente sabor; a sua casca é urente e cáustica; do sumo da fruta se extrai um vinho agradável, vinagre e aguardente; a fruta é de reconhecida utilidade na hidropisia, e mal céltico; a resina que, espontaneamente, rebenta pelo tronco é em tudo igual no préstimo à goma arábica. Serve a madeira para cabos de machado.²¹²

Copaíba branca: difere das outras pela sua folhagem e folhas brancas, com as quais se embeleza, em Novembro, em ramalhetes pelas pontas dos galhos. Serve nas construções da mesma maneira, e tanto mais por ser mais elástica; tendo eterna duração sendo cortada nos minguanes da Lua, depois do fruto sazonado e descascada no tempo do Cio ou Seva, um ano antes; o que produz, geralmente, em todas as árvores a boa qualidade de madeiras, não racharem e converte-se o antecasco em pau perfeito. Faz-se também uso das Copaíbas para caixões, que conservam a boa qualidade do açúcar.²¹³

Jequitibá: é árvore de 100 e mais palmos de comprimento, com 4 e mais de grossura. Floresce em Novembro; serve para mastros dos Navios, por ser leve e elástica a madeira. Porém, apodrece em pouco tempo na carlinga. E também, geralmente, se usa de fazer canoas e caixões.²¹⁴

Vinhático: é das árvores mais elegantes e majestosas das matas. Chega a 150 palmos de comprimento, a 32 de grossura. Floresce em Dezembro pelos galhos que se cobrem de flores em espigas compridas, brancas miudíssimas. Serve para cintados, alcaixes, tabuados de cobertas, obras das salas. Para serem duráveis as obras, se carece pregar as tábuas com pregos de cobre, porque os de ferro abrem com a ferrugem buracos no lugar pregado. O Vinhático pesado que vai ao fundo e que não pode vir por água, senão depois de ser o pranchão exposto por seis meses ao sol, é de melhor qualidade, a madeira reversa, são variegadas as suas cores com fitas de carmim, luzentes e belas.²¹⁵

No tópico destinado às cascas e ervas, Silva Lisboa privilegiou aquelas das quais se podiam extrair tintas. Interessante observar que essa parecia ser uma das preocupações centrais dos naturalistas à época. Também nos textos de Muniz Barreto estão registradas experiências com cascas para verificar a utilidade das tintas. A própria extração, e toda a atenção dada ao pau-brasil, não era por outro motivo, senão por sua utilização na indústria têxtil devido à sua tintura avermelhada.

Com Silva Lisboa não foi diferente. Vejamos a seguir algumas tintas listadas pelo naturalista:

Da casca da aráiba pisada em cozimento com os sais se obtém a cor de rosa.
Da raiz de gengibre de dourar, a tinta amarela.
Da tinetoria pérola, a tinta vermelha.
Da ruiva, a mesma.

²¹² *Ibidem*, p. 238.

²¹³ *Ibidem*, p. 235.

²¹⁴ *Ibidem*, p. 245.

²¹⁵ *Ibidem*, p. 258.

Das folhas do maracujá, a tinta verde.
Das frutas verdes do jenipapo, a tinta preta.
Do sumo da cana do brejo, a tinta escura.
Da casca do mangue, a tinta vermelha.
Das rasuras do ipê, a tinta rubra.
Das rasuras do pau roxo, a tinta rubra.
Das folhas da povana, a tinta amarela.
Da casca e rasura da aratingui, a de cor de rosa.
Das bagas da coirana, a tinta roxa e carmim.
Da erva do bixo, a tinta escura.
Do entrecasco do pequiá e sapocaia, a tinta preta.
Do brasilete cesalpina, a cor de púrpura.
Do urucu, a tinta rubra.
Do suco das esporas, a tinta azul.
Do pau-brasi, a tinta vermelha.²¹⁶

5.3 - AS EXPERIÊNCIAS DE ACLIMATAÇÃO

Para entendermos as atividades de Baltasar da Silva Lisboa em torno do processo de aclimação de espécies, temos que levar em consideração dois pontos de relevância. O primeiro, melhor analisado no capítulo 1 desta dissertação, diz respeito a um projeto político do Império português para o ambiente natural do Reino e das colônias espalhadas pela América, África e Ásia, que tinha como um dos objetivos, a disponibilidade de espécies vegetais de todas as partes do mundo.

Nesse sentido, o processo de adaptação monitorada de culturas ditas “exóticas” estava, diretamente, ligado à implementação de uma rede de Jardins Botânicos pelas possessões colônias portuguesas, a qual deu sustentáculo ao projeto de 1803, de criação do Jardim da Bahia, que motivou muitas experiências adaptativas entre os naturalistas e funcionários locais.

Como desdobramento do primeiro ponto, o segundo diz respeito ao fato de que recai, diretamente, sobre o então Juiz Conservador das Matas, que detinha preparo raro em Filosofia Natural e, especificamente, em Botânica, a tarefa de implementar as principais aclimações. São emblemáticas ao longo da documentação, as evidências das atividades de Silva Lisboa neste sentido.

Em ofício para o então Ministro da Secretaria de Ultramar de 1788, o seu principal protetor político no momento, Martinho de Mello e Castro, Silva Lisboa remeteu

²¹⁶ *Ibidem*, p. 259.

uma Memória que continha informações diversas acerca da História Natural do Rio de Janeiro. Um de seus principais objetivos era demonstrar, dentre outras coisas, como aqueles recursos naturais poderiam contribuir para o aumento dos rendimentos da Real Fazenda, tese que compartilhava com os demais naturalistas luso-brasileiros de sua época.

No início da década de 1790, encontramos, referente a 1790, 1791 e 1794, cinco ofícios de diferentes ocasiões, nos quais deram “conta de suas atividades como Naturalista” e de seus trabalhos em História Natural. Nessa documentação, não raro, encontramos referências ao envio de “espécies vegetais para o Jardim Botânico de Lisboa” e de pedidos de “reconhecimentos pelos seus serviços prestados”, o que corrobora com a perspectiva já discutida de Raminelli (2006).

Ainda na documentação de que dispomos, encontramos referências à, pelo menos, duas espécies com as quais o naturalista havia procedido experiências e cuidados para sua adaptação. A primeira, documentada no início de 1802, diz respeito a uma espécie denominada *Morus Popyrifero*. Segundo um ofício que tratava do assunto, Silva Lisboa estava empenhado “não só em promover, seriamente, a cultura das tais plantas de *Morus Popyrifero*”, mas também em dar conta dos resultados a que tinha chegado com tal espécie. Nele, o governador diz que “a mesma planta se tem aumentado e que o dito Juiz Conservador se não descuida em a promover”.²¹⁷

A outra cultura à qual Silva Lisboa dedicava-se a aclimatar não apresentou grandes sucessos. Tratava-se da cobiçada teca, espécie de árvore que fornecia madeira de excelente qualidade para a indústria naval. Em outro ofício para o governador interino da Bahia, o naturalista informava “que nada conseguira das sementeiras de teca”, ainda que tivesse procedido a suas observações “com o maior cuidado e interesse”.²¹⁸

Segundo Dean (1989), a cultura da teca, apesar dos fracassados cuidados de Baltasar, foi aclimatada no Brasil colônia. Porém, ainda que se apresentasse como uma possibilidade muito interessante no ramo das madeiras de construção, essa cultura teria sido esquecida pela administração portuguesa.

²¹⁷ *Ofício do Governador interino para o Visconde de Anadia, em que participa ter expedido as ordens necessárias para se promover a cultura do Morus Popyrifero*. Projeto Resgate (Castro e Almeida): AHU-Bahia, Caixa, 119, Documento, 23.603.

²¹⁸ LISBOA, Baltasar da Silva. *Ofício para o Governador interino da Bahia, no qual informa que nada conseguira das sementeiras de teça, a que procedera com o maior cuidado e interesse*. Valença, 12 de Janeiro de 1802. ABN, Vol 36, 1914, Doc nº 23567.

CAPÍTULO 6

JOSÉ BITTENCOURT DE SÁ E ACIOLLI

Último naturalista analisado nesta pesquisa, José de Sá Bittencourt e Aciolli era o irmão mais velho de Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá, analisado no capítulo IV. Nasceu em Minas Gerais, em Caeté, no ano de 1755 e faleceu no mesmo local, em 1828. Seguindo para Coimbra, bacharelou-se em Filosofia Natural em 1787, um ano após seu irmão concluir seus cursos na mesma instituição, o que sugere mais uma vez, assim como ocorreu com a família Silva Lisboa, o caráter restrito do circuito de estudantes brasileiros que iam ao Reino estudar naquela instituição.

A documentação sobre este Filósofo Natural aponta que logo após se formar estabeleceu, dentre outras coisas, uma pequena fábrica de cerâmica em sua terra natal. Aciolli teria vivido ali até o episódio da Inconfidência Mineira, ocasião em que foi acusado de ter participação no movimento e obrigado a uma retirada para o território baiano. Quando de sua chegada à Bahia, Aciolli teria sido preso, mas logo em seguida solto por sua tia que pagara uma alta quantia em ouro pela sua absolvição.

Apesar desse episódio, Aciolli teria sido encarregado, de 1799 a 1808, das explorações mineralógicas e inspeção da mineração de salitre, na região de Montes Altos, na Bahia.²¹⁹ Ali, este naturalista construiu estradas ligando a área à costa, instalou uma fábrica de salitre e escreveu pelo menos duas Memórias sobre o tema.²²⁰ Certamente, essas Memórias foram as grandes responsáveis por seu acesso à Academia Real de Ciências de Lisboa, da qual se manteve como sócio correspondente.

Estas expedições pelo sertão da Capitania da Bahia renderam-lhe também a partir de 1799, o posto de Coronel de Milícias no dito território, o que nos permite refletir sobre dois pontos importantes. O primeiro diz respeito ao caráter estritamente militar, dessas expedições filosóficas, o que além de apontar a íntima relação existente entre as atribuições específicas de um coronel Real com a de um naturalista coimbrão, também garantia a Aciolli

²¹⁹ Provavelmente a região próxima a atual cidade de Caetité no sudoeste da Bahia.

²²⁰ ACIOLLI, José de Sá Bittencourt. *Memória sobre o terreno nitroso de Montes Altos*. Bahia, 1799. IHGB, Lata 109, pasta 4 e; *Memória sobre a viagem do terreno Nitroso (dos Montes Altos da Bahia)*. 1800. BN, nº 11, 2, 14. Para os dados referentes à trajetória de Aciolli, utilizamos o trabalho de DA CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho. *Verdades por mim Vistas e Observadas, Oxalá foram Fábulas Sonhadas*: Cientistas brasileiros do setecentos, uma leitura auto-etnográfica. Curitiba: UFPR, 2004. Tese de doutorado.

um poder de comando sobre sua tropa e demais membros de suas expedições legitimado pela Coroa, sem o qual suas atividades poderiam ser impraticáveis.

O segundo está ligado ao já analisado Capitão Domingos Alves Branco Muniz Barreto que, apesar de não ser um naturalista de formação, mas sim um militar, encontrou respaldo e acesso nos principais circuitos científicos portugueses da época, pois além de suas habilidades no trato com a Filosofia Natural, também detinha os importantes atributos de um comandante militar, o que facilitou suas jornadas pelo território do sul da Bahia, tão cheio de adversidades e perigos.

Apesar da documentação e da historiografia sobre Acioli dar maior visibilidade ao período em que desempenhou os estudos com as nitreiras da Bahia, não é esse momento de suas atividades naturais que nos interessa em nosso trabalho, mas sim o já citado período após sua chegada das Minas. Aparentemente, esse mineiro instalou-se na região de Camamu, uma das vilas do território norte da Comarca de Ilhéus e, ao longo de uma década, dedicou-se à sua propriedade, produzindo algodão, mandioca e, possivelmente cana-de-açúcar.²²¹

Utilizando sua experiência de Filósofo Natural e proprietário de terras, produziu em 1798, uma Memória na qual se dedicou às observações da cultura dos algodões e da mandioca, apresentando o que considerava como os fatores de “decadência” dessa última.²²² Um ano depois, escreveria algumas observações sobre um Plano Real para a conservação das matas, cujo teor apresentava uma dura política monopolista e feria, diretamente, os interesses dos particulares da região, inclusive ele próprio.²²³

Nossa proposta neste trabalho é analisar as observações e saberes botânicos de Acioli, a partir desses dois documentos que, a nosso ver, apresentam-se como fontes fundamentais para a investigação.

²²¹ PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. RJ: Zahar, 2002.

²²² ACIOLLI, José de Sá Bittencourt e. *Memória sobre a plantação dos algodões, e sua exportação; sobre a decadência da Lavoura de mandiocas, no Termo da Villa de Camamu, Comarca dos Ilhéos, na Bahia. Apresentada, e oferecida a Sua Alteza Real o Príncipe do Brazil por José de Sá Betencourt*. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1798.

²²³ ACIOLLI, José de Sá Bittencourt e. (atribuído a). *Observações sobre o plano feito para conservação das matas da capitania da Bahia*. Bahia, 1799. BN. n° 22, 1, 9.

6.1 - A MEMÓRIA SOBRE ALGODÕES E MANDIOCA

Em 11 de abril de 1796, Dom Fernando José de Portugal, então governador da Bahia, escreveu ao ministro do Ultramar dando-lhe informações sobre suas experiências com a cultura do algodão. Era uma satisfação às ordens vindas do Reino em 1794 para “espalhar pelas comarcas desta capitania a semente de algodão da Pérsia”. O governador lamentava não ter logrado sucesso com a aclimação, pois “crescendo o arbusto, unicamente, até palmo e meio, pouco mais ou menos, o qual imediatamente dá um capucho seco” ficava “inútil para outra produção”. Dom Fernando chamava atenção ainda para o fato de que embora não tivesse resultados tão satisfatórios com o Algodão da Pérsia, era necessário apostar no “algodão deste país, cujo arbusto cresce a grande altura, continuando a dar frutos todos os anos”. O mesmo acontecia na Comarca de Jacobina, onde as experiências tiveram os mesmos resultados em comparação a uma espécie “que se persuade ser da mesma qualidade da que veio da Pérsia, a que no sertão chamam de algodão do mato”. Além dessa variedade também era encontrado na Capitania da Bahia o Algodão da Índia, “espécie de algodão muito superior ao comum” e que nascia “sem maior trabalho”.²²⁴

Três anos mais tarde, a preocupação com a cultura do algodão ainda era evidente entre as altas autoridades baianas. Em 12 de Outubro de 1797, o mesmo governador escrevia a Dom Rodrigo de Sousa Coutinho enviando-lhe uma Memória escrita por Aciolli sobre o tema. Tratava-se de uma compilação das experiências do filósofo natural combinado com sua bagagem, enquanto agricultor na região do termo da vila de Camamu.²²⁵

Aciolli não estava alheio às preocupações de seus superiores e sabia bem o quanto o assunto interessava às autoridades metropolitanas. Sabia também que era uma grande oportunidade de almejar concessões e privilégios a partir de sua experiência com a cultura dos algodões e, assim, já havia escrito dois dias antes ao próprio Dom Rodrigo referindo-se à sua memória e solicitando um posto militar. Sua justificativa para o pedido baseava-se na argumentação de que maior autoridade entre os indígenas iria facilitar seu domínio “sobre tais

²²⁴ PORTUGAL, Dom Fernando José de. *Ofício para Luiz Pinto de Sousa, em que dá informações sobre as experiências da cultura do algodão*. Bahia, 11 de Abril de 1796. ABN, Vol 34, 1912, Doc. nº 16612.

²²⁵ PORTUGAL, Dom Fernando José de. *Ofício para Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre as experiências da cultura dos algodões e a memória que José de Sá Bittencourt e Accioli escreveu sobre as plantações que se fizeram no termo da vila de Camamu*. Bahia, 12 de Outubro de 1797. ABN, Vol 34, 1912, Doc. nº 17474.

povos em suas caminhadas pelos Sertões”.²²⁶ A memória também havia sido enviada à Academia Real de Ciências de Lisboa e apresentava uma quantidade de espécies de algodão bem maior do que a catalogada em 1794.

6.2 - OS TIPOS DE ALGODÃO

Segundo Aciolli, Lineu teria classificado a planta que produz o Algodão na “classe Monadelphia, Ordem Polyandria e Gênero Gosypium”. Na região de Camamu, teria identificado espécies variadas que produziam indivíduos com diferentes características. Vejamos algumas:

A primeira variedade descrita pelo filósofo era de um “algodão do caroço inteiro, comprido e preto”. Este tipo, ainda que possuindo uma qualidade mais áspera de lã, era “de muita vantagem na sua cultura, porque é mais fértil”. O nome dado era algodão do Maranhão, uma denominação “vulgar” por, possivelmente, ter vindo da região e sua “árvore” apresentava menor duração.

A segunda variedade era o “algodão de caroço inteiro e preto, porém não tão comprido como o do Maranhão”. Chamavam a este tipo de “algodão vulgar”. Segundo Aciolli, tratava-se de uma variedade cuja lã era muito parecida com a do Maranhão, com a diferença de apresentar um fio mais fraco e uma “árvore de mais duração”.

A terceira variedade era o “algodão de caroço unido”. Sua lã possuía a coloração parda, o que fazia com que lhe chamassem de “algodão do caroço pardo”. Com árvore de bastante duração, esta espécie apresentava uma lã com características “mais macia e doce que a do Maranhão”, além de ter um fio “fortíssimo”.

A quarta variedade descrita era o “algodão de caroço unido, coberto de um pelo verde”. O nome dado a este tipo era “algodão do caroço verde” e possuía as seguintes características: “a sua lã era abundante, doce, branda e forte no fiar e sua árvore era de uma grande duração”.

O quinto tipo era o “algodão de caroço inteiro, preto e lã parda ou cor de ganga”. Por apresentar tal coloração, podia “servir para se fazerem as gangas e outras obras de fustões

²²⁶ ACCIOLI, José de Sá Bittencort e. *Carta para Dom Rodrigo na qual se refere a uma memória sobre os algodões e pede que lhe seja dado um posto militar*. Bahia, 10 de Outubro de 1797. ABN, Vol 34, 1912, Doc. nº 17470.

em que entrem listras cor de ganga”. Apresentava uma lã muito macia e ao mesmo tempo forte.

A sexta variedade era o “algodão da Índia de caroço dividido”. Esta espécie era coberta de um pelo branco, bem semelhante aos caroços ou sementes do algodão da Pérsia, espécie mencionada por Dom Fernando José de Portugal em seu ofício ao ministro do Ultramar. Apresentava uma lã com um “branco fino muito doce, que produz um fio forte, capaz para as obras mais delicadas”.

A sétima variedade era o “algodão da Índia de caroço preto”. Com lã muito semelhante ao anterior, apresentava uma “maçã maior e os casulos ou capuchos mais abundantes de lã”. Distinguia-se ainda do antecedente quanto às árvores, pois tinha a sua “mais crescida”, enquanto a outra, “mais rasteira”, ainda que apresentando durações semelhantes quando “cultivadas em terreno fértil e estrumado”.

Além da já mencionada variedade de Algodão da Pérsia, o naturalista citava ainda duas outras espécies presentes na região do Rio de Contas consideradas silvestres e que tinham as mesmas “propriedades do algodão da Índia”, o que representava um número bem maior do que os apresentados até mesmo por seus colegas coimbrões em outras oportunidades.²²⁷

6.3 - AS VISÕES SOBRE O MEIO NATURAL

No início de sua memória²²⁸, Aciolli empreende uma descrição elogiosa da fertilidade da terra, comparando-a como “um teatro à sabia Natureza”. Oferecendo variadas espécies de vegetais “que cobrem a superfície do nosso Globo”, proporcionando assim, “a felicidade de seus habitantes”, a Natureza teria o papel de repartir “com grande sabedoria os seus dons”, sem mesmo necessitar de nenhuma ajuda dos agricultores. Tal valorização dos potenciais naturais do Brasil, também está presente em outras passagens dos demais intelectuais aqui analisados, sendo o exemplo mais emblemático o de Baltasar da Silva

²²⁷ MUNIZ BARRETO, Domingos Alves Branco. *Relação que contém a descrição de uma diminuta parte da Comarca dos Ilhéus desta Capitania da Bahia, por Domingos Alves Branco Muniz Barreto, Capitão de Infantaria do Regimento de Estremos, 1790*. BN. s/f. p. 1 e; SÁ, Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e. “Ensaio de Descrição Física e Econômica da Comarca dos Ilhéus na América” in: Academia das Ciências de Lisboa, *Memórias econômicas*, vol. I, Lisboa, 1990 [1789].

²²⁸ ACIOLLI. “*Memória sobre a plantação dos algodões...*”, 1798.

Lisboa, Juiz que motivado com o que chamou de “este sublime celeiro da natureza” dedicou-se, ativamente, nos planos reais de conservação das matas empreendidos em fins do século XVIII.²²⁹

Mas tanta fertilidade não era suficiente para competir com as leis naturais de aclimatação das espécies. Sobre o tema, o autor empreendeu algumas considerações em que destacou as dificuldades encontradas pelas plantas da Europa em se propagar nas regiões de Beira-mar no Brasil. Segundo Aciolli, o mesmo se observava nas plantas brasileiras “levadas para a Europa, que só vivem em casas de vidraças, subministrando-lhes com estufas o calor que lhe é necessário para a vegetação”. Nesse sentido, o coimbrão desaconselhava os lavradores a insistir em determinadas culturas como a oliveira, por exemplo, espécies “amantes do seu país, que não vegetam, nem propagam”, não oferecendo nenhuma vantagem em solo brasileiro.

A maior razão para tais inaptações não estava, contudo, na terra, mas sim nas propriedades do clima, fator que para o autor “influi na maior parte da vegetação”. Aciolli lembrava as “diferentes observações dos filósofos” para provar a maior influência que o clima detinha sobre a vegetação em relação à terra propriamente. Sua principal argumentação consistia no fato dos solos estarem em toda a parte e também estar propício a receber as diferentes “modificações do agricultor” mas que, apesar disto, ainda encontrava grandes dificuldades em se “propagar as plantas de diferentes climas transplantadas”, o que sugeria que, apesar dos “ocultos segredos na Natureza que o homem não pode perceber”, como tinham provado muitas experiências “o ar é muito necessário para a perfeita vegetação e que entra em grande parte na sua composição”.²³⁰

Se o clima apresentava grande importância no cultivo dos vegetais, não era diferente com a água, pois tratava-se para o autor do “princípio vivificante, o que tudo coopera para que as plantas cresçam e produzam” conforme a qualidade do seu clima. Seguindo esta mesma linha de raciocínio, Aciolli irá apontar as regiões apropriadas ou não para a cultura do algodão.

Nesse sentido, defendeu a inadaptabilidade da cultura na região de Camamu, onde viva e era agricultou. Segundo ele, tratava-se “do país mais irregular nas suas estações”, possuindo chuvas continuadas, independentes de ser Verão ou Inverno. Por essa característica “irregular” do clima da região, somente era possível cultivar com vantagens as “mandiocas,

²²⁹ *Apud In: DEAN, Warren. A ferro e fogo. A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Cia das Letras, 1996, p. 152.*

²³⁰ ACCIOLI, *op. Cit.* 1798.

cafés, arroz e cacau”, pois apesar de ter boas terras para o algodão, a “irregularidade do clima rouba ao lavrador as suas esperanças”, uma vez que as chuvas, no tempo da colheita, destruíam e apodreciam o algodão ainda em seus capulhos.

6.4 - OS MELHORAMENTOS COMO QUESTÃO DE ESTADO

Apesar da dificuldade de cultivo do algodão na região de Camamu, Aciolli destacava fácil adaptação da espécie nos terrenos ao longo do Sertão da borda do Rio de Contas, nas margens do “Rio Gavião” e todo o “Sertão da Conquista”. Contudo, essas áreas necessitavam de algumas medidas que visavam o melhoramento da produção que só poderiam ser tomadas pelo Governo, como a construção de estradas e medidas de segurança para o escoamento da produção.

No que diz respeito à construção de estradas, esta não era uma proposta isolada do autor, mas deve ser entendida num conjunto mais amplo de propostas que visavam o alargamento dos horizontes coloniais e uma maior integração entre os circuitos produtivos nos sertões.²³¹ O próprio Aciolli seria encarregado, como já foi observado, pouco tempo depois para abrir uma estrada que ligava o sertão dos Montes Altos à costa, visando a exploração das nitreiras e salitre local. Silva Lisboa, no início do século XIX, seria encarregado de abrir uma estrada real que ligasse a Cidade de Salvador ao Rio de Janeiro e assim, empreendeu uma longa viagem entre a Vila Nova de Valença e as margens do Rio Doce, no atual limite sul do Estado da Bahia, ocasião em que descreveu de forma detalhada as variadas localidades das Comarcas de Ilhéus e Porto Seguro, identificando áreas de matas, tribos indígenas e apresentou as melhorias efetuadas por sua expedição.²³²

No que diz respeito à segurança dos caminhos e regiões destinadas às “descidas” dos sertões com as mercadorias até os portos litorâneos ou demais mercados locais consumidores, Aciolli defendeu o apoio dos Índios Mongoiós, “gentio manso do Ribeirão das Areias” na luta contra os “bárbaros gentios Cotachós”. Sua argumentação consistia em alocar

²³¹ NEVES, Erivaldo Fagundes; MIGUEL, Antonieta. (orgs). *Caminhos dos Sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos Sertões da Bahia*. Salvador: Arcádia, 2007.

²³² LISBOA, Baltasar da Silva. *Memória acerca da abertura de uma estrada pela costa desde a Vila de Valença até o Rio Doce apresentado ao Príncipe Regente por Baltasar da Silva Lisboa – 1808*. BN. maço 512 (58, doc. 52). 104 páginas.

uma povoação dos Mongoiós em tal Ribeirão que, pela sua destreza, devolveriam a segurança aos colonos. Suas razões para isso eram,

Primeira: porque há muito tempo não recebem as ferramentas que costumavam receber por ordem do Governo. Segunda: porque na grande distância em que moram não tem quem representem as suas necessidades ao Governo. Terceira: porque se vêem oprimidos, sem poderem fazer as suas lavouras [...] Quarta: pela opressão de quem os governa [...] e Quinta: porque o terreno da beira do Rio é mais abundante de caça e peixe e muito fértil.²³³

Quanto às razões da decadência da lavoura de mandioca observadas na memória, a primeira destacada foi a falta de animais para o seu fabrico. Os animais utilizados para o transporte de cargas ou empregados para obtenção de sua tração em prensas e outras atividades, provavelmente, eram uma carência estrutural na Bahia colonial dos fins dos Setecentos. A questão é apontada em pelo menos duas outras ocasiões nesse mesmo período. Muniz Barreto alertando as autoridades competentes do alto custo que pagava a Real Fazenda ao alugar os bois necessários para o arrasto das madeiras nas matas da Comarca de Ilhéus propôs que sobre o tema fossem incentivadas medidas que visassem o aumento do número de animais na América portuguesa.²³⁴ Silva Lisboa e, novamente Muniz Barreto, em outra ocasião, cuidavam ainda para estabelecer pastagens destinadas aos animais nos arredores do Rio Jacaré.²³⁵

A escassez de matas virgens constituía a segunda razão da decadência da mandioca, pois “enquanto havia matas virgens à borda do mar ou de muitos rios navegáveis que entravam algumas léguas terra a dentro, a lavoura se fazia com facilidade”. Segundo Aciolli, com os desmatamentos nessas áreas, as mandiocas produzidas tinham que ser plantadas nas capoeiras, “minadas de formigueiros” e cuja qualidade do produto em relação ao plantado em terras virgens era de “5 a 10 para 40, 50 ou 60”. Aqueles que optavam por plantar a longas distâncias em terras virgens para compensar a qualidade perdiam muito por necessitarem de muitos animais para conduzir a produção que antes era feita apenas “às costas de escravos”.

²³³ ACIOLLI, José de Sá Bittencourt e. *Memória sobre a plantação dos algodões, e sua exportação; sobre a decadência da Lavoura de mandiocas, no Termo da Villa de Camamu, Comarca dos Ilhéos, na Bahia. Apresentada, e offerecida a Sua Alteza Real o Príncipe do Brazil por José de Sá Betencourt*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1798, p. 16-17.

²³⁴ MUNIZ BARRETO, Domingos Alves Branco. (Atribuído). *Memória sobre os cortes de madeira de construção estabelecidos na Comarca de São Jorge dos Ilhéus, pertencente à Capitania da Bahia*. BN. sf.

²³⁵ MUNIZ BARRETO, Domingos Alves Branco. *Ofícios para Baltasar da Silva Lisboa em que se refere ao estabelecimento das pastagens necessárias para a alimentação dos bois precisos para os arrastos dos cortes de madeira*. Presídio do Morro, 02 de Setembro de 1800. In: ABN, vol. 36, 1914. Doc nº 20861 e 20863.

Por fim, a terceira razão de decadência da mandioca era por conta dos povos da Comarca, “humildes por natureza e pela criação muito grosseira”, que não se animavam em “procurar melhoramento, não só pela pequenez de seu ânimo, como por lhe faltarem os animais necessários para conduzirem de mais longe as suas farinhas”. Novamente, neste ponto, chamamos a atenção para a semelhança do tratamento dado pelos naturalistas dessa tradição, ilustrada luso-brasileira aos habitantes locais, grosso modo, encarados como seres destituídos de motivação e saberes para desenvolverem suas culturas.

6.5 - CÁLCULOS E PROPOSTAS

Na parte final da memória dos algodões, Aciolli apresentou o que chamou de “Cálculo Analítico” da produção da cultura. Os números apresentados visavam o estímulo do agricultor à cultura, uma vez que, segundo seus cálculos:

Um escravo trabalhando em Algodão dá de rendimento no Sertão .. 250\$000
Prepara terra para 500 pés
Que dão de lã 62 e 15
A Tirada de 1364 maçãs, que produz razão de 4 cada pé de colheita ordinária
..... lib. por pé
Além disso planta o milho, feijão para o seu sustento e para criar porcos,
galinhas, etc.

Importante lembrarmos que a reflexão mostrada acima era uma das principais funções de uma memória: estimular às culturas que ofereciam um retorno mais rápido e seguro. Ferreira da Câmara, na memória analisada no capítulo IV, fez algo parecido ao estabelecer uma comparação entre os custos e benefícios da cultura da cana e do cacau, concluindo que, sob todos os aspectos, deveriam os agricultores dar preferência ao cacau, uma vez que esta espécie traria maior riqueza ao Estado com menor dispêndio de trabalho do lavrador.

Sua função política completava-se, ainda, com a proposição de uma máquina fabricada na China e utilizada para carrear o Algodão. O autor não deixou clara a fonte de tal invento, deixando-nos em dúvida se teria sido observado por ele próprio no país de origem ou se tomou conhecimento através de intercâmbio de informações com outros naturalistas. De qualquer modo, pela estampa produzida (ver Imagem XVIII) e pelo detalhamento de seu funcionamento, Aciolli parecia ser bem entendido na questão.

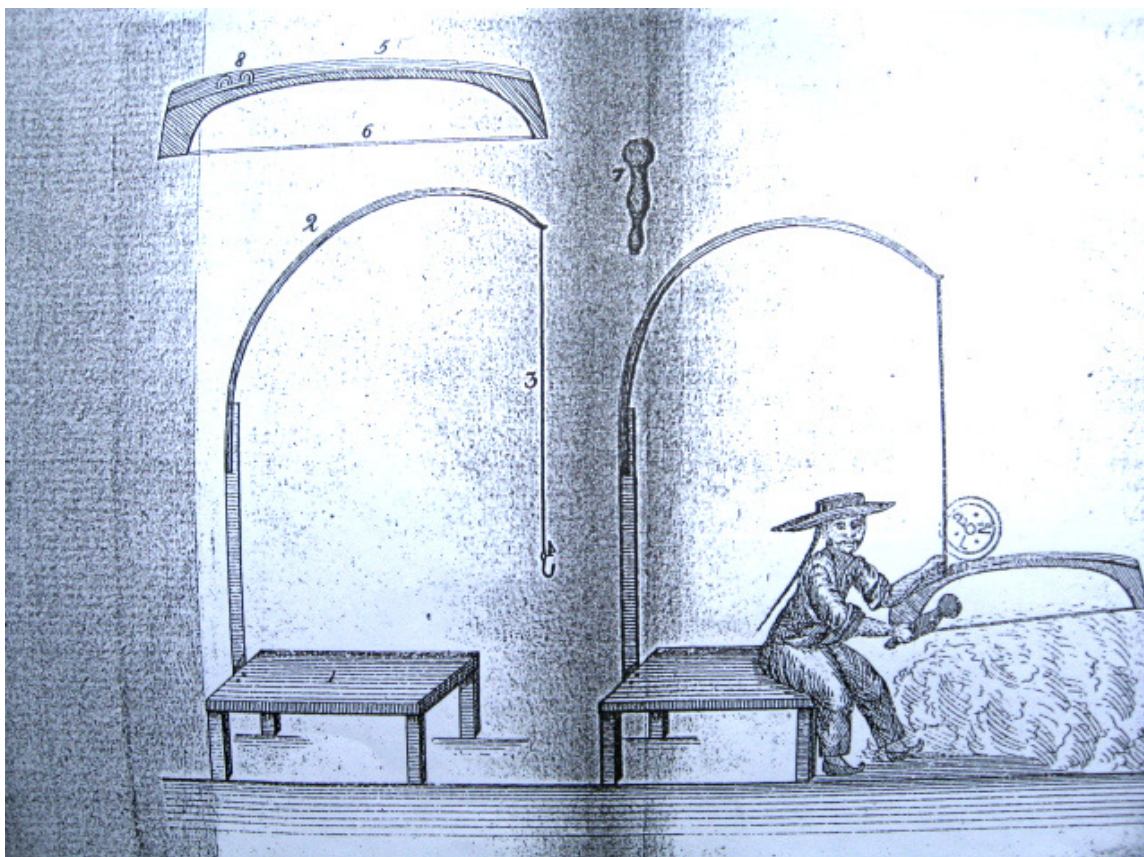


FIGURA 18 – Estampa de Accioli: máquina chinesa de carnear Algodão

1. Um banco onde se senta o carmerdor. 2. Uma verga flexível. 3. Um cordão, onde suspende o arco. 4. Gancho de ferro que engata na argola do arco. 5. Um arco de pau. 6. Uma corda de rabeção bastante grossa. 7. Um maço pequeno com que bate na corda e com o dente que tem, pega na dita corda e, puxando para si, faz um estremecimento grande, o que faz sacudir, carneando, dividindo todo o cujo. 8. Argola de ferro onde engata o gancho nº 4.

Fonte: ACIOLLI, *op. Cit*, 1798, p. 36.

6.6 - AS OBSERVAÇÕES AO “PLANO” DAS MATAS

A carta régia de 13 de Março de 1797 chegou à Bahia trazendo consigo uma resolução inédita no que tangia o uso das matas na Colônia brasileira. Tratava-se de um momento onde cada Capitania com potencial extrativista recebeu uma carta similar. O que

torna o caso baiano mais interessante e singular é o fato da carta destinada àquela Capitania ter sido a mais completa.²³⁶

Conforme vimos no capítulo 2, a política estabelecida por tal documento feria os interesses dos proprietários de terras da região, uma vez que, orientado numa posição monopolista, estipulava como propriedade da Coroa todas as matas à borda do mar ou de rios navegáveis. Previa ainda um tombamento de terras para estipular as propriedades ocupadas, indevidamente, e proibia que no futuro fossem dados de Sesmarias, lotes com matas em tais circunstâncias.

Baltasar da Silva Lisboa na posição de Juiz Conservador das Matas e conforme apontou Morton (1978), um dos principais idealizadores da política em questão, não mediu esforços para levar as diretrizes da carta à frente. Silva Lisboa, conforme vimos, era um dos mais proeminentes egressos de Coimbra e um leal servidor real que partia do princípio que o grande agente da racionalidade pública era o Estado.

Os planos reais e de Silva Lisboa enfrentaram, porém, a resistência de Aciolli, experiente proprietário de terras da Capitania da Bahia e, tal qual o Juiz Conservador, um egresso de Coimbra com ampla bagagem teórica. Aciolli publicou de forma anônima um documento intitulado “*Observações sobre o plano feito para a conservação das matas da Capitania da Bahia*” em junho de 1799, onde assumia uma posição teórica, radicalmente, oposta ao do Plano Régio, embasada no liberalismo econômico.²³⁷ Nas palavras de Pádua (2002),

a disputa teórica entre ambos, dessa forma, antepôs dois intelectuais formados na mesma tradição teórica e, ao mesmo tempo, separados por sensibilidades ambientais quase opostas. Aciolli, no entanto, em sua defesa intelectual dos proprietários, assumiu uma postura moderada, que em nenhum momento procurava negar a validade de conservar as florestas. Seu argumento principal foi o dos direitos dos agricultores, com base em um enfoque jurídico e econômico de cunho liberal.²³⁸

Segundo Aciolli, não cabia à Justiça Real “tirar aos seus vassallos todos os meios de subsistência” e, assim, era necessário evitar a opressão dos povos da Comarca que “estabelecidos há muitos anos nesses terrenos, têm edificado à proporção das suas forças os engenhos para o fabrico do açúcar, aguardentes e para a farinha de mandioca”.

²³⁶ PÁDUA, *op. Cit.*

²³⁷ ACIOLLI, José de Sá Bittencourt e. (atribuído a). *Observações sobre o plano feito para conservação das matas da capitania da Bahia*. Bahia, 1799. BN n° 22, 1, 9. A atribuição do documento a Accioli foi feita por MORTON, F. W. O. "the royal timber in late colonial Bahia. In: *Hispanic American Historical Review.* , 58:1 (fev. 1978), p. 41-61 e reiterada por PÁDUA, *op. Cit.*

²³⁸ PÁDUA, *op. Cit.*, p. 107.

Aciolli defendia ainda que o plano iria reduzir o abastecimento de farinha de mandioca no recôncavo baiano, uma vez que ao serem os proprietários obrigados a plantarem em terras secundárias, ou capoeiras, não tirariam desse plantio grandes vantagens. A principal argumentação de Aciolli para sustentar a tese de uma produção de baixa qualidade, novamente voltou a ser o ataque das formigas, inexistente em terrenos de terras virgens.

Contra-argumentando o interesse Real na conservação das matas, o filósofo natural buscou convencer pelo argumento liberal de que também interessaria muito aos particulares, a manutenção de tais recursos, pois muitos destes poderiam viver “da conservação das suas matas” tirando daí sua subsistência e, portanto, era “de esperar de que as não destruam”. Interessante comparar essa posição com a recente tese do historiador norte-americano Shawn Willian Miller que, estudando a gerência das matas americanas pelo Império português, concluiu que as políticas monopolistas da Coroa portuguesa, embora tivessem o propósito de conservar as matas, ao impossibilitar o uso comercial por parte dos proprietários de terras, legou a Mata Atlântica a uma administração ineficiente e incentivou os particulares a empreenderem derrubadas voluntárias para a plantação da cultura da mandioca, uma vez que não lhes eram úteis a manutenção de reservas florestais em suas propriedades.²³⁹

Essa tese, contudo, embora seja muito bem fundamentada na teoria, não condiz com a realidade presente no Brasil atual, em especial, nas zonas de fronteira aberta, e tampouco pode ser aplicada ao contexto de nosso trabalho, pois como apontou Pádua (2002), até o início do século XIX, o processo de degradação ambiental imposto à Mata Atlântica brasileira, embora tivesse definido os padrões de uso do solo para todo o restante do século, não apresentava grande proporção frente ao que ocorreria com a vitória do projeto liberal para o uso das matas nas décadas seguintes.

²³⁹ MILLER, Shawn William. *Fruitless Trees – Portuguese Conservation and Brazil’s Colonial Timber*. Stanford, California: Stanford University Press, 2000. 325p.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história dos estudos e das práticas científicas não é um dos maiores capítulos de nossa história. Demoramos muito para repensarmos o nosso papel no cenário de produção científica e tecnológica no mundo contemporâneo e, mais ainda, durante os séculos iniciais da formação do complexo cultural que é o nosso país e as nossas identidades.

Este trabalho dedicou-se a um desses capítulos mal lidos em nossa história, a história dos estudos botânicos. Escolheu partir de quatro naturalistas que atuaram na Comarca de Ilhéus na transição do século XVIII para o XIX e que faziam parte de uma geração que contribuiu para dinamizar e aprimorar as experiências de aclimação de espécies estrangeiras, inventariar e estudar os princípios vegetais de variadas espécies ao longo dos mais remotos territórios brasileiros, contribuindo com sua parte para tornar a colônia um tipo de “grande celeiro da natureza” como havia expressado a certa altura Baltasar da Silva Lisboa. Contudo, muitos nomes, estudos, práticas e documentos esperam os futuros interessados em nossos arquivos para engrossar as páginas desse capítulo.

Ao longo de nossa jornada, onde analisamos os trabalhos dos quatro funcionários naturalistas selecionados, pudemos chegar a algumas “impressões”, dados que antes de pretendermos ser “conclusões”, preferimos chamá-los de “indícios”.

A Botânica não é fruto do século XVIII português, mas foi nele que esse campo começou a alcançar uma autonomia frente aos demais ramos da Filosofia Natural, chegando a atingir um patamar de hegemonia no campo da Agricultura Imperial portuguesa ao longo do século XIX.

O quadro de medidas reformistas empreendido pelas políticas pombalinas visava a modernização de Portugal através da valorização das ciências e constitui-se em peça fundamental na implementação de um cenário cultural favorável à Botânica e a Instituições, antigas e novas, que iriam alterar, significativamente, o uso e o espaço político desse campo do saber. São elas: a Universidade de Coimbra reformada, seu Jardim Botânico, o Jardim da Ajuda e o Museu de História Natural, entre outras.

Embora o contexto analisado apresente uma grande valorização das Ciências Naturais, o campo profissional dos Naturalistas da tradição intelectual aqui analisada, ainda não era uma realidade nos Setecentos português. Como vimos, todos os intelectuais, enquanto produtores de conhecimento, desenvolviam tais atividades, não como profissionais do saber propriamente dito, mas sim, enquanto funcionários da burocracia estatal portuguesa que, utilizando-se de seus refinados preparos científicos, desenvolviam experiências e reflexões naturalísticas junto à centros acadêmicos ou à políticos influentes.

Chama-se atenção nesse processo para a vinculação estreita entre dois aspectos da vida social, o saber e o poder. Tal como a Botânica *per si*, seus estudos, experimentos e demais produtos, encontravam-se, profundamente, arraigados de uma função política. Os naturalistas de Ilhéus entendiam bem o papel que deveriam realizar suas “luzes” ao promoverem “a felicidade dos povos” e o “fortalecimento do Estado”. Não por outro motivo, é notória também a estreita ligação entre a alta burocracia portuguesa, como Governadores, Vice-Reis, Ministros e até a própria realeza, com os funcionários-naturalistas. Uma relação simbiótica e necessária para as intenções reais, pois ao agremiar um corpo especializado de funcionários para o serviço Real, podia contar com a possibilidade concreta de aplicação técnica e científica em seus domínios, visando melhorias e, em última instância, o fortalecimento da Real Fazenda. Por outro lado, naturalistas funcionários utilizavam seu saber como estratégia de negociação e ascensão social, trocando “feitos” por mercês, privilégios, monopólios e concessões Reais. De forma particular, todos os naturalistas analisados em nosso trabalho foram beneficiados, de forma desigual é claro, em algum momento de suas carreiras, sendo alguns casos, ainda mesmo na época de seus estudos na Universidade de Coimbra.

Além desta característica em comum citada acima, essa geração ilustrada luso-brasileira apresentava como denominador comum um traço essencialmente político, cientificista, antropocêntrico e, economicamente, progressista. Chama atenção também que, apesar de ilustrados equipados com um instrumental teórico, essencialmente europeu, suas observações e esforços referiam-se, grosso modo, à realidade brasileira.

Domingos Alves Branco Muniz Barreto (1748-1831), primeiro intelectual analisado, é para nós um dos mais interessantes naturalistas, assim como um dos mais brilhantes, uma vez que, de formação não-coimbrana e, adotando métodos próprios de confecções de estampas, classificação de elementos naturais e com um discurso crítico frente às políticas de seu tempo, os procedimentos hegemônicos na Academia Real de Ciências, entre outras coisas, é dono de uma produção de grande qualidade e de um estilo que, embora não tão erudito quanto os demais, impressiona pela destreza com que valorizou os saberes locais.

Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá (1766-1835), segundo naturalista analisado neste trabalho, foi o que menos ligação teve em sua trajetória com os estudos botânicos. Fazendo carreira com seus conhecimentos em Mineralogia, este coimbrão apresentou poucos momentos em que se dedicou ao campo botânico, ocasião mais emblemática sendo a confecção de sua Memória sobre Ilhéus, analisada no capítulo 4. De

estilo erudito, recorrendo aos principais estudos da época, Ferreira da Câmara foi, embora, como dissemos, tivesse se dedicado a outra área, o autor que mais espécies vegetais analisou ao longo de um único estudo. E ainda, não se restringiu somente a isso, uma vez que também analisou com muita propriedade no mesmo trabalho a pesca da baleia e dissertou sobre a conservação das matas, enfocando seus aspectos políticos, econômicos e ambientais.

Baltasar da Silva Lisboa (1761-1840), terceiro funcionário analisado, foi, conjuntamente, com Ferreira da Câmara um dos mais expressivos estudantes egressos da Universidade de Coimbra. Isso se deveu por ter sido Silva Lisboa o vassalo que mais soube se beneficiar do sistema de proteção e ascensão existente no aparelho estatal português. Com os estudos em História Natural, este intelectual galgou cargos como Juiz de Fora do Rio de Janeiro, foi o primeiro funcionário no mundo colonial a ocupar o cargo de Juiz Conservador das Matas, alcançou extrema influência política em episódios como a política monopolista empreendida pela carta régia de 13 de Março de 1797 e o Plano de Conservação das Matas de 1799, bem como recebeu os títulos e honrarias de Desembargador da Relação do Porto e o hábito de cavaleiro da Ordem de Cristo. Foi ainda, sem sombra de dúvidas, o maior perito em Física dos Bosques e demais questões ligadas à Botânica brasileira em fins do século XVIII.

José Bittencourt de Sá e Aciolli (1755-1828), último funcionário-naturalista analisado neste trabalho, tal qual seu irmão Ferreira da Câmara, se especializou nas Ciências Mineralógicas, sem, contudo, deixar de produzir a partir de uma larga experiência enquanto proprietário de terras e produtor na Comarca de Ilhéus, muitas observações sobre culturas agrícolas e questões botânicas. Aciolli foi o intelectual que mais se apropriou de ideais liberais em sua produção e com isso, embora funcionário Real, o autor que mais defendeu os interesses dos particulares da região, inclusive o seu próprio, quando das discussões para a implantação do Plano Real para a conservação das matas na Comarca de Ilhéus. De estilo erudito, este autor, aparentemente, é um dos grandes teóricos sobre a cultura da mandioca e do algodão no período.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marta de. *República dos Invisíveis: Emílio Ribas, microbiologia e saúde pública em São Paulo (1898-1917)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

AZEVEDO, Fernando de. (org). *As Ciências no Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1955.

BOSCHI, Caio César. *Achegas à história de Minas Gerais: séc. XVIII*. Porto, Portugal: Universidade Portucalense, 1994. 93p (Série estudos e documentos).

BRIGOLA, João Carlos Pires. *Coleções, Gabinetes e Museus em Portugal no Século XVIII*. 2000. Universidade de Évora, Évora, 2000

CAMPOS, José da Silva. *Crônicas da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1981.

CHAMBERS, David Wade; GILLESPIE, Richard. "Locality in the History of Science: Colonial Science, Technoscience, and Indigenous Knowledge". In: *Osiris*, History of Science Society, 2001

DA CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho. *Verdades por mim Vistas e Observadas, Oxalá foram Fábulas Sonhadas: Cientistas brasileiros do setecentos, uma leitura auto-etnográfica*. 2004. UFPR, Curitiba, 2004, 247 p.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo. A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

DELERUE, Maria Luísa. *Domingos A. B. Moniz Barreto: Baía, 1748, Rio de Janeiro 1831; entre o reformismo lusitano e a independência do Brasil*. 1998. Universidade Portucalense, Porto 2 v. (Tese de mestrado policopiada).

DIAS, Maria Odila. "Aspectos da Ilustração no Brasil". *Revista do IHGB*, 1968.

DIAS, Marcelo Henrique. *Economia, Sociedade e Paisagens da Capitania e Comarca de Ilhéus no período Colonial*. 2007. X f. Tese (Doutorado em História Social) – UFF, Niterói, 2007. Não publicada.

DOMINGUES, Heloísa Maria Bertol. *Ciência: um Caso de Política*. As relações entre Ciências Naturais e a Agricultura no Brasil Império. São Paulo: USP, 1995, tese de doutoramento.

ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1772. Coimbra, Universidade de Coimbra, 1972. 3.v. (edição facsimilar) v.I, p.VII. Doravante referenciados como ESTATUTOS.

FERREIRA, M. P. V. et al. *História e desenvolvimento da ciência em Portugal*. Lisboa: Imprensa da Academia, 1986. 2 v.

FERRI, Mário Guimarães. "A Botânica no Brasil". In: AZEVEDO, Fernando de. (org). *As Ciências no Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1955. p. 150-199.

FERRI, Mário Guimarães. “História da Botânica no Brasil”. In: FERRI, Mário Guimarães; MOTOYAMA, Shozo. (coord). *História das Ciências no Brasil*. São Paulo: EPU/Edusp, 1979-1980.

FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de Mendonça. *As Ciências Geológicas no Brasil: uma história social e institucional (1875-1934)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

FIGUEIRÔA, Silvia F. de M. “Um Pensionário Fiel de Sua Majestade: Manuel Ferreira da Câmara, 1764-1835”, in: ARANGO, Diana S. et al. (orgs.) *Científicos Criollos e Ilustración*. Madrid: Ediciones Doce Calles, Rudecolombia, 1999.

FRANÇA, Júnia Lessa (Org.). VASCONCELOS, Ana Cristina de; MAGALHÃES, Maria Helena de Andrade; BORGES, Stella Maris. *Manual para Normalização de Publicações Técnico-Científicas*. 8. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2007. 256p.

GAUER, Ruth Maria Chittó. *A Modernidade Portuguesa e a Reforma Pombalina de 1772*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

GOUVEIA, Isabel de Barros Amaral Marques. *Fantasia, ciência e espetáculo em Portugal no século XVIII*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2000.

KURY, Lorelai. Viajantes-naturalistas no Brasil Oitocentista: experiência, relato e imagem. In: *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*. Vol. VIII (suplemento), 863-80, 2001.

KURY, Lorelai. “Homens de Ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810)”. In: *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*. Vol. XI, p. 109-29, 2004.

LAPA, José Roberto do Amaral. *Economia Colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

LEINZ, V. “Manoel Ferreira da Câmara e José Bonifácio de Andrade e Silva ingressando na escola de Minas de Freiberg”, *Engenharia, mineração e metalurgia*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 227, 1963, p. 213-215.

LEONARDOS, O. H. “O intendente Câmara”, *Engenharia, mineração e metalurgia*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 215, 1962, p. 226-228.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. *Natureza em Boiões: medicinas e boticários no Brasil setecentista*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999.

MAXWELL, Kenneth. “A geração de 1790 e a idéia do Império luso-brasileiro”, In: *Chocolate, piratas e outros malandros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *O intendente Câmara. Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá, Intendente Geral das Minas e dos Diamantes*. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1933.

MILLER, Shawn William. *Fruitless Trees – Portuguese Conservation and Brazil’s Colonial Timber*. Stanford, California: Stanford University Press, 2000. 325p.

MOREIRA LEITE, Mirian L. Viajantes Naturalistas. In: *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*. I (2): 7-19, nov. 1994 – fev. 1995.

MOREL, Regina Lúcia de Moraes. *Ciência e Estado: a política científica no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

MORTON, F. W. O. "The royal timber in late colonial Bahia. In: *Hispanic American Historical Review*. , 58:1 (fev. 1978), pp 41-61.

MUNTREAL FILHO, Oswaldo. *Domenico Vandelli no anfiteatro da natureza: Reformismo Ilustrado e cultura científica na crise do Antigo Sistema Colonial (1779-1808)*, 1993. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) – PUC-RIO, Rio de Janeiro, 1993.

MUNTREAL FILHO, Oswaldo. "Ciência, Natureza e sociabilidade intelectual em Portugal no século XVIII: a Academia Real de Ciências de Lisboa e os caminhos da ilustração ibérica (1779-1815)". *Anais do V Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia*. São Paulo, SBHC.

MUNTEAL FILHO, Oswaldo. *Uma Sinfonia para o Novo Mundo – a Academia Real de Ciências de Lisboa e os caminhos da Ilustração luso-brasileira na crise do Antigo Sistema Colonial*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, Departamento de História, 1998.

NEIVA, Arthur. *Esboço histórico sobre a Botânica e Zoologia no Brasil*. Brasília: Editora da UnB, 1989.

NETO, Pasquale Cipro; INFANTE, Ulisses. *Gramática da Língua Portuguesa*. São Paulo: Scipione, 1998. 583p.

NEVES, Erivaldo Fagundes; MIGUEL, Antonieta. (orgs). *Caminhos dos Sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos Sertões da Bahia*. Salvador: Arcádia, 2007.

NOGUEIRA, Eliana. *Uma História brasileira da Botânica*. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Marco Zero, 2000.

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. RJ: Zahar, 2002.

PAPAVERO, N; TEIXEIRA, Dante M. Os Viajantes e a Biogeografia. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*. Vol. VIII (suplemento), 1015-37, 2001.

PATACA, Ermelinda Moutinho. *Terra, Água e Ar nas Viagens Científicas Portuguesas (1755-1808)*. Campinas: UNICAMP, 2006.

PEREIRA, Rodrigo Osório. *O Papel de Francisco Nunes da Costa no Processo de Regulamentação dos Reais Cortes de Madeira (1780-1792)*. 2007. 50 f. Monografia (Graduação em História) – UESC, Ilhéus, 2007. Não publicada.

RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas: monarcas, vassalos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008.

RAMINELLI, Ronald Baltazar da Silva Lisboa: a honra e os apuros do juiz naturalista. In: VAINFAS, Ronaldo. *et al.* (org). *Retratos do Império: trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX*. Niterói: EdUFF, 2006.

SANTANA, José Carlos Barreto de. *Ciência e Arte: Euclides da Cunha e as ciências naturais*. São Paulo: Hucitec, Feira de Santana: UEFS, 2001.

SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1979. p. 50.

SILVA, Clarete Paranhos da. *Garimpendo Memórias: As ciências mineralógicas no Brasil na transição do século XVIII para o XIX*. 2004. X f. Tese (doutorado em Ciências) – UNICAMP, Campinas, 2004. Não publicada.

SILVA, Clarete Paranhos da. *Garimpendo Memórias: As ciências mineralógicas no Brasil na transição do século XVIII para o XIX*. Campinas: UNICAMP, 2004. Tese de doutorado inédita.

SOUSA, Avante Pereira. O Pão Nosso de Cada Dia: poder local e abastecimento (Salvador – Século XVIII). In: *Anais do 4º Congresso de História da Bahia: Salvador 450 anos*. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; Fundação Gregório de Matos, 2001, v.2

SOUZA, Paulo F. de. *Legislação Florestal*. 1ª parte: legislação histórica 1789-1889, Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, 1934.

VARELA, Alex Gonçalves. “A Trajetória do Ilustrado Manuel Ferreira da Câmara em sua ‘fase européia’” (1783-1800). In: *Revista Tempo*. Niterói, UFF, 2007.

VILHENA, L. dos S. *A Bahia do século XVIII*. Notas e comentários de Braz do Amaral. Apresentação de Edson Carneiro. Salvador, Ed. Itapuã, 1969, vol 2. p. 490.

VOVELLE, Michel. (org.). *O homem do iluminismo*. Lisboa : Editorial Presença, 1997.

WEHLING, Arno. O Fomentismo Português no Final do Século XVIII: doutrinas, mecanismos, exemplificações. In: *R. I. H. G. B.* v. 316, 1976, p. 170-278.

WILSON, Edward O. *Diversidade da Vida*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

DOCUMENTOS:

ACIOLLI, José de Sá Bittencourt e. (atribuído a). *Observações sobre o plano feito para conservação das matas da capitania da Bahia*. Bahia, 1799. BN nº 22, 1, 9.

ACIOLLI, José de Sá Bittencourt e. *Memória sobre a plantação dos algodões, e sua exportação; sobre a decadência da Lavoura de mandiocas, no Termo da Villa de Camamú,*

Comarca dos Ilhéos, na Bahia. Apresentada, e oferecida a Sua Alteza Real o Principe do Brazil por José de Sá Betencourt. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1798.

ACCIOLI, José de Sá Bittencourt e. *Carta para Dom Rodrigo na qual se refere a uma memória sobre os algodões e pede que lhe seja dado um posto militar.* Bahia, 10 de Outubro de 1797. ABN, Vol 34, 1912, Doc. nº 17470.

ACIOLLI, José de Sá Bittencourt e. *Memória sobre o terreno nitroso de Montes Altos.* Bahia, 1799. IHGB, Lata 109, pasta 4.

ACIOLLI, José de Sá Bittencourt e. *Memória sobre a viagem do terreno Nitrozo (dos Montes Altos da Bahia).* 1800. BN, nº 11, 2, 14.

Breves Instruções aos correspondentes da Academia das Sciencias de Lisboa sobre as remessas dos productos e noticias pertencentes a historia da Natureza para formar um Museo Nacional. In: DA CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho. *Verdades por mim Vistas e Observadas, Oxalá foram Fábulas Sonhadas: Cientistas brasileiros do setecentos, uma leitura auto-etnográfica.* Curitiba: UFPR, 2004. Tese de doutorado.

CASTRO, Joaquim Amorim e. “Memória para a Rainha...” In: ABN, v.32, 1910, p. 116.

CASTRO, Joaquim Amorim e. *Carta à rainha [D. Maria I] sobre a cochonilha e a sua cultura no termo e sertão da referida vila.* Bahia, 27/7/1789. Projeto Resgate (Castro e Almeida): AHU-Bahia, Cx. 191, D. 14000.

CASTRO, Joaquim Amorim e. *Ofício para D. Fernando José de Portugal solicitando incentivo à produção de tabaco e algodão, bem como aos seus ensaios na área da botânica.* Cachoeira, 20/1/1796. Projeto Resgate (Castro e Almeida): AHU-Bahia, Cx. 200, D. 14447.

CASTRO, Joaquim Amorim e. *Carta ao príncipe regente, [D. João], solicitando proteção e acolhimento na realização de ensaios e experiências de Botânica na capitania da Bahia.* Cachoeira, 15/3/1796. Projeto Resgate (Castro e Almeida): AHU-Bahia, Cx. 201, D. 14476.

COSTA, Francisco Nunes da. “Representação... dirigida à Rainha sobre a devastação que estavam sofrendo as matas virgens”, ABN, Vol. 32, 1914 [1789] *Apud* In: PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888.* RJ: Zahar, 2002. p. 98.

COUTINHO, Rodrigo de Sousa. “Sistema político que mais convém...” In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *O intendente Câmara.* Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá, Intendente Geral das Minas e dos Diamantes. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1933. p. 282-285.

COUTINHO, D. Rodrigo de Souza. *Carta para o Governador da Bahia em que se manda estabelecer na Bahia um Jardim Botânico semelhante ao do Pará de 19 de novembro de 1798.* Palácio de Queluz. BN, nº I - 47,16,1 n.8.

COUTINHO, Rodrigo de Sousa. *Carta sobre a constituição de uma Flora Geral do Brasil.* Ano: 1801. BN, nº I – 31,30,105.

COUTINHO, Rodrigo de Sousa. *Carta sobre o Jardim Botânico da Bahia*. Ano: 1802. BN, nº I- 31,30,106.

IEB, Carta 9ª, 31/03/1777. Apud In: SILVA, Clarete Paranhos da. *O desvendar do grande livro da Natureza: um estudo da obra do mineralogista José Vieira Couto, 1797-1805*. São Paulo: Annablume: Fapesp: Campinas: Unicamp, 2002. p. 44.

LISBOA, Baltasar da Silva. *Ensaio da Física Vegetal dos Bosques de Ilhéos*. 1801 e 1803. 271 folhas contendo 51 desenhos aquarelados desdobráveis. BNL – Reservados, F.R. 860.

LISBOA, Baltasar da Silva. *Memória sobre os cortes das arvores do Brasil, e os melhores meios de preparar as suas madeiras para mais durarem e conservarem as suas boas qualidades*. ACL, Série Azul, 17, nº 8 p. 175-180.

LISBOA, Baltasar da Silva. *Memória sobre as árvores de construção consideradas pelos caracteres botânicos*. 75p. ACL - Ms 17.7.

LISBOA, Baltasar da Silva. *Quina do Brasil oferecida ao Illmo. e Exmo. Senhor D. Fernando Jozé do Portugal governador e capitão general da capitania da Bahia, pelo Dr. Baltasar da Silva Lisboa, juiz conservador das matas dos Ilhéus, e em testemunho de seu reconhecimento achada nas matas da mesma comarca em o ano de mil e oito centos*. 1800. 1 folha. ACL, Série Azul, 374.

LISBOA, Baltasar da Silva. *Ofício do Governador interino para o Visconde de Anadia, em que participa ter expedido a Baltasar da Silva Lisboa as ordens necessárias para se promover a cultura do Morus Popyrifero*. Projeto Resgate (Castro e Almeida): AHU, Caixa, 119, Documento, 23.603.

LISBOA, Baltasar da Silva. *Phisica dos bosques de Ilhéos*. IHGB. Lata 16, doc. 12.

LISBOA, Baltasar da Silva. *Principios de Physica vegetal para servir de preliminar ao estudo dos cortes de madeiras*. 27 folhas. BN, nº I – 28 , 9, 55.

LISBOA, Baltasar da Silva. *Discurso histórico, político e econômico dos progressos e estado atual da filosofia natural portuguesa, acompanhado de algumas reflexões sobre o Estado do Brasil*, Lisboa, 1786. In: DA CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho. *Verdades por mim Vistas e Observadas, Oxalá foram Fábulas Sonhadas: Cientistas brasileiros do setecentos, uma leitura auto-etnográfica*. 2004. UFPR, Curitiba, 2004, 247 p.

LISBOA, Baltasar da Silva. *Requerimento em que pede aumento de ordenado a título de aposentadoria*. ABN, Vol 34, 1912, Doc nº 17624.

LISBOA, Baltasar da Silva. *Ofício para o Governador interino da Bahia, no qual informa que nada conseguira das sementeiras de teça, a que procedera com o maior cuidado e interesse*. Valença, 12 de Janeiro de 1802. ABN, Vol 36, 1914, Doc nº 23567.

LISBOA, Baltasar da Silva. *Riqueza do Brasil em madeiras de construção e carpintaria*. Rio de Janeiro, 1823. In: *Revista do IGHB*. Vol. 52. 1926.

LISBOA, Baltasar da Silva. Memória sobre a Comarca dos Ilhéus. In: *ABN*, Vol. 37, 1915, p. 1-22.

LISBOA, Baltasar da Silva. *Memória acerca da abertura de uma estrada pela costa desde a Vila de Valença até o Rio Doce apresentado ao Príncipe Regente por Baltasar da Silva Lisboa – 1808*. BN. maço 512 (58, doc. 52). 104 páginas.

LISBOA, Baltasar da Silva. *Ofício para Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, no qual agradece os louvores que lhe foram dirigidos em reconhecimento do dedicado zelo e inteligente desempenho dos seus serviços*. Valença, 25 de Junho de 1800. *ABN*, Vol 36, 1914, Doc nº 20739.

LISBOA, Baltasar da Silva. *Memória sobre as matas da Comarca de Ilhéus, cortes de madeiras, ordens que a esse respeito se tem expedido; regulamento dos referidos cortes, e estado atual desta dependência, até o dia 1 de agosto de 1803*. BN. s/f.

MUNIZ BARRETO, Domingos Alves Branco. *O Feliz Clima do Brasil*. [edição e pesquisa de Anna Paula Martins]. Rio de Janeiro: Dantes, 2008.

MUNIZ BARRETO, Domingos Alves Branco. *Ofício para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, no qual, relatando os seus serviços, pede o deferimento das suas pretensões. Presídio do Morro, 18 de Setembro de 1800*. *ABN*, Vol 36, 1914, Doc nº 20865.

MUNIZ BARRETO, Domingos Alves Branco. *Relação que contém a descrição de uma diminuta parte da Comarca dos Ilhéus desta Capitania da Bahia, por Domingos Alves Branco Muniz Barreto, Capitão de Infantaria do Regimento de Estremos*. 1790. BN. s/f.

MUNIZ BARRETO, Domingos Alves Branco. *Plano para Civilização dos Índios no Brasil*. RIHGB, s/d.

MUNIZ BARRETO, Domingos Alves Branco. (Atribuído). *Memória sobre os cortes de madeira de construção estabelecidos na Comarca de São Jorge dos Ilhéus, pertencente à Capitania da Bahia*. BN. s/f.

MUNIZ BARRETO, Domingos Alves Branco. “*Notícia da viagem e jornadas que fez por terra o Capitão Domingos Alves Branco Muniz Barreto entre os Índios Sublevados nas Vilas e Aldeias das Comarcas dos Ilhéus e Norte da Capitania da Bahia*”. BN. s/f.

MUNIZ BARRETO, Domingos Alves Branco. *Ofícios para Baltasar da Silva Lisboa em que se refere ao estabelecimento das pastagens necessárias para a alimentação dos bois precisos para os arrastos dos cortes de madeira*. Presídio do Morro, 02 de Setembro de 1800. In: *ABN*, vol. 36, 1914. Doc nº 20861 e 20863.

Ofício do Governador interino para o Visconde de Anadia, em que participa ter expedido as ordens necessárias para se promover a cultura do Morus Popyrifero. Projeto Resgate (Castro e Almeida): AHU-Bahia, Caixa, 119, Documento, 23.603.

Ofício do Governador da Bahia para Dom Rodrigo de Sousa Coutinho. 12 de fevereiro de 1798. BN, nº II- 30, 06, 4.

Ofícios de Inácio Ferreira da Câmara Bittencourt relativos ao Jardim Botânico da cidade da Bahia. BN, nº II - 33,26,27.

Ofício do Governador da Bahia para Dom Rodrigo de Sousa Coutinho. 12 de fevereiro de 1798. BN, nº II - 30,06,4.

PORTUGAL, Dom Fernando José de. *Ofício para Luiz Pinto de Sousa, em que dá informações sobre as experiências da cultura do algodão.* Bahia, 11 de Abril de 1796. ABN, Vol 34, 1912, Doc. nº 16612.

PORTUGAL, Dom Fernando José de. *Ofício do Governador da Bahia para Dom Rodrigo de Sousa Coutinho.* 17 de Maio de 1800. ABN, Vol 36, 1914. Doc nº 20.550.

PORTUGAL, Dom Fernando José de. *Ofício para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em que participa a remessa de plantas vivas, de um herbário, e de algumas sementes raízes, colecionadas por Inácio Ferreira da Câmara, para o qual novamente propõe a pensão anual de 600\$000 rs para se dedicar aos trabalhos botânicos.* Bahia, 28 de Maio de 1797. ABN, Vol 34, 1912, Doc nº 17359.

PORTUGAL, Dom Fernando José de. *Ofício para Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre as experiências da cultura dos algodões e a memória que José de Sá Bittencourt e Accioli escreveu sobre as plantações que se fizeram no termo da vila de Camamu.* Bahia, 12 de Outubro de 1797. ABN, Vol 34, 1912, Doc. nº 17474.

PORTUGAL, Dom Fernando José de. *Ofício para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, no qual comunica que prestará todo o auxílio ao Ouvidor da Comarca dos Ilhéus, o Dr. Baltazar da Silva Lisboa, para organizar as coleções dos produtos da Capitania.* Projeto Resgate (Castro e Almeida): AHU, Cx, 90, doc, 17.530.

SÁ, Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e. “Ensaio de Descrição Física e Econômica da Comarca dos Ilhéus na América” In: Academia das Ciências de Lisboa, *Memórias econômicas*, vol. I, Lisboa, 1990 [1789].

VANDELLI, Domenico. *Memória sobre produções naturais das conquistas, as quais ou são pouco conhecidas, ou não se aproveitam.* In: *Memórias Econômicas da Academia Real de Ciências de Lisboa.* 1789. I, f. 187-206.

VANDELLI, Domenico. *Memória sobre Agricultura deste Reino e das suas conquistas.* In: *Memórias Econômicas da Academia Real de Ciências de Lisboa.* 1789. I, f. 164-175.

VANDELLI, Domenico. *Viagens Filosóficas ou Dissertação sobre as importantes regras que o Filósofo Naturalista nas suas peregrinações deve principalmente observar.* In: DA CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho. *Verdades por mim Vistas e Observadas, Oxalá foram Fábulas Sonhadas: Cientistas brasileiros do setecentos, uma leitura auto-etnográfica.* 2004. UFPR, Curitiba, 2004, 247 p.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS:

Disponível em <<http://www.arocha.org/br-pt/3098-DSY.html>> acessado em 15/07/2008.
Acessado em 20/07/2008.

Disponível em < <http://canalcultura.wordpress.com/.../a-mata-atlantica/>> acessado em 17/07/2008.

Disponível em <www.baixaki.com.br/.../11223-mata-atlantica.html> acessado em 20/07/2008.

Disponível em < Fonte: <http://www.meuestudos.com/system/fotos/marques-de-pombal.jpg>> acessado em 30/07/2008.

Disponível em <http://www.albonsai.com/antigo_site/img/clip_image002_0026.jpg> acessado em 03/11/2008.

Disponível em http://cache02.stormap.sapo.pt/fotostore01/fotos//07/85/9e/12695_000cgpk5.jpg acessado em 27/07/2008.

Disponível em <http://www.marinha.pt/extra/revista/ra_nov2007/pag10_1.jpg> acessado em 04/08/2008.

Disponível em <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/7f/Rodrigo_de_Sousa_Coutinho.jpg> acessado em 20/07/2008.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)